

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

**Narrativas de Violência:
Análise de Histórias de Vida de Mulheres Vítimas de Violência
Conjugal**

Martine Isabel Correia Carapeto

Mestrado em Psicologia
Área de Especialização em Psicologia da Saúde

(2008)

Resumo

A violência sobre a mulher na intimidade constitui-se como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e uma ofensa à dignidade humana, limitando o reconhecimento e o exercício destes direitos e liberdades. Verifica-se também, que a construção social e científica deste tipo de vitimação, dá-lhe uma relevância cada vez mais premente. Assim, esta investigação tem como principal objectivo compreender a vulnerabilidade e a predisposição para o estabelecimento e manutenção de relações conjugais abusivas, a partir do ponto de vista das mulheres vitimas. Para isso foram recolhidas e analisadas vinte narrativas de histórias de vida redigidas por mulheres vítimas de violência conjugal. As histórias de vida foram submetidas a análises qualitativas e quantitativas em 9 níveis distintos que, emergiram da sua leitura. A análise efectuada permitiu identificar os diferentes acontecimentos de vida negativos prévios à relação abusiva, as características da relação conjugal e da violência estabelecida, bem como as suas consequências a nível cognitivo, emocional e comportamental. Para além disso, emergiram da análise as atribuições de sentido que a mulher vitima imputa à conduta violenta do parceiro, assim como determinadas características pessoais, como características de personalidade, padrões de vinculação, estilos cognitivos e convicções pessoais básicas. Os acontecimentos de vida negativos (e.g., experiências de vitimação) parecem facilitar e reforçar o desenvolvimento de características pessoais específicas, as quais tendem também, a influenciar a reocorrência desses acontecimentos. Parece assim formar-se um quadro de vulnerabilidade e predisposição para o estabelecimento e manutenção de relações conjugais abusivas que, apresentamos um modelo compreensivo sobre a vitimização.

Palavras-Chave: Vitimização, Histórias de Vida, Vulnerabilidade, Predisposição.

Abstract

Violence against women in intimate relationships is a violation of human rights and fundamental freedoms and an affront to human dignity, limiting the recognition and exercise of these rights and freedoms. Its social and scientific construction has made violence against women a relevant subject. This research aims to understand the vulnerability and predisposition for the establishment and maintenance of relationships abusive, from the point of view of women victims. For that were collected and analyzed twenty narratives of life stories written by women victims of domestic violence. The stories of life were subjected to qualitative and quantitative analysis on 9 different levels that emerged from their readings. The analysis made allowed to identify the various negative life events of the previous abusive relationship, the characteristics of the conjugal relationship and violence established, and its consequences on cognitive, emotional and behavioural. Moreover, emerged from the analysis of the tasks sense that the woman victim of violent conduct charges the partner, as well as certain personal characteristics such as personality characteristics, patterns of attachment, cognitive styles and basic personal beliefs. Negative life events (e.g., experiences of victimisation) seem to facilitate and reinforce the development of specific personal characteristics, which tend also to influence the reoccurrence of such events. This would seem constitutes a frame for vulnerability and predisposition for the establishment and maintenance of abusive relationships, on which we present a comprehensive model on the victimisation.

Key Words: Victimisation, Stories of Life, Vulnerability, Predisposition.

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	11
2.1. Violência	11
2.2. Violência Doméstica.....	13
2.3. Violência Conjugal Sobre a Mulher.....	18
2.3.1. Dinâmicas da Violência Conjugal e Factores Explicativos para a Continuidade do Abuso.....	20
2.3.2. Características Associadas à Vítima.....	30
2.3.3. Atribuições de Sentido e Preditores da Conduta Violenta.....	34
2.3.4. O Papel dos Acontecimentos de Vida Negativos na Vitimação.....	36
2.3.5. O Papel das Experiências de Maus-tratos Durante a Infância e a Probabilidade de ser Vítima na Idade Adulta.....	37
2.3.6. Modelos de Vinculação e sua Influência na Experiência de Vitimação.....	40
2.3.7. Padrões de Vinculação e Violência Conjugal.....	45
2.4. Narrativa.....	49
2.4.1. Pressupostos da Abordagem Narrativa: Construtivismo e Construcionismo.....	49
2.4.2. Abordagem Narrativa.....	51
1. OBJECTIVOS GERAIS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	58
4. METODOLOGIA.....	60
4.1. Tipo de Estudo.....	60
4.2. Amostra.....	62
4.3. Procedimento de Recolha de Dados.....	63
4.4. Procedimento de Tratamento de Dados.....	64

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	68
6. CONCLUSÕES.....	121
6.1. Proposta de um Modelo Compreensivo da Vulnerabilidade e Predisposição para o Estabelecimento e Manutenção de Relações Conjugais Abusivas.....	121
6.2. Aplicação do Modelo Compreensivo da Vulnerabilidade e Predisposição para o Estabelecimento e Manutenção de Relações Conjugais Abusivas Proposto.....	126
6.3. Apreciações Finais.....	129
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
ANEXOS.....	146
Anexo A: Grelhas de Oprecionalização da Análise das Narrativas de Violência	

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica não é, indiscutivelmente, um problema novo, assim como não é um problema meramente nacional. É uma questão complexa e de amplitude universal – que atravessa os tempos, e, apresenta características muito semelhantes em países cultural e geograficamente distintos, sejam eles mais e menos desenvolvidos. Manifesta-se em todos os sectores da sociedade, ao longo do ciclo vital, sem distinção de classe social, grupo racial, nível económico, educacional ou religioso. Constitui-se como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e uma ofensa à dignidade humana, limitando o reconhecimento e o exercício destes direitos e liberdades. Apresenta também significativas implicações políticas, sociais e até económicas, dando origem a intenso sofrimento e a consequências negativas para a saúde, sendo actualmente considerado um problema de qualidade de vida, de saúde pública e de paz social (Antunes, 2003; Redondo, 2005; II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003-2006).

Com efeito, decorrente de uma crescente sensibilização tanto da opinião pública, como das forças de segurança, bem como de uma crescente percepção social do problema e de um maior grau de consciencialização das vítimas de crime para os seus direitos, a violência doméstica tem vindo a apresentar uma maior visibilidade (PSP, 2007).

Em Portugal a PSP (Polícia de Segurança Pública) tem registado um aumento sustentado dos crimes de violência doméstica desde o ano de 2000. Assim, nesse ano registaram-se 6958 crimes de violência doméstica, em 2001 verificaram-se 7601 ilícitos (um aumento de 9,2% face ao ano anterior), em 2002 registaram-se 8006 crimes (um aumento de 5,3% face ao ano anterior), em 2003 registaram-se 10.005 ilícitos (um aumento de 25 %), em 2004 verificaram-se 8453 crimes, em 2005 a PSP

registrou 9816 ocorrências de violência doméstica (um aumento de 1363 casos) e em 2006 a PSP registou 11.638 ocorrências de violência doméstica – um aumento de 1822 casos face ao ano de 2005 (PSP, 2007).

Na análise das situações de violência denunciada ou reportada pela PSP no ano de 2006, constata-se que, em 70% das ocorrências, as relações familiares existentes entre o suspeito de autoria do crime e a vítima são de conjugalidade (cônjuges ou companheiros/as), sendo que, 81% das vítimas são do sexo feminino e 19% do sexo masculino (PSP, 2007).

Relativamente ao ano de 2007, tendo em conta a informação estatística recolhida pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), foram contabilizados um total de cerca de 87,2% de crimes de violência doméstica. Uma vez analisados os dados relativos a este tipo de crime, é possível constatar que em 89,5% dos casos, a vítima é a mulher (correspondendo a 5318 casos) e em 90,6% dos casos o agressor é cônjuge/companheiro da vítima (APAV, 2007).

De facto, embora haja o conhecimento de que, tanto as mulheres como os homens possam ser vítimas de violência conjugal (Migliaccio, 2002), não podemos ignorar que a grande maioria de situações que prefiguram casos de violência doméstica são ainda, as exercidas sobre as mulheres pelo seu marido ou companheiro (violência conjugal). Aliás, segundo o Conselho da Europa, a violência contra as mulheres no espaço doméstico apresenta-se como a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até a guerra (II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003-2006).

De acordo com o relatório acerca de “Violência e Saúde” da OMS, baseado em 48 estudos sobre a prevalência da violência contra as mulheres – 10 a 69% das

mulheres (dependendo do país em causa) são sujeitas a violência por parte dos seus maridos ou companheiros durante as suas vidas (WAVE, 2004).

Segundo dados da União Europeia – uma em cada cinco mulheres sofreu maus-tratos por parte do seu marido ou companheiro, pelo menos uma vez na vida (Mota, 2003). Tendo em conta todos estes dados, não há como não concordar que «a violência contra as mulheres é uma mancha negra que envergonha toda a humanidade.» (Braga da Cruz, 2002, pp.16).

Esta é uma questão que cada vez mais se distancia do foro privado, tendo assumido, nacional e internacionalmente uma importância verdadeiramente pública, ao atentar contra os direitos e contra a qualidade de vida de muitas mulheres, famílias e sociedade em geral. Vítimas que, para além de sofrerem as consequências físicas, psicológicas e sociais da vitimação, assistem a uma desorganização parcial ou total dos seus projectos de vida (Lourenço & Carvalho, 2001).

Como é sabido, a violência conjugal surge na convergência de diferentes tipos de variáveis – pessoais, relacionais, situacionais, históricas e culturais, cuja leitura e compreensão apresenta, na maior parte das vezes, grande dificuldade (Mota, 2003).

Algumas investigações sustentam também que determinados acontecimentos de vida negativos podem contribuir para a ocorrência da experiência de vitimação, no contexto das relações de intimidade. Neste âmbito, Wekerle e Wolfe (1998), sustentam que as experiências de maus-tratos durante a infância contribuem significativamente, quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é perpetrador de abuso, quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é vítima de abuso nas relações íntimas com outros significativos.

Da mesma forma se conclui, que as experiências de vinculação na infância podem ser determinantes para a qualidade das relações interpessoais na idade adulta (e.g., Bowlby, 1984 a, 1984b, 1985, 1989).

A investigação admite também, que um conjunto de características comuns nas mulheres vítimas de violência (e.g., Walker 1979, 1994, 2000), bem como, na própria dinâmica da violência conjugal, possam ser argumentos justificativos para a eclosão, aceitação e manutenção das relações abusivas no contexto das relações de intimidade.

Por outro lado, de acordo com o pressuposto que os seres humanos atribuem continuamente significados às suas experiências pessoais, desenvolvendo-os e organizando-os através da linguagem, numa matriz narrativa que vai sendo construída ao longo da vida (Bruner, 1997; Gonçalves, 2002), a narrativa da própria história de vida parece constituir o meio mais adequado para compreender, a partir do ponto de vista do sujeito, as experiências de vitimização no âmbito da conjugalidade.

Contudo, ao nosso conhecimento não existem na actualidade trabalhos de investigação sobre a análise de narrativas de vítimas de violência conjugal, que ofereçam uma visão ampla das histórias de vida dos seus intervenientes. Pelo contrário, grande parte das investigações sobre o tema procuram apenas caracterizar o fenómeno, essencialmente em termos da sua prevalência e do impacto que causa nas vítimas.

No entanto, no âmbito de uma revisão da literatura, foram encontrados alguns estudos que envolvem uma perspectiva narrativa mas que, apenas oferecem uma visão parcelar da narrativa existencial (e.g., Lempert, 1994; Draucker, 1998; Matos & Gonçalves, 1999; Migliaccio, 2002; Matos, 2006).

O trabalho de investigação de Lempert (1994), apesar de se centrar na perspectiva teórica da estrutura narrativa, analisou apenas a história de vida de uma

única mulher vítima de violência conjugal, dando ênfase aos significados sociais que podem facilitar a eclosão do abuso sobre as mulheres.

Draucker (1998), por sua vez, procurou enfatizar a terapia narrativa como uma abordagem terapêutica válida, para mulheres vítimas de múltiplas formas de violência (e.g., abuso sexual) no contexto das suas relações de intimidade, focando a sua análise essencialmente nos resultados únicos (White & Epston, 1990) das narrativas.

Matos e Gonçalves (1999) através de narrativas de mulheres vítimas de violência conjugal, procuraram compreender o que constitui e que significados estão associados às experiências de vitimização na conjugalidade, nomeadamente como se altera a identidade da mulher durante o percurso de permanência na relação maltratante e como se altera a percepção de si, quando a vítima abandona a relação abusiva. Este trabalho de investigação constituiu-se não só, como um trabalho de análise de narrativas de mulheres vítimas de violência conjugal, mas principalmente, como um impulsionador de mudança discursiva. Por outro lado, esta análise interventiva das narrativas foi feita de acordo com uma entrevista previamente concebida, o que em nosso entender pode ter conduzido a uma visão parcial do fenómeno e/ou negligenciar a emergência de novas informações significativas.

Migliaccio (2002), por seu turno, fez a análise de narrativas de homens vítimas de abuso no contexto das suas relações de conjugalidade e procurou comparar estes dados, com os dados resultantes de investigações levadas a cabo com mulheres vítimas.

Matos (2006), apesar de também ter conduzido a sua investigação/acção com mulheres abusadas na esfera da intimidade, de acordo com uma abordagem narrativa, centrou-se principalmente na construção terapêutica da mudança, enfatizando o impacto dos resultados únicos na criação de narrativas de vida alternativas.

Assim, apesar do fenómeno da violência no âmbito das relações de intimidade (e.g., violência doméstica, violência conjugal) ser permanentemente estudado, este é um fenómeno que deve ser compreendido na sua globalidade, de forma a desenvolver programas de apoio, reabilitação e acompanhamento para vítimas e agressores, assim como, programas de educação e prevenção da violência (Mota, 2003).

Walker (2000) defende também a necessidade de continuar a estudar o impacto que a violência tem sobre a mulher, na totalidade do seu contexto de vida, de forma a se compreender a etiologia social e interpessoal deste fenómeno e consequentemente desenvolver estratégias para prevenir e acabar com a violência.

Matos (2006) partilha também da opinião que o desconhecimento da comunidade científica acerca do tema continua a ser amplo, continuando a haver neste domínio, muitas questões e de natureza muito distinta. A autora considera também, que é necessário ir para além do domínio dos estudos quantitativos, elaborando estudos que dêem voz efectiva às vítimas e que retratem a experiência subjectiva da vitimação.

Desta forma, o trabalho em epígrafe pretende dar um contributo para a compreensão do fenómeno da violência conjugal, no sentido de, posteriormente, se desenvolverem abordagens de prevenção e de intervenção psicológicas adequadas e eficazes à problemática em questão.

Pretendemos, assim, compreender a vulnerabilidade e a predisposição para a vitimização, a partir da análise – sem categorias prévias – das narrativas das histórias de vida redigidas por mulheres vítimas de violência conjugal. Mais especificamente, pretende-se verificar, a) se existem características comuns nas narrativas das histórias de vida dos sujeitos, b) de que forma estas características se relacionam entre si e c) como é que predispõem os sujeitos para a vitimização.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

2.1. Violência

Só a partir do século XVIII, aquando da identificação das diversas formas de violência (e.g., violência física, psicológica, moral, política, etc.) é que se passou a considerar a precisão do termo violência enquanto conceito, facilitando o estudo deste fenómeno (Pais, 1996).

Sob o ponto de vista etimológico, violência deriva do latim *violentia*, que significa, «qualidade de violento; força física ou moral que se emprega abusivamente contra alguém ou contra um direito natural de outrem; acto violento; carácter do que denota o recurso à força física ou moral; força impetuosa; grande intensidade; o que revela desumanidade; constrangimento exercido sobre alguém para o obrigar a praticar, ou deixar de praticar determinada acção.» (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001. p. 3757).

A violência parece constituir-se assim, como um conceito repleto de sentidos, assumindo uma variedade de aspectos e de definições, mas que ainda está longe de esgotar todos os seus significados (Dias, 2004).

Segundo alguns autores (Lourenço & Lisboa, 1992; Lisboa, 2003), não existe uma definição única e universal de violência. O seu significado vai sofrendo uma extensão e evolução em função do tempo e do espaço e é determinado por normas que variam segundo os contextos.

Segundo Pais (1998), cada sociedade tem a sua própria violência, conceptualizando-a em função dos seus próprios critérios e da sua cultura. A violência constitui-se assim, como um mito, considerando-se em cada época como sendo a pior de sempre. Desta forma, o conceito de violência é considerado um conceito dinâmico, uma vez que os seus diferentes significados, variam em função de

um complexo processo de construção social, sendo a violência considerada como uma violação das normas e valores instituídos num determinado momento social. Com efeito, dada a constante transformação da sociedade, o conceito de violência compreende hoje, actos que no passado não faziam parte da sua definição, por serem considerados comportamentos habituais no relacionamento entre as pessoas – sugerindo-nos que, a definição deste conceito está dependente das normas e valores vigentes num determinado contexto histórico (Lourenço & Lisboa, 1992). A violência pode definir-se assim, «como uma transgressão aos sistemas de normas e de valores que se reportam em cada momento, social e historicamente definido, à integridade da pessoa.» (Lourenço & Carvalho, 2001, p. 11), assistindo-se desta forma, a uma variação temporal e espacial do seu significado (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997).

No entanto, a definição deste conceito também está profundamente relacionada com a significação que é atribuída ao acto violento, isto é, se é percebido como violência ou não. Ou seja, um acto é violento na medida em que alguém o classifica ou percebe como tal – a vítima, o perpetrador ou a sociedade a que ambos pertencem (Lisboa, 2003).

Actualmente parece assistir-se a uma maior sensibilidade e intolerância perante a violência, não porque os comportamentos violentos tenham diminuído, mas porque o tempo social em que se vive parece considerá-los inadmissíveis (Lipovetsky, 1989). Esta maior sensibilidade face à violência parece relacionar-se precisamente, com a extensão do significado do conceito de violência, que tem ocorrido nas últimas décadas e que parece suscitar um aumento do sentimento insegurança (Lourenço & Lisboa, 1992). Desta forma, quando mais abrangente for o conceito, maior o sentimento de insegurança e maior a sensibilidade e intolerância face à violência.

Segundo Lisboa (2003), as diferentes formas de manifestação da violência – física, psicológica, sexual, discriminação, constrangimento social – ou a combinação de todas estas formas, podem ocorrer em diversos contextos – espaço doméstico, local de trabalho, locais públicos, e podem corresponder a um acto isolado ou inserir-se numa trajectória mais ou menos prolongada no tempo.

Em Portugal, alguns estudos (Lourenço, et al., 1997; Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003; Lisboa, Carmo, Vicente & Nóvoa, 2003) têm demonstrado que a violência se manifesta de diferentes formas, atingindo todos os estratos sociais - embora de modo diferente, tendo vários tipos de perpetradores – mas com preponderância de homens, ocorrendo em todos os espaços – com maior incidência na casa/família.

Aliás, de acordo com vários autores, a família é indicada como sendo um dos espaços mais violentos, sendo a violência aqui exercida em função dos espaços de poder que cada um ocupa na estrutura familiar. No entanto, verifica-se que estatisticamente as mulheres e as crianças são os alvos preferenciais dessa violência, muito embora outras situações se possam cruzar ou ocorrer, permanente ou ocasionalmente, de acordo com a família em questão (Lourenço et al., 1997; Vicente, 1998).

2.2. Violência Doméstica

Foi a partir da década de 1970 que a actividade feminista, promovendo o denominado movimento da redescoberta da vítima, despertou o interesse dos investigadores pelo estudo dos crimes sexuais e dos maus-tratos às mulheres (Mawby & Walklate, 1994).

Assim, foi precisamente num contexto de desenvolvimento da pesquisa internacional acerca de mulheres agredidas no contexto das relações de intimidade, que teve origem o conceito de violência doméstica. É aliás, a interpretação científica do fenómeno da violência conjugal, inicialmente classificado como uma forma de violência na família, que dá origem ao conceito (Kirkwood, 1993; Dias, 2004).

Apesar da conceptualização da violência doméstica também suscitar algumas dificuldades em termos de definição (Dias, 2004), grande parte da bibliografia nacional da actualidade adoptou de uma forma consensual a definição que considera a violência doméstica como, qualquer acto, conduta ou omissão de natureza criminal, que sirva para infligir, reiteradamente e/ou com intensidade ou não, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital, namorado ou ex-namorado, ou progenitor de descendente comum, ou que esteja ou tivesse estado em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente por consanguinidade, adopção ou afinidade (PNCVD, 1999; Antunes, 2003; Dias, 2004; APAV, 2007). Desta forma, o termo doméstico no âmbito da violência doméstica não deve restringir-se aos limites das paredes do lar, mas antes, focar-se na natureza das relações que envolvem determinadas pessoas (Unicef, 2000).

Segundo a APAV (2007) esta definição de violência doméstica implica a referência a crimes que sejam de natureza pública, semi-pública ou particular, nomeadamente, o de maus-tratos físicos, o de maus-tratos psíquicos, o de violação, o

de abuso sexual, o de ameaça, o de coacção, o de difamação, o de injúria, o de subtração de menor, o de violação de obrigação de alimentos, o de homicídio, entre outros.

A violência doméstica também é definida como a violência física, psicológica, sexual ou financeira continuada, que tem lugar dentro de uma relação íntima ou familiar, e que faz parte de um padrão de comportamento coercivo e controlador (CIMD, 2002), tendo neste contexto, a finalidade de exercício do poder e controlo sobre a vítima, anulando e subordinando a vontade desta (WAVE, 2004).

Por outro lado, as diferentes definições e metodologias têm dado origem a diversas teorias explicativas sobre o fenómeno da violência doméstica. Alguns autores (Antunes, 2003; Matos, 2003; Matos, 2006) consideram que estas diferentes perspectivas se agrupam essencialmente em três abordagens teóricas fundamentais: teorias baseadas nos factores intra-individuais e biológicos, teorias sócio-culturais e teorias centradas na família.

As perspectivas centradas nos factores intra-individuais e biológicos foram as primeiras teorias a surgir e procuram compreender as características quer do abusador, quer da vítima, encontrando explicações ao nível das características de personalidade (psicopatológicas) quer para o comportamento ofensor, quer para o comportamento de aceitação da violência por parte da vítima (Matos, 2003). Estas teorias, para além de se centrarem em determinantes psicológicas, procuram explicar a violência doméstica através das experiências ocorridas na infância, ou ainda, da predisposição biológica do indivíduo (Antunes, 2003). Argumentam também que o consumo de álcool e outras drogas será outro dos determinantes que conduz os indivíduos à violência (Tollman & Bennett, 1990). Justificam ainda que as agressões poderão ter origem em tensões socialmente acumuladas (raiva, frustração) com as

quais o abusador não consegue lidar directamente, redireccionando estas tensões de uma forma violenta sobre um elemento do seu agregado familiar (APAV, 1999b; Matos, 2003).

As teorias sócio-culturais dão ênfase essencialmente a aspectos históricos, culturais, sociais e políticos que contribuem para a legitimação do domínio masculino sobre a mulher (Antunes, 2003; Matos, 2003). São perspectivas que salientam, a forma com os discursos sócio-culturais frequentemente viabilizam uma tolerância face aos maus-tratos, e como as ideologias mais tradicionais sobre a diferenciação dos papéis sexuais e sobre a relação entre os géneros, podem promover a violência na intimidade (e.g., através da socialização estereotipada dos géneros) (Matos, 2006). Algumas destas abordagens centram-se também numa óptica feminista, em que o abuso é considerado fruto de uma sociedade patriarcal, onde a violência doméstica é tida como um meio de controlo social sobre a mulher e/ou um meio para manter o domínio masculino. Esta perspectiva encara o abuso nas relações de intimidade, não apenas como um aspecto da violência doméstica, mas como um problema de violência dos homens sobre as mulheres (APAV, 1999b; Migliaccio, 2002).

Porém as diferenças de género parecem não ser suficientes para explicar os relacionamentos abusivos, e as teorias centradas na dinâmica familiar atribuem os comportamentos violentos à estrutura da família e aos padrões de interacção que se desenvolvem no seu meio (e.g., modelagem, problemas comunicacionais) (Antunes, 2003; Matos, 2006). Esta dimensão explicativa inscreve também algumas teorias socio-psicológicas, como a teoria da frustração-agressão, a teoria da interacção simbólica, a teoria da troca, a teoria das atribuições, teoria sociológica da subcultura da violência, teoria do conflito, teoria geral dos sistemas e a teoria intergeracional da violência (Matos, 2003).

Apesar de cada uma destas teorias centradas na família apresentarem algumas limitações (Dias, 2004), a pesquisa bibliográfica permitiu-nos verificar a primazia que é dada à teoria da transmissão intergeracional do abuso. Esta perspectiva tem subjacente, os mecanismos da aprendizagem social (e.g., observação, reforço, modelagem, coacção) e enfatiza que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação (Matos, 2003).

Neste contexto Gelles (1997) acrescenta que a família, para além de promover certas condutas agressivas junto dos seus elementos, pode conduzi-los à interiorização de valores ideológicos e sociais instigadores de condutas violentas (e.g., crenças e atitudes sobre os papéis de género). Contudo, Matos (2006) salienta que, apesar da aprendizagem destas condutas violentas aquando da infância, viabilizar no futuro desempenhos conjugais semelhantes, quer como vítimas, quer como abusadores, os antecedentes de violência na família nem sempre pré-determinam um futuro violento.

Por outro lado, em alternativa a estas perspectivas teóricas, que apenas nos facultam leituras distintas acerca do fenómeno da violência nos contextos familiares e de intimidade, encontramos alguns modelos multidimensionais que apresentam um maior nível de integração das causas da violência doméstica. Destacamos aqui o modelo ecológico de Corsi (1995, cit. Alarcão, 2000) que considera a influência de três dimensões na geração de violência no contexto familiar. Em primeiro lugar, o autor salienta a influência de um microsistema, que engloba aspectos como: a história pessoal e background familiar (e.g., violência intergeracional); autoritarismo nas relações familiares; aprendizagem de resolução violenta de conflitos; isolamento e baixa auto-estima. Em segundo lugar, a influência de um exosistema onde podem convergir aspectos como: a legitimação da violência a nível institucional; a legislação

insuficiente e desadequada no que diz respeito à protecção e apoio às vítimas, e que, com frequência favorece a vitimação secundária; a legislação insuficiente e desadequada no que diz respeito aos agressores, e que com frequência favorece a percepção de impunidade; a existência de modelos violentos nos meios de comunicação social. Por fim, a interferência de um macrosistema que abrange as crenças e valores culturais, as concepções estereotipadas acerca dos géneros, dos seus papéis na família e das relações de poder e as atitudes (tolerantes) face ao uso da força, como forma de resolução de conflitos.

Com isto conclui-se que a eclosão da violência no contexto doméstico não pode ser atribuída a uma causa única, mas antes ser percebida como um fenómeno de causas múltiplas.

2.3. Violência Conjugal Sobre A Mulher

Apesar da violência poder ser exercida por qualquer um dos elementos do casal, a maioria dos estudos não permite caracterizar o homem e a mulher como igualmente violentos (Hamberger & Guse, 2002). Pelo contrário, apesar do conhecimento de que tanto as mulheres como os homens possam ser vítimas ou perpetradores de violência conjugal, as estatísticas e as investigações indicam que todos os anos as taxas de mulheres abusadas excedem largamente as taxas de homens abusados (Migliaccio, 2002).

Desta forma, tendo em conta as evidências empíricas é incontornável a relevância e a primazia que é dada à violência conjugal sobre a mulher.

Tal como nos conceitos anteriormente referidos, a conceptualização subjacente à violência sobre as mulheres no contexto das relações de intimidade, tem suscitado ao longo dos anos algumas dificuldades. Esta conceptualização teve início na Grã-

Bretanha na década de 1970, pelo movimento de mulheres que adoptaram o termo “battered” (inicialmente usado para referenciar as crianças maltratadas), para descrever e evidenciar a violência severa e persistente de que as mulheres eram alvo (Dosbash & Dosbash, 1992). Posteriormente, sucederam-se inúmeras expressões, mas até hoje o conceito de «battered woman» é sem dúvida o mais conhecido, principalmente depois de popularizado por Leonore Walker (1979, 1984, 2000).

De acordo com Walker (1994), a violência conjugal sobre a mulher pode ser definida como, os maus-tratos exercidos sobre a mulher por parte do marido/companheiro, que ocorrem habitualmente no contexto de uma vitimação múltipla e podem incluir: maus-tratos físicos (e.g., pontapear, esbofetear), isolamento social (e.g., restrição do contacto com a família e amigos, proibir o acesso ao telefone), intimidação (e.g., por acções, palavras, gestos), maus-tratos emocionais, verbais e psicológicos, (e.g., por acções e afirmações que afectam a auto-estima da mulher e o seu sentido de auto-valorização), recurso ao privilégio masculino (e.g., recusa do abusador em reconhecer a sua cónjuge como igual), ameaças (e.g., à integridade física, de prejuízos financeiros), violência sexual (e.g., submeter a vítima a práticas sexuais contra a sua vontade), e, controlo económico (e.g., negar o acesso ao dinheiro ou a recursos básicos).

O Conselho da Europa define também a violência contra as mulheres como «qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, directa ou indirectamente, por meio de enganar, ameaças, coacções ou qualquer outra estratégia. Tem como objectivo intimidá-la, puni-la, humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu género sexual ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, auto-estima ou a sua personalidade, ou diminuir as suas

capacidades físicas e/ou intelectuais» (Presidência de Conselho de Ministros, 2001, p.1)

É inequívoco que qualquer uma destas definições remete a violência sobre a mulher para uma relação de subordinação e intimidação do outro, que segundo Costa (2003), é frequentemente silenciada.

Verifica-se também que, apesar da centralização inicial na agressão física, que influenciou o próprio conceito de «mulher batida» – devido a uma maior visibilidade deste tipo de agressão – a violência sobre as mulheres no contexto de uma relação de compromisso, engloba numerosas formas de violência, tão ou mais marcantes do que o mau trato físico. Aliás, algumas investigações indicam que muitas mulheres, vítimas de violência conjugal, consideram o abuso psicológico, como sendo mais doloroso e prejudicial do que o abuso físico (Dias, 2004).

Segundo Matos (2003), o comportamento violento na conjugalidade manifesta-se com frequência, de forma contínua e arbitrária, podendo qualquer facto conduzir ao episódio de maus-tratos. Daí que dificilmente se possa prever com rigor a sua ocorrência.

É pois, um fenómeno transversal (e.g., estatuto social) e multidimensional, variando em termos de tipologia, severidade (Matos, 2006) e consequências.

2.3.1. Dinâmicas da Violência Conjugal e Factores Explicativos Para a Continuidade do Abuso

Na díade relacional abusiva, a violência geralmente tende a instalar-se depois do estabelecimento de uma relação de compromisso, à semelhança do casamento. A inserção dos ataques físicos tendem a ocorrer de uma forma lenta e gradual (aumento constante de frequência e de intensidade) e são geralmente acompanhados pelo extremo abuso verbal.

As diferentes formas de abuso, parecem conduzir a vítima a uma baixa auto-estima, ao isolamento familiar e social e à crença de que a culpa pelos abusos é sua (pelo menos parcialmente), (Migliaccio, 2002).

Anderson e Schlossberg (1999) também salientam alguns padrões de interação que se associam à dinâmica dos maus-tratos conjugais. Nomeadamente, a elevada conflituosidade e stress marital, onde se pode encontrar múltiplas tentativas por culpar o outro pelos problemas, queixas abundantes, criticismo acentuado e a desvalorização do outro. Acrescenta-se ainda um elevado grau de ameaça, poucos comportamentos positivos (e.g., de aprovação do outro, ou de aceitação da responsabilidade/culpa) e elevados níveis de desacordo entre o casal. Por outro lado, o desencadeamento da violência física pode ser antecedido pela existência de padrões de interação hostil (e.g., verbal), de agressividade passiva, comportamentos de raiva e de défices ao nível da comunicação e da resolução de problemas por parte de ambos.

Lloyd (1999) concluiu também que a violência conjugal sobre as mulheres está relacionada com questões de ordem interaccional e comunicacional. O autor salienta a presença de défices ao nível das competências sociais do abusador, nomeadamente, dificuldades na resolução de problemas, poder de argumentação reduzido e atribuições hostis para o comportamento da mulher; a presença de um ambiente de controlo, caracterizado pela crença num código masculino - que rejeita a influência da mulher (sentida como uma ameaça), e que reforça a eficácia da agressão como estratégia de controlo. Lloyd acrescenta ainda que estas dinâmicas ocorrem num contexto relacional caracterizado por padrões de comunicação rígidos, afecto negativo, exigência e isolamento, beligerância por parte do agressor, resistência e

medo por parte da mulher vítima e, ainda, pela elevada dependência, ambiguidade de sentimentos, volatilidade e frustrações permanentes.

A investigação indica também que, após a instalação do abuso, a mulher tende a permanecer na relação abusiva por períodos de tempo consideráveis (Campbell et al., 1994; Ferrano & Johnson, 1983, Henton et al., 1983, cit. Rosen & Stith, 1997).

Esta é, sem dúvida, uma das questões que mais tem motivado os académicos na investigação acerca de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade e a bibliografia sugere-nos diversas teorias explicativas para esta questão.

Segundo Matos (2003), um dos factores que alimenta o sentimento de ineficácia e impotência das mulheres maltratadas é o facto de estas não serem batidas a cada minuto do dia (intermitência do abuso). Assim, as características de circularidade e arbitrariedade das agressões, bem como, o facto de ocorrerem, frequentemente, sob o domínio do tradicionalismo patriarcal, onde tem lugar a desigualdade nas relações de género, socialmente legitimada (Costa, 2003), conduz a uma débil condenação social da violência do cônjuge percebida pelas mulheres, assumindo um papel importante na determinação das suas dificuldades (Matos, 2003).

Com efeito, a violência, muitas vezes, não é reconhecida pela própria vítima, tornando-se assim, invisível e prolongando-se por longos períodos de tempo (Costa, 2003). Aliás, de acordo com Walker (1984), o facto de muitas mulheres vítimas não acreditarem que vivenciam um relacionamento violento, pode ser uma das respostas para o facto de muitas delas permanecerem nestas relações.

Segundo Buel (1999), a par de outros, a culpa por parte da mulher vítima de violência conjugal, é um dos sentimentos que mais frequentemente sustenta a relação abusiva. É um sentimento habitualmente induzido pelo abusador e é reforçado caso a mulher já tenha experienciado outras relações abusivas.

Por outro lado, a baixa auto-estima, também reforçada pelo abusador, é um dos factores mais referenciados na literatura, como sendo um dos promotores da continuidade das relações abusivas (Walker, 1979; 1984; Buel, 1999; Pais, 1999; Walker, 2000; Migliaccio, 2002; Antunes, 2003).

Numa perspectiva de cariz social, cultural e até religioso, Barnett e La Violette (1993) consideram que a socialização da mulher na família e na sociedade – assente num sistema de crenças e valores que desvaloriza a mulher, mas que lhe atribui a responsabilidade pela estabilidade familiar e, conseqüentemente a culpa pelo fracasso de uma relação conjugal, é uma das razões que determina o facto da mulher «aprender» a suportar a violência e a manter-se numa relação conjugal abusiva. Estas autoras salientam ainda que a este processo de aprendizagem se alia uma persistente esperança de que o cônjuge mude o seu comportamento e, conseqüentemente deixe de ser violento.

Aliás, esta esperança, acerca da mudança de comportamento do agressor, verifica-se que é por si só uma das várias justificações utilizadas para manter um relacionamento abusivo (Buel, 1999).

Na sequência destas crenças e valores que fazem parte da socialização de algumas mulheres, Marano (1996) acrescenta ainda que outra das razões que influencia a decisão da mulher em terminar o relacionamento abusivo, prende-se com a pressão familiar. O autor salienta que algumas famílias alimentam a crença de que nenhuma razão é válida para terminar com o casamento, pressionando a mulher a permanecer na relação abusiva. Este aspecto sustenta desta forma, o estigma do divórcio e da mulher divorciada.

Parece-nos, então, que estas pressões familiares e socioculturais favorecem também a vergonha que muitas mulheres sentem pelos abusos sofridos, podendo

impedir a vítima de divulgar ou até mesmo de negar a violência de que é vítima. A vergonha constitui-se assim, como mais um factor que sustenta a continuidade das relações abusivas.

Todos estes sentimentos, crenças e pressões, parecem favorecer também, o isolamento a que gradualmente o abusador vai restringindo a vítima, constituindo-se este, por si só, como outro dos factores que favorecem a continuidade de uma relação abusiva. Desta forma, o isolamento aumenta a probabilidade da vítima permanecer na relação, (Buel, 1999) uma vez que, torna a mulher mais vulnerável, mantendo a privacidade do abuso e neutralizando a possibilidade de eventuais sanções ou de ajuda face aos intervenientes da violência (Matos, 2006).

Alguns autores (Hoff; 1993; Marano, 1996; Buel, 1999) salientam ainda que a questão financeira, principalmente se existirem filhos, é outra das razões referidas pelas mulheres que não abandonam os cônjuges violentos. Principalmente se a vítima considerar que não tem para onde ir, e se o perpetrador exercer controlo financeiro, restringindo o acesso da mulher a bens materiais. No entanto, mesmo sem a existência de abuso financeiro, muitas mulheres, ao tentarem sair da relação conjugal violenta, vêem-se confrontadas com extremas dificuldades económicas, que se avolumam caso existam filhos.

Nesta sequência, outro dos aspectos a considerar e um dos mais referidos pelas mulheres vítimas de abuso conjugal é a existência de filhos. Muitas mulheres acreditam que não devem privar os filhos da companhia dos pais, principalmente se este não exerce violência directa sobre eles (Dosbash & Dosbash, 1979; Buel, 1999). Por outro lado, temem também, perder a custódia dos filhos, caso abandonem o lar (Buel, 1999) e, talvez por isso, pareçam sentir com grande embaraço todas as

questões práticas que se prendem com o sair de casa com os filhos, mantendo assim a relação abusiva. (Dosbash & Dosbash, 1979).

Paralelamente a estas questões de ordem prática, muitas são as mulheres que salientam o amor pelo perpetrador como outra das razões que as leva a suportar a relação abusiva. Aliás, muitas vítimas apesar de desejarem que a violência termine definitivamente, referem que continuam a amar o cônjuge violento (Buel, 1999).

Buel (1999) acrescenta que o sentimento de gratidão para com o abusador, pode ser outra das razões que leva a mulher a permanecer na relação abusiva. Principalmente, se em tempos, o abusador prestou suporte (e.g., emocional, financeiro) à mulher e /ou aos filhos desta (provenientes de outra relação) e se a mulher é portadora de algum problema de saúde (física ou mental). Assim, perante estas circunstâncias de fragilidade o abusador tende a reforçar a baixa auto-estima de mulher, alimentando o seu sentimento de gratidão para com ele.

Um outro efeito da exposição à violência é a possibilidade da vítima passar a identificar-se com o agressor e começar a agir em sua defesa, como estratégia de sobrevivência – Síndrome de Estocolmo (WAVE, 2004). Neste âmbito, Matos (2006) refere que a condição da mulher abusada, reflecte uma situação em que a vítima, depois de uma longa convivência com o abusador, acaba por se vincular emocionalmente a este, gerando um sentimento de interdependência e ambivalência que inclusivamente se pode prolongar muito tempo depois da separação física. Neste contexto, Granham, Rawlings e Rigsby (1998) e Buel (1999) referem que, nos casos de violência doméstica, frequentemente se reúnem as condições necessárias para o desencadeamento deste síndrome, o que pode justificar o facto de enúmeras vezes a mulher ter medo de fazer alguma coisa que provoque ou irrite o agressor, tentando ganhar a sua simpatia e agindo como sua aliada, e, não raras as vezes, procura

proteger o agressor, não revelando –, por exemplo, a causa real dos seus ferimentos ou afirmando ter sido a própria a causá-los.

De facto, o medo por parte das vítimas parece ser um dos factores determinantes na manutenção das relações conjugais violentas. Nomeadamente, o medo de que as coisas piorem, o medo de perder os filhos, ou até a ameaça de homicídio, constituem factores determinantes para, o não agir, não procurar apoio do exterior ou denunciar o abuso e permanecer na relação violenta (Barnett & La Violette, 1993; Hoff, 1993; WAVE, 2004).

Por outro lado, apesar da crescente sensibilização para a problemática da violência, (doméstica, conjugal), ainda existem vítimas que se mantêm numa relação abusiva por desconhecimento das várias formas de abuso, sendo que, à excepção das agressões físicas, muitas mulheres não têm consciência de que vivem uma relação abusiva, principalmente se esta se caracterizar essencialmente pelo abuso psicológico, emocional e até sexual (Buel, 1999).

Outra das razões, prende-se com o desconhecimento das várias opções de ajuda e dos recursos disponíveis na comunidade ou simplesmente pela descrença nos dispositivos legais (Buel, 1999).

Algumas mulheres parecem ainda manter uma relação abusiva por questões de segurança, argumentando que se sentem mais seguras com o abusador por perto, uma vez que conseguem prever com maior facilidade a chegada de um comportamento violento, podendo assim, tomar providências no sentido da sua protecção e da protecção dos filhos, caso existam (Buel, 1999).

Leonore Walker (1979; 1984; 2000) procurou também explicar o facto de muitas mulheres permanecerem em relacionamentos abusivos e no final da sua

investigação elaborou duas teorias sobre as mulheres agredidas: a teoria do desânimo aprendido (*learned helplessness*) e a teoria do ciclo da violência.

Na teoria do desânimo aprendido, Walker procura explicar porque é que as mulheres vítimas perdem as suas capacidades de discernimento e de auto-preservação. A autora concluiu que o desânimo aprendido tem três componentes básicos: 1) a informação sobre o que acontecerá; 2) a representação cognitiva do que acontecerá (aprendizagem, expectativa, crença, percepção); 3) o comportamento desencadeado perante o acontecimento. No entanto, é o componente da representação cognitiva (sistema de crenças) que conduz à elaboração de expectativas erróneas e que dá origem a um défice na capacidade de resolução do problema. Assim, a repetição das agressões vai diminuindo a motivação da mulher para responder e a sua capacidade cognitiva de percepção de sucesso modifica-se, fazendo com que a vítima deixe de acreditar que a sua resposta possa dar origem a uma consequência positiva. Com isto, a sua capacidade de aprendizagem torna-se confusa e perturbada e o repertório de respostas perante a violência vai diminuindo. Desta forma, a mulher vítima vai deixando de ver as suas opções de resposta perante as agressões, agindo como se não tivesse escolha.

Por outro lado, uma vez iniciada, a violência tende a ser continuada e a aumentar, quer em termos de frequência, quer em termos de gravidade, constituindo-se como um sistema circular (Antunes, 2003).

É também a esta circularidade que Walker (1979; 1984) atribui o facto de muitas mulheres permanecerem em relacionamentos violentos. Esta circularidade define a teoria do ciclo da violência conjugal (Walker, 1979, 1984) que se caracteriza por três fases distintas, nomeadamente: 1) a fase de emergência ou aumento da tensão, em que as tensões quotidianas acumuladas pelo ofensor criam um ambiente de

eminente perigo para a mulher vítima, que é culpabilizada, e sob qualquer pretexto, o ofensor expulsa todas estas tensões sobre a mulher vítima. Os pretextos podem ser muito simples, recorrendo o ofensor a situações do quotidiano familiar. 2) a fase do incidente crítico ou ataque violento, é uma fase incontrolável, disruptiva e breve, caracterizada pela ocorrência de um severo ataque em que o ofensor maltrata com grande intensidade, física e psicologicamente, a mulher vítima, que procura defender-se apenas pela passividade, esperando que o agressor pare e não avance com mais violência. Esta fase caracteriza-se também, pelo de intenso stress psicológico sentido pela mulher pelo facto de não saber quando o acidente agudo voltará a acontecer. 3) a fase do apaziguamento ou fase de lua-de-mel, em que o perpetrador depois da tensão ter sido direccionada, sob a forma de violência, manifesta arrependimento e promete não voltar a ser violento. Este pode invocar motivos para que ela desculpe o seu comportamento (e.g., ter corrido mal o dia de trabalho, ter-se embriagado), e pode reforçar o seu pedido de desculpas, tratando a mulher delicadamente, fazendo-a acreditar, que de facto, foi essa a última vez que ele se descontrolou. Ou seja, o ofensor adopta o comportamento idealizado pela mulher vítima, e esta convence-se de que não sofrerá mais abusos, prolongando assim, o relacionamento (Walker, 1984; APAV, 1999a; Antunes, 2003).

Este ciclo dificulta em muito a tomada de decisão da mulher vítima, uma vez que esta vive fases muito dramáticas de tensão e ataque violento, mas que terminam numa fase considerada gratificante (o apaziguamento), na qual a sua esperança de ter uma conjugalidade sem violência faz acreditar e tentar novamente o projecto de vida sonhado. Apesar de imediatamente ao ataque violento a mulher se convencer do seu desejo de deixar de ser vítima, ao recomeçar a dinâmica com o seu cônjuge, o relacionamento recomeça e a mulher vê-se confrontada com a pressão de não destruir

a família – mesmo que o perpetrador assuma a culpa pela conflituosidade do relacionamento (Walker, 1984; Antunes, 2003).

Aliás, esta alternância entre a violência e a afectuosidade apesar de conduzir a vítima à confusão, fá-la acreditar que o agressor também tem o seu lado bom, alimentando a esperança de que este mude (WAVE, 2004).

Este ciclo caracteriza-se também pela sua continuidade e repetição sucessiva, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e do apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento, o que pode resultar em homicídio conjugal (Pais, 1998). No entanto, apesar do carácter repetitivo deste ciclo, a vítima não tem consciência da sua previsibilidade, e, envolta num conjunto de sentimentos como o medo, culpa e esperança, dificilmente consegue assumir uma atitude de ruptura, promovendo e mantendo o seu sentimento de incapacidade (Costa, 2003).

Assim, segundo Alexander (1993) a mulher só abandona a relação abusiva quando alcança a percepção de que a culpa não é (exclusivamente) sua e que o agressor não mudará a seu comportamento, mas pelo contrário, que a violência só tenderá a progredir ao longo dos anos.

Verifica-se então, que são numerosas as razões que fazem com que a vítima mantenha uma relação violenta, nomeadamente, amor, medo, vergonha, embaraço, dependência financeira, orgulho, lealdade, baixa auto-estima, valores relativos ao casamento, a sua vulnerabilidade social, os próprios dispositivos de segurança inerentes a uma possível denúncia, a combinação de todas ou de algumas destas. Para além disso, a crença na mudança de comportamento do agressor e as consequências temidas pelo abandono do cônjuge ou companheiro, alimentam o perpetuar da relação abusiva. Simultaneamente, razões de ordem cultural, religiosa, crenças e práticas

personais, bem como, a transmissão intergeracional representam um papel importante na manutenção destas relações (Pais, 1999; Antunes, 2003).

Em resumo, Bowker (1993) considera que as reacções da mulher à violência do cônjuge e a decisão de permanecer ou abandonar a relação abusiva, são o resultado de factores psicológicos, económicos, físicos e sociais, bem como do entendimento subjectivo da violência intrafamiliar.

Conclui-se então que o problema da violência na conjugalidade é uma dinâmica perversa (Costa, 2003) que actua de tal forma que molda a identidade da mulher (e.g., no sentido da autodepreciação, impotência) (Matos & Gonçalves, 1999), transformando as noções de responsabilidade e em que as vítimas, sendo por vezes, enredadas num jogo cíclico, se assumem como culpadas e até merecedoras do abuso (Costa, 2003).

Contudo, a permanência na relação abusiva não pode ser vista como fruto de uma personalidade tipificada, mas sim, como o resultado de uma complexidade de factores, sociais, culturais, interaccionais, económicos, psicológicos e, por vezes psicopatológicos (Matos, 2006).

2.3.2. Características Associadas À Vítima

Walker (1979, 1994, 2000) salientou que não existem traços de personalidade específicos que determinem um perfil de personalidade de vítima. No entanto, a autora identificou um conjunto de características comuns – «síndrome da mulher batida» nas mulheres vítimas de violência conjugal que investigou - nomeadamente a baixa auto-estima, a crença em aspectos culturalmente transmitidos (mitos), relacionados com as relações conjugais violentas, a crença nos estereótipos associados aos papéis sexuais tradicionais, a culpabilização pela vitimização, a

negação dos seus sentimentos de terror e de raiva, sofrem de intensas reacções de stress, usam a relação sexual como forma de estabelecer intimidade com o parceiro, demonstram uma atitude passiva perante os outros e não procuram ajuda no exterior.

Walker (1979, 1994) identificou ainda a presença de outras características comuns nas mulheres vítimas, tais como: forte valorização da unidade familiar e atitude submissa em relação à figura masculina – tida como representação da autoridade; crenças erróneas sobre si própria e sobre os outros (e.g., desânimo aprendido); dificuldades ao nível das tomadas de decisão; distúrbios de ansiedade, desconfiança em relação aos outros, pessimismo e desvalorização.

Algumas investigações sugerem que, aquando da comparação com as não vítimas, as mulheres vítimas são consideradas mais femininas no seu papel sexual (no sentido tradicional do termo) e mais tolerantes ao controlo externo (isto é, com maior predisposição para se submeterem a regras definidas por outrem, mesmo que contra a sua vontade), apresentando, por isso, défices ao nível da independência e da assertividade (Dutton, 1996; Costa & Duarte, 2000). Por outro lado, sentem-se mais controladas por forças exteriores e apresentam uma elevada necessidade de aprovação e de dependência (Frisch & MacKenzie, 1991).

As mulheres vítimas parecem apresentar também níveis mais baixos de intimidade e compatibilidade com os seus companheiros, assumindo os papéis sexuais de uma forma mais tradicionalista. Contudo, apresentam uma maior frequência de interacções sexuais, comparativamente a outras mulheres – indicando pouca assertividade relativamente ao consentimento da actividade sexual (Apt & Hurlbert, 1993).

Alguns estudos realizados em Portugal (Lourenço et al., 1997; Lisboa et al., 2003a) concluíram também que a maioria das mulheres vítimas reage à agressão de

uma forma “passiva”, sendo que a dependência econômica ou de outra natureza relativamente ao agressor, a existência de filhos pequenos, o receio do estigma social associado à mulher divorciada/separada, o medo da reação do agressor, a ambivalência psicológica na relação com este e a reprodução da submissão (Bourdieu, 1998) são algumas das razões apontadas para justificar esta “passividade”.

Por outro lado, quando comparadas com as não vítimas, as vítimas apresentam uma maior probabilidade de apresentar inquietude e ansiedade, dificuldade em se descontraírem, dificuldade em tomar decisões, choro fácil, pensamentos ou sonhos assustadores, dificuldades em expressar sentimentos, dificuldades ao nível da concentração e da memória, solidão e falta de esperança e pensamentos suicidas (Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres, cit. Lisboa et al., 2003a). Apresentam também maior probabilidade de tentar o suicídio, de recorrer ao álcool e a outras drogas como forma de evitamento (Stark & Flicraft, 1996 cit. Stark, 2001).

Segundo Matos (2000), são também comuns os distúrbios cognitivos e de memória assim como alterações na imagem corporal, alterações na sexualidade (principalmente aquando de abuso sexual por parte do parceiro) e um significativo comprometimento ao nível da identidade da mulher. Outras consequências observadas, podem ser também os distúrbios alimentares e de sono, distúrbios psicossomáticos e desordem de stress pós-traumático – frutos do elevado nível de stress vivenciado nas relações abusivas (Matos, 2006).

Conclui-se, desta forma, que, apesar de extenso, o impacto que as experiências de violência produzem nas mulheres abusadas não é mais do que um efeito esperado, face à repetição da violência de que são alvo (Matos & Gonçalves, 1999). Desta forma, as dificuldades e os problemas apresentados pela vítima não devem ser, por

isso, interpretados como factores precipitantes, causais ou explicativos da sua continuidade na relação abusiva.

Contudo, verifica-se que alguns dos estilos cognitivos mais directamente implicados na vitimação parecem relacionar-se com a baixa auto-estima, com um estilo atributivo disfuncional (culpabilização pela vitimação) e com o desânimo aprendido.

A auto-estima pode ser entendida como as auto-avaliações (altas ou baixas) que o sujeito faz de si próprio em termos de competência e aceitação. Influencia a sua interpretação dos acontecimentos e, conseqüentemente, a sua atitude perante os mesmos. Os indivíduos com uma baixa auto-estima apresentam pouca confiança nas suas competências, possuem expectativas baixas sobre si próprios e interpretam os sinais de desaprovação dos outros como uma consequência lógica das suas falhas (Sommer & Baumeister, 2002).

Por outro lado, sujeitos com estilo atributivo disfuncional face à interpretação dos acontecimentos, tendem a atribuir os sucessos, a causas externas e instáveis e os fracassos, a causas internas, estáveis e globais (Seligman, Abramson, Semmel & von Baeyer, 1979).

No que diz respeito ao desânimo aprendido, de acordo com Seligman (1972) e Walker (1979), o sujeito desenvolve a crença de que as suas acções não terão qualquer efeito sobre o decurso dos acontecimentos. Agindo por isso, muitas vezes, de uma forma passiva perante a repetitividade da violência.

Neste sentido, as experiências de violência no contexto da conjugalidade parecem afectar sobretudo a percepção da mulher enquanto agente de poder e de direitos (Matos & Gonçalves, 1999), limitando a possibilidade de mudança e a construção de uma história de vida diferente.

2.3.3. Atribuições de Sentido e Preditores da Conduta Violenta

Matos (2006) refere que ainda pouco se sabe sobre as atribuições que a mulher vítima faz acerca do comportamento violento do seu cônjuge. Contudo, as vítimas parecem atribuir a violência aos factores culturais (e.g., machismo) e a alguns factores individuais (e.g., ciúme) dos seus parceiros.

Walker (2000) acrescenta que, de acordo com o ponto de vista da mulher vítima, o início de um padrão de violência dentro da relação conjugal, por parte do abusador, ocorre devido à inabilidade deste para controlar o sentimento de raiva. Por outro lado, elas atribuem esta forma de agir (violenta) às experiências de vida de que eles foram vítimas aquando da infância (e.g., maus-tratos) reforçando a perspectiva de que os perpetradores de violência conjugal, aprendem a lidar com as dificuldades (e.g., emocionais) através da raiva e de comportamentos violentos, sustentando desta forma, a teoria da aprendizagem do comportamento violento.

Aliás, Walker (2000) considera que, apesar de existirem algumas características que possam identificar o perpetrador, o melhor predictor de um futuro violento é a existência de uma história de violência no passado. Estas vivências podem incluir, o testemunho, a vitimação directa ou a colaboração em actos de violência no seu ambiente familiar aquando da infância bem como violência exercida sobre animais domésticos, objectos ou pessoas, existência de antecedentes criminais, longo tempo de permanência no serviço militar e antecedentes de agressividade para com as mulheres.

Por outro lado, se a estas experiências se adicionar um historial de acessos de mau-humor, insegurança, necessidade de manter um relacionamento duradouro, recurso frequente de ameaças, ciúme, possessividade e a habilidade de seduzir e manipular para alcançar o que pretende, mas por outro lado, um comportamento

hostil e ofensivo quando não consegue alcançar o desejado, o risco de surgir um comportamento agressivo torna-se bastante elevado, principalmente se conjugado com problemas ao nível do abuso do álcool (Walker, 2000).

Matos (2006) salienta também que apesar da presença do álcool poder coexistir e interferir na violência conjugal - promovendo a sua progressividade, severidade e generalização, existem também outros factores, por vezes comuns, nos indivíduos que assumem uma conduta abusiva, como: alterações frequentes de humor, minimização da severidade dos seus comportamentos, emoções desproporcionais face à rejeição/abandono, externalização da culpa e auto-desculpabilização. Contudo, apesar destas similaridades, a autora defende que não é possível determinar um perfil (e.g., social, psicológico) do agressor.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica permite-nos concluir que o exercício masculino da violência na intimidade poderá constituir, não um perfil, mas um conjunto de múltiplos factores que, interagindo entre si, facilitam a eclosão da violência nas relações.

Neste contexto, O'Neil e Harway (1999) propõem um modelo multiníveis acerca da violência perpetrada pelo homem nas relações de intimidade. Este modelo sugere a existência de diversos factores de risco a que o indivíduo está exposto (e.g., factores biológicos, psicológicos, psicossociais, de socialização, factores relacionais e factores macrossociais), que se cruzam de diversas formas e interagem a favor do exercício masculino da violência na intimidade. Desta forma, os autores sugerem que o risco de violência conjugal contra as mulheres é de ordem contextual, situacional e idiossincrático.

2.3.4. O Papel dos Acontecimentos de Vida Negativos na Vitimação

As investigações demonstram que as mulheres vítimas, quando comparadas com mulheres não vítimas, relatam mais acontecimentos de vida negativos (Constantino, Sekula, Rabin & Stone, 2000).

Segundo Ketchen (2007), existem diversas formas de conceptualizar os acontecimentos de vida negativos. Na generalidade, os acontecimentos de vida negativos podem ser definidos com as experiências de vida que podem vulnerabilizar o indivíduo, conduzindo-o a uma conduta disfuncional.

Os investigadores têm apontado como acontecimentos de vida negativos experiências como os maus-tratos na infância (e.g., abuso físico ou sexual) (Deykin, Alpert & McNamara, 1985; Dieserud, Forsé, Braverman, Roysamb, 2002; Cruz, 2004), doença mental dos pais (Dieserud et al., 2002; Cruz, 2004), ambiente familiar perturbado (e.g., excesso de controlo ou permissividade e conflitos familiares) (Cruz, 2004), perdas significativas precoces (e.g., pais, cuidadores) temporárias ou definitivas – por divórcio, ausência, abandono ou morte (Bowlby, 1985, 1990; Dieserud et al., 2002; Cruz, 2004), entre outros.

Os autores postulam que estes acontecimentos podem influenciar o futuro distante do indivíduo, inclusivamente em adultos que não estejam na actualidade expostos a situações de stress. Esta influência deve-se a uma distorção dos processos cognitivos que adultera a imagem que o indivíduo tem de si mesmo, dos outros e da sua interacção com eles, conduzindo-o a adoptar condutas disfuncionais (Cruz, 2004).

De uma forma geral, a presença de experiências traumáticas na infância pode conduzir a uma interrupção na continuidade e na estabilidade das vivências, teoricamente necessárias para um desenvolvimento normativo dos modelos de

representação do self e do mundo – modelos estes, desenvolvidos, pelo menos em parte, através das memórias autobiográficas (McCann & Pearman, 1990).

Neste contexto, abordaremos em seguida o papel que, as experiências de maus-tratos durante a infância, e, as perturbações no processo de vinculação, podem ter, relativamente à probabilidade de ser vítima na idade adulta.

2.3.5. O Papel das Experiências de Maus-tratos Durante a Infância e a Probabilidade de Ser Vítima na Idade Adulta

Muitos são os autores que sugerem que o modo como é representada a relação interpessoal passada com os pais é muito similar ao modo como são percebidas as relações interpessoais na idade adulta (Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2003).

Neste sentido, a investigação tem vindo a verificar a interferência adversa que a vivência de maus-tratos durante a infância tem na trajectória desenvolvimental do indivíduo.

Assim, determinando os padrões de relacionamento actual com outros significativos, as modalidades relacionais que se estabeleceram em consequência do indivíduo ter sido maltratado na infância podem implicar dificuldades no relacionamento interpessoal na idade adulta (Figueiredo et al., 2003).

Verifica-se que, as crianças que coabitam com famílias violentas e que consequentemente estão expostas à violência interparental, têm maior facilidade de aceitação da violência como uma forma autêntica de aquisição de poder e controlo sobre o outro, consentindo facilmente a conduta agressiva e podendo actuar da mesma forma perante o outro (NCFV, 2006).

Para Groves (2002) o facto de testemunhar violência, nomeadamente violência doméstica, aquando da infância, poderá suscitar perturbações no normal

desenvolvimento da personalidade, na definição do auto-conceito e na forma de gerir as relações interpessoais com os pares. Aliás, a vivência num ambiente de violência, onde os protagonistas são as suas figuras de apego, dá origem a uma concepção imprevisível, insegura e assustadora do mundo, que promove o desenvolvimento de sintomas de ansiedade, evitamento e agressividade. Para além disso, podem surgir, dificuldades de internalização e de externalização, relacionados com as competências sociais, dificuldade de interpretação de situações e relações sociais e efeitos ao nível da resolução de problemas (Margolin, 1998; Sani, 1999; Costa, 2003).

Segundo Wekerle & Wolfe (1998), as experiências de maus-tratos durante a infância contribuem significativamente, quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é perpetrador de abuso (e.g., físico, sexual, verbal), quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é vítima de abuso nas relações íntimas com outros significativos. Este resultado é consistente com a noção de que, nas relações com outros significativos, tanto a vitimização como a perpetração de abuso se estabelecem frequentemente na sequência das experiências negativas na infância, sugerindo que a vivência de maus-tratos durante a infância pode suscitar no homem e na mulher uma maior vulnerabilidade quanto à activação de ambos os papéis, de vítima e de ofensor (Wekerle & Wolfe, 1998; WAVE, 2004). Alguns autores (Appelt, Höllriegl & Logar, 2001) defendem ainda, que os rapazes têm maiores probabilidades de virem a ser perpetradores e as raparigas, por outro lado, de sofrerem violência.

Neste contexto, Matos (2006) acrescenta que o legado da violência na família pode também promover um modelo de desempenho da mulher face à violência (e.g., normalização da violência, reforço de representações mais passivas), aumentando o risco de vitimação da mulher quando adulta.

Segundo Zuckerman (1999), testemunhar violência afecta a forma como a criança vê o mundo e o seu papel neste. Para além disso, esta pode aprender que a violência é a forma de resolver os problemas e de reduzir a tensão. Segundo o autor, a criança que cresce numa família violenta tem mais probabilidade de ser agressiva com os seus pais, e maior probabilidade de vir a ser agressor ou vítima, na idade adulta.

Zuckerman (1999) acrescenta ainda que um vasto número de homens agressores, cresceram num ambiente onde os seus pais agrediam as suas mães. Por outro lado, raparigas que cresceram num ambiente violento têm mais probabilidade de vir a ser agredidas quando adultas do que raparigas que cresceram numa família não violenta.

Para além disso, as experiências de maus-tratos durante a infância podem desencadear perturbações emocionais e de afecto (e.g., dificuldade ao nível da expressão emocional), consequências ao nível do desenvolvimento cognitivo e rendimento escolar, consequências ao nível do desenvolvimento do self, implicações ao nível das relações interpessoais e consequências ao nível da organização comportamental e representacional da vinculação, que se reflectem não só ao longo do desenvolvimento da criança, mas também, na vida adulta (Figueiredo et al., 2003; Azevedo & Maia, 2006).

2.3.6. Modelos de Vinculação e a sua Influência na Experiência de Vitimização

«O desenvolvimento social inicia-se com o primeiro vínculo humano, que é considerado por vezes, como a base de todas as relações posteriores com os outros: a vinculação do bebé à pessoa que cuida dele.» (Gleitman, 1993, p. 663).

De acordo com alguns autores, este processo de vinculação começa a estabelecer-se ainda antes de a criança ser gerada, isto é o facto da criança ser idealizada ou imaginada pelos pais antes da sua existência, já é, parte constituinte deste processo. Desta forma, o não desejar a criança, ou o facto desta não corresponder à criança idealizada, pode interferir no desenvolvimento da vinculação (Barudy, 1998).

De acordo com a trilogia da teoria da vinculação, Bowlby (1984 a, 1984b, 1985) preconiza que aquando do nascimento o comportamento da criança é determinado por um sistema emocional inato que a leva a estabelecer vínculos emocionais com a figura representativa dos cuidados primários. Assim, o choro e a procura de contacto parece actuar de forma a assegurar a sobrevivência, promovendo a proximidade a um prestador de cuidados – visto como fonte de protecção e segurança (figura de vinculação). Desta forma, segundo o autor, o comportamento de vinculação resulta do facto de a criança ter um medo inato do desconhecido e do que não lhe é familiar (Gleitman, 1993).

Apesar deste comportamento de vinculação estar biologicamente estabelecido (Bowlby, 1984a, 1985), o seu bom desenvolvimento depende da relação entre a figura de vinculação e a criança. Se a figura de vinculação for sentida e mentalmente representada pela criança como uma figura disponível e apta para prestar experiências gratificantes, como protecção e conforto quando a criança necessita, esta tornar-se-á menos insegura, do que outra criança desprovida dessa protecção, estabelecendo-se assim os alicerces da confiança em si própria e no outro (Bowlby, 1984b; Figueiredo, 1998; Azevedo & Maia 2006).

Neste sentido, Bowlby (1984a/1985) propôs que as interacções repetidas com os prestadores de cuidados são internamente organizadas como modelos mentais

(internal working models) que, operando de uma forma dinâmica, ajudam a criança a compreender e interpretar o comportamento dos que lhe são próximos, assim como a construir uma imagem de si, em termos do seu valor próprio e da sua capacidade de influenciar os outros. Desta forma, a criança desenvolve, simultaneamente, um modelo de si e um modelo do outro, ou seja, a concepção do mundo e a concepção do eu no mundo. A representação do mundo relaciona-se com a percepção dos outros, nomeadamente, das figuras de vinculação, bem como onde se encontram e de que forma são contingentes às suas iniciativas. Por outro lado, a representação do eu no mundo refere-se à imagem de si, como sendo ou não, valorizado, aceite e digno de receber atenção por parte da figura de vinculação.

Assim, a teoria da vinculação (Bowlby, 1984 a, 1984b, 1985, 1989) caracteriza a relação da criança com as suas figuras de vinculação como uma matriz a partir da qual se vão desenvolver conhecimentos e expectativas acerca do self, de outros significativos e do mundo, que vão guiar o funcionamento interpessoal e influenciar o estabelecimento de outras relações íntimas.

Neste sentido, Bowlby (1984b) defende que qualquer perturbação no vínculo inicial da criança à mãe, vai torná-la uma pessoa mais insegura na sua emotividade, na vida futura. Nesta perspectiva, as separações precoces, nomeadamente da mãe, podem ser psicologicamente danosas, pois a continuidade da relação da criança com a primeira figura de vinculação é um elemento necessário para a sua saúde mental básica. Da mesma forma, uma criança que seja negligenciada, ou cujos seus cuidadores revelem incapacidade em estabelecer uma relação afectiva, pode desenvolver uma imagem negativa do mundo e do eu (Bowlby, 1984b), e conseqüentemente a sensação de que as relações são fonte de frustrações e a crença de que não merece ser amada. Desenvolve então uma atitude desconfiada e

dependente em relação ao outro, o que pode impedir no futuro, o estabelecimento de relações satisfatórias. Concomitantemente as relações futuras tendem a remeter novamente para uma imagem negativa de si própria, gerando simultaneamente sentimentos penosos que aumentam a vulnerabilidade às perturbações psicopatológicas (Miljkovitch, 2004).

Assim, se os prestadores de cuidados forem suficientemente eficazes e securizantes, é suposto que a criança desenvolva expectativas positivas e confiança acerca dos outros e do seu valor pessoal. Estes modelos seguros promovem o desenvolvimento de relações seguras de vinculação no adulto, relações que fornecem um espaço e uma base de segurança. Em oposto, um ambiente familiar caracterizado pela prestação de cuidados inconsistentes e rejeitantes, poderá dar origem a padrões menos seguros de vinculação. Consequentemente, por um processo activo de construção, estes modelos inseguros tendem a conduzir o indivíduo a recriar modelos inseguros nas suas relações adultas (Bowlby, 1990).

Segundo Main e Hesse (1990), a impossibilidade de a criança encontrar protecção junto da figura de vinculação, poderá conduzi-la ao fracasso na sua tentativa de se adaptar ao progenitor e de elaborar uma estratégia de vinculação coerente e organizada. Verifica-se, então, que esta desorganização (Main & Solomon, 1990) é o que sucede quando a mãe/figura de vinculação representa para a criança uma fonte de alarme e de medo. Desta forma, segundo Main e Hesse (1990) as crianças desorganizadas teriam, na maior parte das vezes, cuidadores maltratantes, traumatizados e/ou enlutados.

Por outro lado, segundo Miljkovitch (2004), uma pessoa maltratada pelos pais, uma vez adulta, está mais propensa a pôr em acção, nas suas relações de casal, relações de submissão e impotência versus controlo e insensibilidade. Isto porque, as

peças dificilmente se conseguem adaptar a um ambiente relacional novo, sem que sejam influenciadas pelos modos de interação passados. Ou seja, quando adultos, tendem a recriar os mesmos tipos de trocas que tiveram na infância com as suas primeiras figuras de vinculação, condicionando tanto as relações amorosas, como a relação com os filhos. Aliás, Hazan e Shaver (1987) conceptualizaram a vinculação nas relações amorosas como uma continuidade da relação de vinculação aquando da infância. Sugerindo que esta relação de vinculação inicial determina não só, as crenças sobre o decurso de uma relação amorosa, as crenças acerca da disponibilidade e da fidelidade/lealdade dos parceiros, mas determina também, as crenças acerca do seu próprio valor pessoal.

A análise da representação da vinculação permitiu, também, esclarecer a continuidade entre as experiências de maus-tratos durante a infância e a qualidade das relações interpessoais na idade adulta. Primeiro, verificou-se que os indivíduos maltratados durante a infância apresentavam com frequência um padrão inseguro de vinculação na idade adulta (Varia & Abidin, 1999). Para além disso, verificou-se que os indivíduos com padrão inseguro de vinculação exibiam mais dificuldades no relacionamento íntimo (Hazan & Shaver, 1987) e maior probabilidade de serem vítimas ou perpetradores de maus-tratos nas relações com pessoas significativas na idade adulta (Wekerle & Wolfe, 1998).

Experiências de maus-tratos, nomeadamente de abuso sexual, parecem comprometer significativamente o desenvolvimento da criança vítima, e através dos padrões de vinculação inseguros, contribuir para novas experiências negativas, nomeadamente ao nível das relações íntimas (Walker, 2001).

Bartholomew e Horowitz (1991), tendo como suporte a teoria da vinculação de Bowlby, desenvolveram um modelo bidimensional sobre os processos de vinculação

na vida adulta, em que a confluência entre a imagem do eu e a imagem do outro dá origem a quatro padrões de vinculação, nomeadamente padrão de vinculação seguro, padrão de vinculação preocupado (ou inquieto), padrão de vinculação desligado (ou desapegado) e padrão de vinculação receoso.

No padrão de vinculação seguro existe uma imagem positiva do self e do outro, e tipifica os sujeitos que são capazes de manter a sua autonomia e de estabelecer relações de intimidade com os outros, para além disso são indivíduos que manifestam uma elevada auto-estima, confiança e capacidade de estabelecer e manter laços de intimidade com os outros, sem perderem o sentido do self, ou seja, conseguem manter uma dependência saudável do outro. Por outro lado, os indivíduos com um padrão de vinculação seguro esperam que as suas figuras de vinculação sejam apoiantes, facilitando a segurança interior e as competências comportamentais (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew, Henderson & Dutton, 2001).

O padrão de vinculação preocupado/inquieto caracteriza-se pela percepção negativa do eu, mas positiva do outro e representa os indivíduos que são extremamente dependentes da aprovação e suporte dos outros. Revelam por isso, sentimentos intensos de inferioridade, ansiedade nas suas relações interpessoais, demonstram falta de confiança, preocupação com as relações e solidão. Por outro lado, na tentativa de sentirem as necessidades de vinculação satisfeitas, os indivíduos preocupados demonstram um estilo interpessoal intrusivo e exigente (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew et al., 2001).

No padrão de vinculação desligado/desapegado o indivíduo possui uma imagem positiva do eu e negativa do outro, desvalorizando a importância das relações de proximidade, distanciando-se/evitando o outro e valorizando a sua independência e êxito, podendo apresentar também uma elevada auto-estima. O indivíduo desligado

utiliza um estratégia emocional defensiva, desactivando o sistema de vinculação, de forma a minimizar a probabilidade de experimentar ansiedade que tipicamente ocorre aquando da não supressão das necessidades de vinculação (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew et al., 2001).

Por fim, o padrão de vinculação receoso, no qual existe um modelo negativo do eu e do outro, caracteriza os indivíduos que, por um lado, evitam as relações de intimidade por medo da rejeição, mas por outro, procuram o contacto e a intimidade motivados pelo desejo de aprovação dos outros. Podem demonstrar também, ansiedade nas relações interpessoais, fraca auto-estima, falta de confiança, solidão e cólera/hostilidade. Na realidade, eles sentem que os outros não são disponíveis e que eles próprios não são dignos de amor. Por isso, aquando de relações de intimidade tendem a manter uma distância confortável, de forma a evitar uma eventual rejeição da figura de vinculação (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew et al., 2001).

2.3.7. Padrões de Vinculação e Violência Conjugal

De acordo com Bowlby (1984a) a qualidade da relação de vinculação não determina a força dos seus vínculos. Aliás, segundo Gleitman (1993) uma criança que é severamente maltratada pelos pais pode tornar-se ainda mais apegada a eles. Por um lado, os pais provocam o medo, mas é deles que a criança se aproxima quando necessita de segurança. Neste sentido, diante do tratamento punitivo de uma figura de vinculação, o comportamento de vinculação não só se mantém, como pode sustentar de forma activa e até mesmo aumentar a força da ligação de vinculação (Bowlby, 1984a).

A noção de que o abuso pode fortalecer os laços de vinculação foi incorporada na teoria da ligação traumática (traumatic bonding) de Dutton e Painter (1993), que

explica a forma como os vínculos emocionais estabelecidos com o perpetrador diminuem a capacidade da mulher abusada conseguir sair do relacionamento abusivo. Esta teoria baseada na perspectiva da vinculação, sugere que a ligação da vítima para com o seu abusador assenta em duas características da relação abusiva que combinam duas forças intrínsecas e situacionais: o desequilíbrio do poder (perante o qual a vítima percebe que está a ser subjugada ou dominada pelo outro) e a intermitência do abuso e dos comportamentos positivos.

Nesta perspectiva, os primeiros abusos que ocorrem na relação são percebidos como uma mera anomalia, dada a pouca severidade do ataque e a atitude do perpetrador após o incidente (e.g., desculpabilizando-se), fortalecendo a efectivação da vinculação numa altura em que a crença sobre a repetitividade e inevitabilidade da violência ainda não se estabeleceu. No entanto, a repetição e a severidade cada vez maior dos ataques tendem a modificar esta cognição passando a mulher a acreditar que a violência retornará, a menos que faça algo para a impedir. Contudo, dado o tempo que passa até a mulher acreditar que o abuso é inevitável, a experiência traumática vai dando origem a uma ligação emocional bastante forte (Dutton & Painter; 1993).

Por outro lado, enquanto a assimetria de poder aumenta, a pessoa subjugada vai tendo cada vez mais sentimentos negativos acerca de si (e.g., baixa auto-estima), sentindo-se cada vez menos capaz de se defender, o que vai aumentando a sua dependência do dominador. Concomitantemente, a pessoa que domina desenvolve um inflado sentido do seu próprio poder (principalmente quando a vítima desenvolve um forte sentido de fraqueza), dissimulando a sua própria dependência da pessoa subjugada - necessária para manter o seu sentimento de onipotência. Aliás, a onipotência parece ser a característica essencial para manter o controlo absoluto

dentro da relação, e só quando os papéis simbióticos que ambos mantêm são perturbados, é que a dependência mascarada do dominador relativamente à vítima é revelada. Assim, numa relação abusiva, o mau trato físico, associado ao abuso emocional (incluindo as ameaças), assim como a fraqueza sentida pela vítima, podem ser os elementos necessários para manter a homeostase do relacionamento (Dutton & Painter; 1993).

Para além deste desequilíbrio do poder, verifica-se que quando o abuso ocorre de uma forma intermitente sendo interceptado por comportamentos positivos (e.g. afectuosidade; liberdade, tranquilidade) há uma maior probabilidade de se estabelecerem padrões comportamentais persistentes e de difícil extinção, bem como de se desenvolverem ligações emocionais mais intensas – tal como o fenómeno da ligação traumática (Dutton & Painter; 1993).

Conclui-se, assim, que esta forte ligação emocional dá origem, habitualmente, a sentimentos ambíguos face ao parceiro agressor e a uma grande dependência psicológica, que frequentemente se traduz na grande dificuldade da mulher sair da relação abusiva ou, numa dinâmica que promove o seu regresso à relação (Matos, 2006).

Por outro lado, Bartholomew, Dutton e Henderson (1997) procuraram determinar diferenças individuais em termos de vinculação, que pudessem determinar a (in) capacidade das mulheres abusadas saírem de um relacionamento abusivo, e concluíram que as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam um padrão de vinculação, que se caracteriza por um modelo negativo do self (preocupado e receoso).

Verifica-se que os aspectos voláteis do padrão preocupado pode conduzir a mulher abusada a deixar prontamente a relação abusiva, no entanto, a sua tendência

para a idealização dos relacionamentos amorosos e a sua necessidade compulsiva de receber atenção podem predispor-la para inúmeras reconciliações durante todo o processo de separação-reconciliação (leave-taking) (Bartholomew et al., 1991; 1997). Para além disso, o padrão preocupado parece familiarizar-se com um estilo cuidador que envolve reforços inconsistentes às suas necessidades de vinculação e onde as separações ou ameaças de abandono são usados como forma de manter o controlo (Mayseless, 1991). Como consequência, esta representação interna da figura de vinculação poderá dar origem a um processo de separação especialmente difícil para a mulher preocupada vítima de um relacionamento abusivo. Ela parece estar menos propensa para aceitar o fim da relação, continuando emocionalmente envolvida mesmo depois do fim do relacionamento (Bartholomew et al., 1997).

Por outro lado, as mulheres com um padrão receoso parecem apresentar inicialmente uma maior dificuldade em romper um relacionamento amoroso. Uma vez que apresentam um modelo de representação interno negativo do self, têm pouca confiança em si próprias e não acreditam que tenham capacidades para romper o relacionamento abusivo. Por outro lado, é também um padrão baseado na representação de um cuidador consistentemente hostil, não idealizado e com a crença de que as coisas não poderão mudar para melhor - por isso poderão apresentar menos risco de recidiva aquando da separação do que as mulheres com um padrão preocupado (Bartholomew et al., 1997).

Bartholomew e seus colaboradores (1997) concluem, ainda, que o padrão de vinculação seguro é o que menos se relaciona com as mulheres vítimas de abuso nas relações de intimidade.

2.4. Narrativa

2.4.1. Pressupostos da Abordagem Narrativa: Construtivismo e Construcionismo

Ainda que aparentemente divergentes, uma vez que o construtivismo enfatiza a construção das estruturas cognitivas que o indivíduo elabora ao longo do seu desenvolvimento, e, o construcionismo enfatiza as construções que o indivíduo elabora colectivamente, ambas as perspectivas compartilham dos mesmos princípios filosóficos (Arendt, 2003).

Assim, apesar das particularidades inerentes a cada uma destas perspectivas, ambas se complementam, sendo muitas vezes agrupadas sob a designação global de abordagens construtivistas (Brás, 2006).

Construtivismo deriva do Latim *construere* que significa, criar ou dar estrutura. É precisamente deste princípio estruturador que surgem os primórdios do construtivismo, no século VI a.C. pelos ensinamentos de Lao Tzu, de 560-477 a.C. pelos ensinamentos de Buddha e de 540-475 a.C. pela filosofia de Heráclitos. Já no mundo ocidental surgem Vico (1668-1744), Kant (1724-1804), Schopenhauer (1788-1860) e Vaihinger (1852-1933). Para além destes, nomes como os de Alfred Adler's, George Kelly e William James foram determinantes para a transição do construtivismo do século XIX para o século XX (Mahoney, 2003).

Segundo Mahoney (2003), as diversas abordagens construtivistas compartilham de cinco pressupostos: a) os seres humanos são agentes activos das suas próprias vidas; b) a actividade humana é maioritariamente orientada para processos de ordenação da experiência, cuja essência reside na construção de significados sob a forma de discurso/linguagem; c) a organização da actividade pessoal é fundamentalmente auto-referenciada, no sentido do desenvolvimento da identidade pessoal; d) as capacidades de auto-organização e a criação de significado são

altamente influenciadas pelos processos sócio-simbólicos; e) cada vida humana reflecte princípios do desenvolvimento dialéctico dinâmico.

Por outro lado, as abordagens construcionistas compartilham três preposições comuns: (i) o papel constitutivo da linguagem, (ii) a construção relacional do significado e (iii) o posicionamento cultural e político do conhecimento (Gonçalves & Gonçalves, 2001).

No que diz respeito ao (i) papel constitutivo da linguagem, o construcionismo defende que, que é através da linguagem que o ser humano dá forma àquilo de que fala, concebendo o mundo, no próprio acto de o descrever. Contudo, a linguagem não é um instrumento através do qual se reflecta de uma forma transparente a nossa realidade, mas antes, um instrumento através do qual construímos a acção e os significados do mundo social (Gonçalves, 2003).

Relativamente à (ii) produção relacional do conhecimento, o elemento central deste princípio defende que é impossível existirmos sozinhos e, construirmos sozinhos o nosso conhecimento sem sermos profundamente influenciados pelas significações dos outros envolventes. Para além disso, cada representação da realidade é construída de acordo com uma determinada perspectiva social que, ao ser construída, acaba por reforçar essa mesma perspectiva, bem como a sua comunidade discursiva (Gonçalves, 2003).

Por fim, o (iii) posicionamento cultural e político do conhecimento defende que o acto de conhecer é inevitavelmente uma tarefa política e culturalmente localizada (Gonçalves, 2003).

Com base nestes pressupostos (construtivistas e construcionistas), pode-se concluir então, que estas perspectivas teóricas acerca da experiência humana enfatizam a significação da acção através do desenvolvimento do eu em relação

(Mahoney, 2003); que os sistemas humanos – indivíduos, famílias ou comunidades – se orientam proactivamente na procura do significado da sua experiência no mundo e do seu lugar nele (Botella, 2001); e que, a significação e conseqüente construção do conhecimento e do mundo são determinados pelo uso da linguagem (Gonçalves, 2000).

2.4.2. Abordagem Narrativa

Segundo Pennebaker, Mehl e Niederhoffer (2003), o modo como as pessoas usam as palavras pode revelar aspectos importantes acerca delas próprias, dos outros que a rodeiam e das situações vivenciam. Desta forma, a escolha individual das palavras pode dar indicações sobre o estado mental, social e até físico do indivíduo.

Segundo Gonçalves e Machado (1999), é a propósito do crescente interesse pelo estudo dos processos da linguagem na psicologia que surgem na década de 80, sob a influência do movimento construtivista e do construcionismo social, as primeiras propostas da abordagem narrativa em Psicologia, com os trabalhos de Sarbin, Bruner e de Polkinghorne (Gonçalves, 2002). De acordo com estas perspectivas teóricas, o ser humano constrói activamente o seu conhecimento desenvolvendo jogos de palavras, que se constituem sob a forma de narrativas (Gonçalves & Machado, 1999).

De acordo com Bruner (1997) a narrativa serve, então, para descrever as diferentes formas que o indivíduo utiliza para contar as suas experiências. No entanto, Carr (1986) sugere que a narrativa não é simplesmente uma das possíveis formas de descrever os acontecimentos, mas que a própria estrutura da narrativa faz parte destes eventos.

Overcash (2003) acrescenta ainda que a abordagem narrativa pode ser definida com a recolha e análise dos relatos, de que as pessoas se servem para descrever as suas experiências, dando-lhes uma interpretação.

Sardin (1986, cit. Matos & Gonçalves, 1999), por sua vez, considera que é através de uma composição narrativa que damos sentido ao mundo e a nós próprios. Desta forma, a identidade será o resultado de um processo de elaboração linguística, que se estrutura, em grande parte, sob o formato de histórias.

Gonçalves (1995) considera também que os processos psicológicos do indivíduo (e.g. cognitivos, emocionais, relacionais) organizam-se de um modo narrativo, isto é, através da construção e reconstrução de histórias.

Assim, segundo Gonçalves (1997), perante a natureza caótica da existência humana, as narrativas representam um recurso através do qual o ser humano organiza as suas experiências, dando unidade e sentido à vida.

Desta forma, a compreensão das narrativas pode ser fundamental para se compreender a forma como os seres humanos constroem e organizam o seu conhecimento e as suas experiências (Gonçalves & Machado, 1999).

Assim, de acordo com as abordagens narrativas, os seres humanos devem ser percebidos como criadores de significados sobre as suas experiências pessoais, sendo este processo de significação elaborado essencialmente através da linguagem (Botella, 2001; Bruner, 1997; Gonçalves, 2002; Gonçalves, 2003).

Depreende-se então que as narrativas, enquanto dispositivo linguístico, são uma forma de atribuir significados às experiências de vida, organizando-as num todo e contextualizando--as, temporal, espacial, social e culturalmente (Brás, 2006). Contudo, de acordo com Overcash (2003), o discurso típico que caracteriza as narrativas do ser humano pode ser ou não linear no tempo e no espaço e, pode não

corresponder ao formato tradicional de uma história, mas é, sem dúvida, uma forma de promover o conhecimento profundo sobre as interações do ser humano.

Nas últimas décadas, têm sido desenvolvidas diversas estratégias que constituem o processo terapêutico em termos de narrativa. Destas destacam-se a psicoterapia cognitiva narrativa (Gonçalves, 1995), a formulação narrativa da terapia psicodinâmica de Schafer (1992) e a terapia narrativa no âmbito da orientação sistêmica (White & Epston, 1990).

É precisamente no âmbito da terapia narrativa desenvolvida por White e Epston (1990) – o modelo narrativo de re-autoria, que temos encontrado algumas investigações com mulheres vítimas de violência (Draucker, 1998; Matos & Gonçalves, 1999).

Michael White, que baseou o seu trabalho nas ideias de Foucault, sugeriu que os indivíduos internalizam as narrativas culturais dominantes, nomeadamente as que se relacionam com a origem e a manutenção da distribuição do poder na sociedade (Draucker, 1998). Assim, esta perspectiva das abordagens narrativas sublinha a forma como o fenómeno da violência conjugal é sustentado pelos discursos socioculturais, que alimentam a ideia do domínio masculino/patriarcal - privilegiando os homens e subordinando as mulheres e as crianças. Discursos estes que as mulheres envolvidas em relações abusivas habitualmente internalizam, contribuindo, desta forma, para a manutenção, quer da violência, quer da vitimação (Draucker, 1998; Matos, 2003).

Conclui-se, desta maneira, que as auto-descrições e narrações do indivíduo são largamente influenciadas e sustentadas pelo contexto em que se insere e pelas respectivas normas e valores sócio-culturais (Matos & Gonçalves, 1999).

Nesta perspectiva, “a concepção narrativa da psicoterapia tem subjacente a ideia de que o conhecimento é socialmente construído num contexto multivocal e

multicultural, sendo que o seu objectivo central é a construção múltipla de significados de uma realidade complexa e diversificada” (Fernandes & Gonçalves, 2001, pp. 54).

A exploração de narrativas pessoais constitui-se assim, como a matéria-prima do modelo narrativo de re-autoria, que de acordo com uma perspectiva construcionista social, considera que, para que se opere a mudança, tem que se proceder ao desenvolvimento de novos significados (Matos, 2003) e de novas interpretações das experiências.

Assim, de acordo com este modelo de re-autoria, a mudança nasce de um processo contínuo de reconstruir e re-descrever a experiência, que, operando através da linguagem, conduz ao desenvolvimento de novos significados narrativos. Neste contexto, a re-autoria pode ser concebida como o processo de recriação que visa proporcionar no indivíduo, um distanciamento gradual das suas narrativas problemáticas e simultaneamente, a atribuição de novos significados à sua identidade – possibilitando-lhe assim, a construção de uma nova narrativa e um reposicionamento no seu espaço identitário (Matos, 2003).

No que diz respeito às mulheres vítimas de violência conjugal, este processo de recriação permite à vítima a criação de uma “nova história”, promovendo a re-apropriação das vivências passadas a partir de uma perspectiva diferente, permitindo-lhe a reestruturação do presente e a orientação para um futuro de autoria (Matos, 2003).

Desta forma, um dos objectivos do processo terapêutico de re-autoria é que o sujeito percepcione a sua identidade como distinta do problema e aumente a sua percepção de poder e controlo sobre este, num processo de reconstrução de significações pessoais e empowerment (Matos & Gonçalves, 1999).

De acordo com Matos & Gonçalves (1999), o modelo de re-autoria estabelece assim, três elementos essenciais no processo terapêutico; (i) a linguagem externalizadora; (ii) o enquadramento discursivo do problema e, (iii) a identificação e ampliação de resultados únicos.

Através da (i) linguagem externalizadora o modelo de re-autoria procura dissociar a pessoa do problema – colocando o problema num espaço discursivo (Gonçalves & Henriques, 2000), como se de um objecto se tratasse (Matos & Gonçalves, 1999). Paralelamente a esta “despatologização” da pessoa, a linguagem externalizadora procura desconstruir o problema, centrando-se nas competências e nas soluções, tendo como objectivo último o empowerment dos sujeitos (Matos & Gonçalves, 1999).

Através do (ii) enquadramento discursivo procura-se analisar os dispositivos discursivos que alimentam o problema, nomeadamente, as especificações do contexto (e.g., relacionais, socioculturais), permitindo situar o problema no contexto de vida (ao invés de o atribuir a uma causa interna do sujeito) facilitando a consciencialização dos factores contextuais que o reforçam (Matos & Gonçalves, 1999; Gonçalves & Henriques, 2000; Matos, 2003).

A (iii) a identificação e ampliação de resultados únicos consiste na procura activa de momentos de excepção, em que o indivíduo não foi dominado pelo problema. Estes momentos de excepção designam-se por resultados únicos e constituem-se como pontos de partida importantes, para a criação de histórias alternativas não dominadas pelo problema (Matos & Gonçalves, 1999; Gonçalves & Henriques, 2000; Matos, 2003).

Por outro lado, se as narrativas representam o processo essencial de atribuição e organização de significados acerca da realidade, diferentes formas idiossincráticas de

atribuição de significados podem corresponder a configurações narrativas típicas ou narrativas prototípicas (Gonçalves & Machado, 1999).

Nesta perspectiva, determinados episódios de vida podem ser configurados como protótipos, e serão estes protótipos que irão regular o subsequente processo de categorização cognitiva de todas as experiências passadas, presentes e futuras do indivíduo (Gonçalves, 1994; Gonçalves & Machado, 1999).

Desta forma, Gonçalves (1994) sustenta que certas narrativas adquirirem a função de protótipo e que, estas narrativas prototípicas, através de uma dinâmica proactiva regulam o sistema de acções do indivíduo e os processos de categorização da realidade.

Estas narrativas protótipo, equivalente naquilo que Bowlby (1985) definiu como *working models*, «transformam-se em guiões, em relação aos quais o indivíduo tem que se referenciar continuamente, no seu esforço para construir um sentido de coerência e identidade no labirinto da sua experiência pessoal» (Gonçalves, 1994, pp. 257).

Os autores, (Gonçalves, 1994; Gonçalves & Machado, 1999), defendem ainda que - de acordo com o princípio da especificidade da organização cognitiva em psicopatologia, segundo o qual diferentes tipos de organização caracterizam diferentes tipos de disfunção, a diferentes narrativas protótipos, correspondem diferentes tipos de organização cognitiva. Desta forma, indivíduos com diferentes organizações psicopatológicas e portanto com diferentes significações do real, possuirão narrativas protótipo específicas. Isto é, a diferentes tipos de organização psicopatológica corresponderão diferentes tipos de narrativa protótipo.

Assim, de acordo com estes pressupostos poderemos equacionar – será que existem narrativas prototípicas da violência conjugal?

Ao nosso conhecimento, até ao momento já foram usados alguns métodos para verificar os factores que estão correlacionados com o abuso, incluindo a análise das narrativas de cônjuges abusados (Lempert, 1994; Draucker, 1998; Matos & Gonçalves, 1999; Migliaccio, 2002; Matos, 2006), não existem, contudo, investigações que tenham determinado a existência de uma configuração narrativa típica da violência conjugal.

No que diz respeito à narrativa enquanto metodologia de investigação, Overcash (2003), enfatiza que esta não consiste meramente no relato de histórias de vida, mas constitui-se como um instrumento científico, útil na recolha de dados para análise e na resposta a questões de investigação. Aliás, a autora, após uma revisão bibliográfica no âmbito da psicologia, sociologia, antropologia e enfermagem, concluiu que a metodologia narrativa é efectivamente uma opção em termos de investigação, que pode conduzir não só, à promoção da saúde, mas também oferecer uma forma alternativa de investigação das experiências pessoais, para além das limitações dos questionários, promovendo o conhecimento das decisões relacionadas com os tratamentos, a prevenção e as práticas de saúde, auxiliando o desenvolvimento e a aplicação destes cuidados.

Neste contexto, desde 1986, vários estudos têm demonstrado que escrever acerca de assuntos emocionalmente significativos, pode produzir efeitos benéficos na saúde psicológica e física dos indivíduos (Pennebaker & Beall, 1986; Pennebaker, Kiecolt-Glaser & Glaser, 1988; Francis & Pennebaker, 1992; Pennebaker, Colder & Sharp, 1990; cit. Gonçalves, 1994).

Segundo Pennebaker e colaboradores (2003) uma das razões para estes benefícios da escrita narrativa, prende-se com o facto de que, os indivíduos que

escrevem acerca de acontecimentos traumáticos acabam por chegar naturalmente a uma compreensão coerente

acerca do evento traumático. Outra das possibilidades prende-se com as mudanças de perspectiva que ocorrem aquando da escrita e que podem influenciar as representações sociais do indivíduo.

Desta forma, e partindo do pressuposto de que, a melhor maneira para compreender a violência que ocorre no espaço doméstico, é ouvir as descrições daqueles que a vivenciam (Walker, 2000) a metodologia narrativa parece ser um meio exímio (Brás, 2006), para responder às questões de investigação do presente estudo.

3. OBJECTIVOS GERAIS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho tem como objectivo geral compreender a vulnerabilidade e a predisposição para a vitimização, a partir de análise de narrativas de histórias de vida redigidas por mulheres que são ou foram vítimas de violência conjugal continuada.

Mais especificamente, pretende-se verificar a) se existem características comuns nas narrativas das histórias de vida dos sujeitos, b) de que forma estas características se relacionam entre si e, c) como é que predispõem os sujeitos para a vitimização.

Alguns autores, (Apt & Hurlbert, 1993; Costa & Duarte, 2000; Dutton, 1996; Frisch & MacKenzie, 1991; Lisboa et al., 2003a; Lourenço et al., 1997; Matos, 2000; Matos, 2006; Walker, 1979, 1994, 2000) salientam que é possível identificar um conjunto de características, que apesar de não constituírem um perfil de personalidade de vítima (Walker, 1979, 1994, 2000), são características comuns de mulheres vítimas de violência.

Por outro lado a investigação indica que, após a instalação do abuso a mulher tende a permanecer na relação abusiva por períodos de tempo consideráveis (Campbell et al., 1994; Ferrano & Johnson, 1983, Henton et al., 1983, cit. Rosen & Stith, 1997) e que, a permanência na relação abusiva deve ser vista como o resultado de uma complexidade de factores (Matos, 2006).

Por outro lado, Constantino e colaboradores (2000) sugerem que, quando comparadas, as mulheres vítimas relatam mais acontecimentos de vida negativos do que as não vítimas. Neste sentido, e a título ilustrativo, o modelo da psicopatologia do desenvolvimento sustém que, experiências como os maus-tratos durante a infância contribuem significativamente, quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é perpetrador de abuso, quer para a ocorrência de experiências em que o indivíduo é vítima de abuso nas relações íntimas com outros significativos (Wekerle & Wolfe, 1998). A análise da representação da vinculação permitiu também, esclarecer a continuidade entre as experiências de maus-tratos durante a infância e a qualidade das relações interpessoais na idade adulta.

McCann e Pearman (1990) salientam que, de uma forma geral, a presença de experiências traumáticas na infância pode conduzir a uma disrupção na continuidade e na estabilidade das vivências, teoricamente necessárias para um desenvolvimento normativo dos modelos de representação do self e do mundo.

Por outro lado, Bartholomew, Dutton e Henderson (1997) concluíram que, as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam um padrão de vinculação que se caracteriza por um modelo negativo do self.

Estes pressupostos levaram-nos a formular algumas questões de investigação, que parecem ser bastante pertinentes para a compreensão da problemática em causa, nomeadamente:

1. Quais os acontecimentos que os sujeitos relatam nas suas histórias de vida e de que forma estes se relacionam com a vitimização?

2. Quais as características pessoais dos sujeitos do estudo e qual a sua relação com os estilos vinculativos desenvolvidos?

3. Qual a relação entre os acontecimentos de vida negativos (e.g. experiências traumáticas na infância, violência intergeracional, história de abuso), as características pessoais e a condição de vítima?

4. Em que medida os estilos vinculativos desenvolvidos contribuem para a manutenção das experiências de maus-tratos e vice-versa?

5. Quais são os sistemas atributivos e as imposições de sentido mais frequentemente utilizadas, que permitem à vítima de maus-tratos manter-se na relação abusiva?

4. METODOLOGIA

4.1. Tipo De Estudo

Para dar cumprimento aos objectivos expostos realizou-se um estudo exploratório de tipo qualitativo – com alguns procedimentos quantitativos, através da análise de conteúdo de histórias de vida redigidas por mulheres que são ou foram vítimas de violência conjugal continuada.

A investigação tipo qualitativo incide a sua metodologia em dados e resultados linguísticos (Ponterotto, 2005), e insere-se numa abordagem hermenêutica que valoriza o papel da subjectividade na compreensão de textos ou narrativas (Frommer & Rennie, 2001).

Neste tipo de investigação as estratégias de análise centram-se no significado, considerando a intersubjectividade, a polidimensionalidade e a complexidade da experiência (Stiles, 1993).

Desta forma, a investigação de tipo qualitativo tem como objectivo a construção de compreensões da experiência humana, em detrimento da verificação, quantificação e confirmação de hipóteses, característicos dos métodos quantitativos (Sousa, 2006).

Assim, através de um questionamento aberto, exploratório e sem a prioris, a investigação qualitativa contempla diversas opções e valoriza a emergência de algo novo (Elliott, 1999).

Por outro lado, a análise de conteúdo compreende «um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados» (Bardin, 2007, pp. 7).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998) a análise de conteúdo consiste num método de investigação cada vez mais utilizado em ciências sociais e que permite estudar metodicamente informações e testemunhos relativamente complexos e elaborados, como as histórias de vida.

Desta forma, Bardin (2007) considera que, «a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações» (pp.27)

Assim, parece-nos que a investigação de tipo qualitativo ao permitir a construção de compreensões, se apresenta como uma abordagem promotora de potenciais contributos (Sousa, 2006), para o entendimento da problemática da violência nas relações.

4.2. Amostra

De acordo com Ruquoy (2005) o valor que determina a escolha da amostra, não se relaciona com a importância numérica da categoria que representa, mas sim, com o seu carácter exemplar e com a sua adequação aos objectivos da investigação. Daí que, em investigações de cariz qualitativo habitualmente se proceda ao estudo de um número reduzido de indivíduos, uma vez que a exigência de um número mínimo de sujeitos não é um aspecto determinante.

Assim, a amostra do presente estudo foi constituída por 20 mulheres, previamente seleccionadas, nos Gabinetes de Apoio à Vitima (GAV) do Algarve, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Foram critérios de selecção/inclusão: ser do sexo feminino, ser (ou ter sido) vítima de violência conjugal continuada, não sofrer de perturbação psicopatológica evidente, não ser iletrada e aceitar participar no estudo em questão. Segundo Ruquoy (2005) será mais relevante apresentar as variáveis estratégicas que se encontram intimamente relacionadas com a temática do estudo, do que fazer a descrição de variáveis clássicas como, o género e a idade. Desta forma salientamos apenas que, as 20 mulheres vítimas de violência conjugal seleccionadas, tinham idades compreendidas entre os 24 e os 65 anos e constituíram uma média de idades de 37 anos. Para além disso, permaneceram/permanecem em média há 12 anos na relação abusiva o que vai ao encontro dos dados de investigação de Lisboa e colaboradores (2003a.) que concluíram que em 39% dos casos, a violência experienciada perpetuara-se por um período superior a dez anos.

4.3. Procedimento de Recolha de Dados

De acordo com Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1999), a autêntica autobiografia é a que é falada ou redigida directamente pelo seu interveniente, sem a interferência de questões, que naturalmente enviesariam a relação do locutor com a sua memória.

Desta forma, foi solicitado a todos os indivíduos que redigissem a sua história de vida, nos seguintes termos:

“Gostaria que redigisse a história da sua vida dando mais relevo aos acontecimentos que considera mais significativos, bem como às interpretações que deles fez e às emoções que eles lhe provocaram. Pode começar por qualquer altura da sua vida, por qualquer acontecimento ou por qualquer interpretação, emoção ou comportamento.

Não deve preocupar-se com a gramática, a ortografia ou qualquer outro aspecto formal relacionado com a escrita. O objectivo é apenas o de transmitir aquilo que considera significativo na sua vida, à sua maneira e pelas suas próprias palavras.

Obrigada”

Desta forma, promoveu-se a redacção de narrativas de histórias de vida, sem categorias prévias, permitindo que fossem os próprios sujeitos a seleccionar as memórias que consideravam mais relevantes.

Caso o sujeito se sentisse muito desconfortável a escrever, a história de vida poderia ser oralmente transmitida e gravada para posterior conversão em narrativa escrita. Esta possibilidade foi considerada, uma vez que a situação de desconforto retiraria muita qualidade à narrativa, condicionando a construção de significados.

Estas narrativas orais, foram gravadas e, à semelhança das narrativas escritas, foram posteriormente transcritas para formato WORD.

A produção das narrativas ocorreu em gabinetes com características adequadas de luz, som e isolamento, disponibilizados pela APAV, durante um máximo de 5 sessões, de 50 minutos cada.

4.4. Procedimento de Tratamento de Dados

As narrativas obtidas foram objecto duma análise de conteúdo, sem aprioris, de forma a tentar encontrar padrões na trama narrativa que permitissem desembocar na construção duma narrativa tipo, da mulher vítima de violência conjugal e estabelecer nexos de contiguidade entre as experiências de vida e as atribuições de sentido que lhes foram impostas e a actual condição de vítima.

Assim, o tratamento das narrativas das histórias de vida estabeleceu-se de acordo com as três fases de análise de conteúdo propostas por Bardin (2007): i) pré-análise, ii) exploração do material e iii) tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Estes procedimentos foram posteriormente complementados com alguns princípios da *grounded theory* de Glaser e Strauss (1999) no que se refere à elaboração - a partir dos dados obtidos, de um modelo teórico compreensivo.

Contudo, todos estes procedimentos - análise de conteúdo de Bardin (2007) e *grounded theory* de Glaser e Strauss (1999) foram adaptados aos objectivos específicos do estudo em questão.

Inicialmente procedeu-se à fase de pré-análise proposta por Bardin (2007) que tem por objectivo a organização do material em estudo e a sistematização de ideias iniciais. Desta forma, efectuou-se inicialmente uma leitura genérica das narrativas de histórias de vida, que constituíram o corpus desta investigação, isto é, do «conjunto

dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos» (Bardin, 2007, pp.90).

Seguidamente, para facilitar a leitura e análise das histórias de vida procedeu-se à transcrição na íntegra das narrativas manuscritas ou oralmente registadas, para suporte informático (Microsoft Office Word). Ao longo da transcrição das narrativas, foram alterados todos os detalhes que permitissem a identificação dos participantes, particularmente, os nomes próprios e as referências geográficas, através da sua substituição pelas respectivas iniciais. Em simultâneo, catalogaram-se as histórias de vida com a letra H e numeraram-se aleatoriamente de 1 a 20.

Depois desta fase de organização, iniciou-se a análise propriamente dita do material. As vinte histórias de vida foram então, sucessivamente submetidas a 9 níveis de análise distintos, que emergiram indutivamente da leitura das histórias. Os 9 níveis de análise determinados foram: 1) determinismos transgeracionais antes da relação abusiva, 2) características da relação conjugal, 3) características da violência conjugal, 4) consequências da experiência de vitimação, 5) atribuições de sentido para a conduta violenta, 6) características de personalidade, 7) estilos cognitivos, 8) padrões de vinculação, 9) convicções pessoais básicas.

Em cada nível de análise, à excepção do nível 9, foram efectuados um conjunto de procedimentos (e.g., codificação e categorização) que correspondem à fase de exploração proposta por Bardin (2007).

Numa fase inicial efectuaram-se várias leituras às narrativas de histórias de vida o que, nos conduziu à identificação de temáticas centrais abordadas nas mesmas e conseqüentemente à constituição de categorias. Cada nível de análise integrou casualmente uma única categoria. Após a identificação das categorias foi elaborada uma primeira versão das grelhas de análise para os vários níveis, onde foram inseridas

todas as unidades de registo que se referiam a essas mesmas categorias. Esta investigação deu particular ênfase às unidades de registo temáticas – tema. O tema é considerado por Bardin (2007) como a unidade de sentido que se destaca naturalmente de um texto analisado e pode ser definido como «uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou preposições)» (M.C. d' Unrug, 1974; cit, in Bardin, 2007, pp. 99).

Ao longo da análise temática constatou-se que, as unidades de sentido recortadas correspondiam a diferentes níveis de especificação das categorias inicialmente estabelecidas o que, nos conduziu à elaboração de diferentes subcategorias dessas mesmas categorias. As subcategorias identificadas foram desta forma, adicionadas à grelha de análise inicial e as unidades de significado distribuídas criteriosamente pelas mesmas. Através deste procedimento alcançaram-se então, as versões finais das grelhas de análise construídas para os níveis 4, 7 e 8.

Nos níveis 1, 2, 3, 5 e 6 da análise, constatou-se que as unidades de sentido remetiam ainda para diferentes particularidades das subcategorias identificadas o que, denotava a existência de subsubcategorias dentro dessas subcategorias. As grelhas de análise dos níveis 1, 2, 3, 5 e 6 foram, então, completadas com as subsubcategorias em que se desdobravam as subcategorias e as unidades de sentido redistribuídas por essas subsubcategorias criadas. Para estes níveis de análise a grelha tornou-se assim, definitiva. Encontram-se em Anexo A, as grelhas construídas para cada nível de análise das histórias de vida, assim como a operacionalização do sistema categorial.

Como a presente investigação se regeu pelos princípios do método indutivo, as grelhas de análise, inexistentes à priori, tomaram a configuração que as histórias de

vida suscitaram nos diferentes níveis de análise e, por isso, o grau de especificação da categorização dos níveis 1, 2, 3, 5 e 6 difere dos níveis 4, 6, 7 e 8.

Embora estes processos de codificação e de categorização se apresentem expostos linearmente, na realidade revelaram-se bastante interactivos, exigindo leituras exaustivas do material do estudo que, por sua vez, induziam reformulações do sistema categorial à medida que surgiam novas unidades de sentido. A realização destes procedimentos foi, por isso, bastante morosa e complexa, uma vez que se pretendeu apreender o máximo de conteúdo, sem negligenciar aspectos significativos.

De acordo com a terceira fase da análise de conteúdo proposta por Bardin (2007), em seguida, procedeu-se ao tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Nesta fase, a par de uma análise qualitativa, procedeu-se também a uma análise de carácter quantitativo, submetendo o sistema de categorias a operações estatísticas simples. Desta forma nos níveis 1, 2, 3 e 4 da análise foram calculadas a frequência absoluta e a percentagem das unidades temáticas referidas, enquanto que, nos níveis 5, 6, 7 e 8 se procedeu à classificação, de acordo com a presença ou ausência da temática na narrativa e à sua frequência percentual.

Depois da sistematização dos resultados e depois da sua interpretação, procurou-se a conceptualização de uma teoria local, de forma a melhor compreender a totalidade das temáticas constituintes das narrativas e das respectivas relações.

A fase seguinte da investigação foi então consubstanciada pelos pressupostos da *grounded theory* ou teoria fundada nos dados de Glaser e Strauss (1999).

A *grounded theory* é uma metodologia de investigação de carácter qualitativo que se baseia numa análise detalhada e flexível de dados empíricos e que permite a compreensão de experiências e significados. Assim, nesta estratégia a análise tem como objectivo a compreensão e a elaboração de teorias contextuais e locais, sobre os

padrões de acção e interacção que se estabelecem entre os diferentes processos do fenómeno a estudar, conceptualizando-as através dos dados (Sousa, 2006). A *grounded theory* centra-se num processo de compreensão progressiva do todo que constitui a narrativa do participante e tem subjacente um posicionamento epistemológico que enfatiza que, o processo de construção do conhecimento está dependente do sujeito que experiencia (Fernandes & Maia, 2001).

Na presente investigação, a conceptualização de uma teoria local a partir das narrativas de histórias de vida justificou-se na medida em que, para além da descrição das subsubcategorias, subcategorias e categorias emergentes dos dados, pretendeu-se elaborar um modelo teórico compreensivo que reflectisse os padrões de interacção detectados entre as mesmas. Estes padrões têm como finalidade ilustrar o comportamento dos sujeitos, com base nos significados construídos pelos próprios sobre as respectivas experiências de vida.

Contudo, a teoria elaborada não pode ser considerada uma teoria categórica uma vez que, a abordagem da *grounded theory* conceptualiza a teoria como um processo dinâmico, em constante desenvolvimento (Glaser & Strauss, 1999). Desta forma, a teoria proposta apenas tem fundamentação e validade para o estudo em questão.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos decorrem exclusivamente da análise progressiva em nove níveis, das narrativas das histórias de vida redigidas por mulheres vítimas de violência conjugal.

Nível de Análise I – Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva

Da leitura das várias histórias de vida emergiu a constatação de que os sujeitos relatavam um elevado número de referências a **Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva**, que constámos serem referenciados como acontecimentos de vida significativos de cariz negativo, antes da relação abusiva. Para aferirmos objectivamente esta realidade procedemos à contagem do número de referências. Recordar-se que as unidades temáticas serão tanto mais referidas quanto maior importância os sujeitos lhes atribuírem (Bardin, 2007).

Verifica-se que, no total da amostra foram efectuadas 156 referências a Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva. Estes relatos das histórias de vida marcados de acontecimentos de vida negativos antes do estabelecimento da relação abusiva, levaram-nos a questionar se os sujeitos enfatizavam a vivência de tais acontecimentos, devido a um mal-estar psicológico que eventualmente as memórias do abuso desencadearam ou se, haviam de facto, sido vítimas de um maior número de experiências negativas do que as mulheres que não foram abusadas no contexto da conjugalidade. A análise continuada das histórias de vida induziu-nos a considerarmos as duas questões, uma vez que, tendo em conta as investigações, ambas se mostram válidas.

Como os sujeitos reportavam uma grande diversidade de acontecimentos de vida negativos antes da relação abusiva e de natureza transgeracional, considerou-se pertinente identificar os diferentes géneros desses acontecimentos. Assim a categoria dos Determinismos Transgeracionais foi desdobrada, por meio de análise qualitativa, em 6 subcategorias que posteriormente foram submetidas à análise quantitativa.

Como se pode observar (**Tabela 1.**), o **Ambiente Familiar Disfuncional** obteve 69 referências (44,2%), as **Condições de Vida Adversa** 36 referências (23%),

o **Abuso Psicológico** 22 referências (14,1%), as **Perdas Temporárias por Separação** 12 referências (7,7%), o **Abuso Físico** 9 referências (5,8%) e as **Perdas Definitivas** 8 referências (5,2%).

Tabela 1. Frequência e Percentagem de Referências às Subcategorias dos Determinismos Transgeracionais

Categoria	Subcategoria	Frequência de Referências	Percentagem de Referências Efectuadas
Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva	Perdas Temporárias por Separação	12	7,7 %
	Perdas Definitivas	8	5,2%
	Ambiente Familiar Disfuncional	69	44,2%
	Condições de Vida Adversa	36	23%
	Abuso Físico	9	5,8%
	Abuso Psicológico	22	14,1%
	Total	156	100%

Estes dados revelam que, a subcategoria **Ambiente Familiar Disfuncional** foi aquela que registou maior número de referências entre os diversos acontecimentos de carácter negativo. Constatam-se portanto que, as mulheres vítimas de violência conjugal conferem grande relevância ao ambiente disfuncional por elas vivenciado no seio da sua família de origem (cuidadores primários) o que, pode ser indicador de nefastas repercussões mesmo a longo prazo. De facto, estas vivências por vezes minimizadas pelos cuidadores e até pela sociedade em geral, parecem ter profundas implicações na construção psicológica pessoal.

Verifica-se ainda que, a subsubcategoria (**Tabela 2**) que apresentou um maior número de referências (27) prende-se com situações de domínio, controlo e imposição

sentidas como excessivas por parte de um ou ambos cuidadores – **Excesso de Controle/Autoritarismo dos Cuidadores** como exemplifica H20, quando refere: “*o meu pai tinha um feitio muito difícil (...), tinha que ser tudo à maneira dele (...), sempre a mandar, prepotente*”. Particularidades que, como veremos adiante, em muito se assemelham com as características que reflectem e definem a forma de ser e agir do cônjuge abusador. Para além disso, a análise permitiu-nos também relacionar esta subsubcategoria com as Motivações Externas que promoveram a constituição do compromisso conjugal (como veremos no nível de análise 2).

Em seguida, a subsubcategoria do Ambiente Familiar Disfuncional que mais se evidencia relaciona-se com a **Violência Intergeracional**, como demonstra H6 referenciando que: “*o meu pai... batia na minha mãe, (...) com os meus avós já era assim*” e H11 quando aponta “*(...) depois aí ele maltratava a minha mãe (...) e agente assistia àquilo tudo. Foi um bocado complicado e acho que isto tem tudo a ver*”. Estes resultados vão ao encontro de algumas investigações, nomeadamente, Zuckerman (1999) que constatou que, raparigas que cresceram num ambiente violento têm mais probabilidade de vir a ser agredidas quando adultas do que, raparigas que cresceram numa família não violenta o que, sustenta o fundamento de que, o legado da violência na família pode promover um modelo de desempenho da mulher face à violência (e.g., normalização da violência), aumentando o risco de vitimação da mulher quando adulta (Matos, 2006).

As subsubcategorias seguintes relacionam-se com a Submissão da Figura Materna (9 referências) e Dependências dos Pais ou Cuidadores (9 referências). Acerca da **Submissão da Figura Materna** H12 exemplifica: “*a minha mãe era muito submissa, calava sempre. Ainda no outro dia disse isso a ela: Olha mãe, sou igual a ti, fui-me calando tal e qual como tu te calaste*”. A análise dos dados permite-

nos então inferir que, este modelo de referência transmitido pela figura materna (Submissão) poderá exercer influência no facto de que, a mulher vítima com frequência, adopta uma reacção comportamental face à conduta do cônjuge, também de submissão, como se observará aquando da abordagem ao Nível de Análise IV.

No que diz respeito à subsubcategoria – **Dependências dos Pais ou Cuidadores**, H6 exemplifica “*o meu pai sempre foi bêbado*”, e também acerca do pai H12 acrescenta “*tinha um vício muito grande, recebia o dinheiro e ia jogar, perdia o dinheiro todo no jogo*”.

Por último, alguns dos sujeitos fizeram também referência a Problemas de Saúde dos Pais ou Cuidadores (7 referências), como: “*Eu fui criada com uma avó, não fui criada com os meus pais, praticamente desde que nasci até à idade dos 14 anos, para já porque a minha mãe teve meningite (...)*.” (H10) e “*(...) dentro desses 14 anos, 8 anos a minha mãe andou mais tempo no hospital do que em casa. Eu costumo dizer: eu me criei e me eduquei sozinha (...)*” (H13). Referências que se constituíram como mais uma subsubcategoria da categoria Ambiente Familiar Disfuncional e que reflectem o impacto que circunstâncias desta natureza podem ter ao nível ajustamento psicológico do indivíduo.

A segunda categoria que se destaca ao nível dos Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva, relaciona-se com **Condições de Vida Adversa** (23%) e as subsubcategorias **Mudanças de Residência** (21 referências) como ilustram as seguintes unidades de sentido: “*Lá vinha mais uma mudança. Quando eu estava ali a querer assentar arraiais lá vinha mais uma mudança. (...) Custou-me a adaptação. Porque era mais uma mudança e a idade ia avançado e eu custava-me, custava-me*” (H5) e **Dificuldades Económicas** (15 referências), como testemunha H5 ao referir “*lembro-me de querer atum e a minha mãe estar a contar*

os tostõezinhos que havia para se ir comprar uma lata de atum” e H12 “a minha mãe queria dar de comer aos filhos e não tinha”.

Seguidamente contabilizamos as experiências de **Abuso Psicológico** (14,1%) vivenciadas antes da relação abusiva e que agrupámos em três subsubcategorias: **Rejeição** (2 referências), como refere H5 *“nós éramos sempre um bocadinho rejeitados”*, **Exigências Desproporcionais** (9 referências), como *“voltei para casa dos meus pais aos 11 anos ao qual foi uma experiência que não devia ter acontecido. O meu pai pôs-me a trabalhar e não quis que estudasse mais (...) ”* (H1) e **Depreciação** (11 referências), como ilustrou H2 *“Eu tenho uma irmã gémea, e não somos nada parecidas e acho que isso na vida de gémeos que marca muito é o sermos comparados constantemente e eu sempre fui comparada pela negativa e acho que isso marcou muito a minha personalidade”*. Destacamos ainda as **Perdas Temporárias por Separação** (7,7%), nomeadamente a separação de progenitores ou cuidadores, como ilustra H5 que relativamente ao pai refere que: *“mandou-me para a casa dos avós maternos, depois tive de ir para casa de um casal amigo dos meus pais (...) queria ter ficado com os meus pais, eu não queria ir”*, o **Abuso Físico** por parte dos pais ou cuidadores (5,8%) como o exemplo: *“sempre apanhei muito mais porrada... do que os meus irmãos (...) faltava 15 dias para me casar quando ele me bateu pela última vez”* acentua H6 acerca do pai, e **Perdas Definitivas** (5,2%) por Morte de progenitor, cuidador ou pessoa significativa (5 referências) e/ou por Abandono (3 referências), como sucedeu com H3: *“ o meu ombro amigo era a minha avó materna. Faleceu de repente, quando eu tinha nove anos! Foi um choque. Senti-me sozinha, desprotegida (...)”* e H9: *“É assim eu não conheço a minha mãe, quando eu nasci ela tinha 17 anos, então houve uma rejeição. Eu fui criada pelos meus avós paternos (...)”*.

Estas referências permitem-nos fazer a correlação com os padrões de vinculação estabelecidos (nível de análise VII) reiterando a teoria de Bowlby (1990) que, um ambiente familiar caracterizado pela prestação de cuidados inconsistentes e rejeitantes, poderá dar origem a padrões menos seguros de vinculação.

Desta forma o elevado número de referências a experiências negativas, de natureza transgeracional, prévias às vivências de abuso e grande parte, da mesma índole que as próprias experiências conjugais sugerem que, estas mulheres apresentam uma tendência consistente para reproduzir um mesmo padrão familiar disfuncional, bem como a colocar-se na mesma posição vitimizada. Curiosamente parece haver também, uma tendência para seleccionar um parceiro de acordo com o modelo (abusador) que, o cuidador primário que representava a figura de autoridade exibia. Estas tendências podem ser definidas como percursos de vitimização, que começam muito antes da experiência de abuso conjugal e que, resultam de processos de identificação e modelagem inconscientes.

Aliás Bowlby (1984a/1985) propôs que, as interacções repetidas com os prestadores de cuidados são internamente organizadas como modelos mentais que, operando de uma forma dinâmica, permitem que o ser humano compreenda e interprete o comportamento dos que lhe são próximos, assim como construa uma imagem de si, modelos que, tendem a ser reproduzidos em ambientes relacionais futuros.

Para além disso, o comportamento do ser humano tende a ser é determinado pelo ambiente em que se insere, particularmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coacção (Gelles, 1979, Margolin *et al.*, 1988, cit. Cox & Stoltenberg, 1991).

Tabela 2. Frequência de Referências dos Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	SUBSUB-CATEGORIA	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19	H20	F.R.	
Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva	Perdas temporárias Por Separação	Separação de progenitor(es) ou cuidadores	3	-	-	3	1	-	-	-	-	1	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	12	
		Total	3	0	0	3	1	0	0	0	0	0	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	12
	Perdas Definitivas	Por Morte de progenitor, cuidador ou pessoa significativa	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	5
		Por Abandono de progenitor ou cuidador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
		Total	1	0	1	-	-	-	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	8
	Ambiente Familiar Disfuncional	Violência Intergeracional	1	-	-	-	-	3	3	2	-	-	2	-	-	-	-	2	-	3	1	-	-	17
		Excesso de controlo / autoritarismo dos cuidadores	1	-	-	-	-	3	1	-	-	1	1	-	1	4	1	3	-	1	1	9	27	
		Submissão da figura materna	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	2	-	2	-	-	1	-	-	9

		Dependências dos pais ou cuidadores	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	9	
		Problemas de saúde dos pais ou cuidadores	-	-	2	-	1	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
		Total	3	0	2	-	1	11	6	3	0	3	3	3	2	6	1	7	0	5	4	9	69	
	Condições de vida adversa	Dificuldades Econômicas na Família	2	-	-	3	1	1	-	-	-	2	-	5	-	-	-	-	-	-	1	-	15	
		Mudanças de Residência	2	-	-	2	11	-	1	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	21	
		Total	4	0	0	5	12	1	1	0	0	5	0	5	0	2	0	0	0	0	1	0	36	
	Abuso Físico	Abuso físico por parte de pais ou cuidadores	1	-	-	-	-	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	9	
		Total	1	0	0	-	-	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	9	
	Abuso Psicológico	Rejeição	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
		Depreciação	-	4	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	11	
		Exigências Desproporcionais	2	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	9	
		Total	2	4	0	-	2	1	1	2	1	1	1	0	1	2	0	2	0	0	2	0	22	

Nível de Análise II – Características da Relação Conjugal

Ao longo da análise constatamos que, a relação conjugal estabelecida, para além de se caracterizar pelas dinâmicas maltratantes, conjugam um vasto número de outras particularidades que decidimos analisar separadamente e que constituíram a categoria **Características da Relação Conjugal**, da qual emergiram 5 subcategorias e 19 subsubcategorias respectivamente, como ilustra a **Tabela 3**.

Relativamente às circunstâncias que descrevem e caracterizam a constituição da relação conjugal (abusiva) – subcategoria **Formação da Relação**, constatamos que existe um maior número de referências (16), relativamente a evidências que reflectem o encetar de um **Compromisso Precoce**, sob o ponto de vista da maturidade dos sujeitos, como depreendemos das unidades de sentido analisadas: *“eu na inocência dos meus 17/18 anos apesar de não gostar dessa maneira de ele ser (...) quando completei 18 anos fui viver com ele”* (H2), ou *“casei-me tinha 16 anos”* (H16), ou *“sai de casa tinha 17 anos”* (H13). Ao longo da análise apercebemo-nos também que, para além de uma maioria de sujeitos (11) ter encetado o compromisso conjugal precocemente, deparámo-nos com a referenciação a diversas **Motivações Externas** (14 referências) isto é, a circunstâncias extrínsecas aos sujeitos que promoveram a constituição da relação conjugal (abusiva) como ilustram os sujeitos H1: *“aos 15 anos conheci um rapaz com quem comecei a namorar pensando talvez fugir um pouco do passado”*, H7: *“... era um ambiente violento, não que se agredissem fisicamente, isso até não, mas eram os gritos, os nomes, partiam coisas, às vezes era uma tensão horrível... por isso assim que tive idade para namorar, sai de casa”*, ou H20: *“ eu não podia sair de casa com as minhas amigas, não podia fazer nada e por isso fazia tudo à escondidas, o meu pai reprimia-me (...) e depois já tinha 18 anos e assim que pude sair para fora, sai... e depois comecei a viver com ele”*. Relatos que

nos levam a relacionar esta subsubcategoria com, a subcategoria **Ambiente Familiar Disfuncional** do nosso primeiro nível de análise, permitindo-nos inferir que, determinadas vivências ocorridas no ambiente familiar primário podem impulsionar o estabelecimento de relações de compromisso de uma forma precoce e, como veremos em seguida, ausentes de planejamento, premeditação e/ou programação do mesmo, como ilustram as unidades de sentido da subsubcategoria **Planeamento Imaturo do Compromisso** (13 referências): *“não foi nada planejado, não foi nada combinado, ele ia ficando uma noite hoje, outra amanhã até que ficou de vez”* (H9), ou *“já tinha 18 anos... comecei a viver com ele, foi assim um começar a viver sem ser planejado, sem haver assim grande namoro”* (H20), ou ainda *“tomei a decisão que iria alterar definitivamente a minha vida: sai de casa. Conhecíamos-nos há quatro meses. Abandonei o emprego, a família, os amigos e escolhi-o a ele”* (H3).

Seguidamente foi constituída a subcategoria **Condições de Vida Adversa** (30 referências), que se refere a situações de vida desfavoráveis e potencialmente nefastas para o progresso harmonioso da relação conjugal, tais como, os **Défices Financeiros** (22 referências) como: *“eu no dia seguinte não sabia se ia haver dinheiro para dar à minha filha”*, ou *“às vezes discutíamos porque o dinheiro não dava”* (H17), que reflectem situações de carência económica no contexto da relação conjugal, assim como as referências (8) a situações de **Mudança de Residência** com conotação negativa para o sujeito como: *“quando mudámos de casa é que começaram os problemas”* (H17).

Desta forma, estas referências podem-nos remeter para a inferência de que, determinadas circunstâncias que se prendem com a adversidade da vida podem influenciar o desencadear da violência nas relações.

Outro dos aspectos analisados e que nos levaram a constituir a subcategoria **Violência Sobre os Filhos por Parte do Cônjuge** prendem-se, precisamente, com a referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física, psicológica e emocional dos filhos ou equivalentes (28 referências), e que nos permitiram distinguir 4 subsubcategorias, nomeadamente, **Maus-tratos in Útero** (7), isto é, referência a circunstâncias em que o cônjuge abusador coloca em risco a sobrevivência do feto, como: “quando engravidei sugeri que abortasse” (H3) ou “mas mesmo estando grávida, fui agredida por ele” (H5), **Violência Psicológica** (10 referências) em que, o cônjuge abusador coloca em risco a integridade e bem – estar psicológico e emocional dos filhos ou equivalentes, como: “ele intimidava a criança” (H5), **Violência Física** (4 referências) em que, o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física dos filhos ou equivalentes, através do contacto físico directo ou de qualquer outro meio lesivo sob o ponto de vista físico, como H6 ilustra: “a última vez que lhe bateu, deixou-lhe a cara cheia de sangue” e **Negligência** (7) em que, os sujeitos fazem referência a situações que representam uma omissão na provisão das necessidades básicas (físicas e emocionais) dos filhos ou equivalentes, por parte do cônjuge abusador, como: “ele inclusivamente uma vez, o menino estava tão mal, e eu pedi-lhe a ele – ele estava de férias, estava em casa, a médica viu que o menino estava tão mal que me mandou para F., ele estava em casa e eu com uma carta da médica para ir para F. com o menino e ele pura e simplesmente disse-me: não vou, vai tu...” (H13).

Desta forma, estes dados permitem-nos inferir que o cônjuge abusador para além de exercer violência para com a mulher, tende também a reproduzir a violência com os filhos.

Constatámos também que, uma das características comuns à relação conjugal de seis dos sujeitos, se relacionava com a referência a circunstâncias que ilustram que o sujeito foi ou é vítima de adultério/infidelidade por parte do cônjuge (41 referência), tais como: *“foi uma prova como eu não tinha amantes, porque na mente dele era isso que ele pensava, como ele o fazia também achava que eu era igual”* (H1), *“ já teve várias amantes, inclusive no ano passado esteve 8 meses fora de casa com outra pessoa”* (H11), o que nos levou a constituir a subcategoria **Adultério**.

Por último, a análise da narrativas permitiu-nos identificar um vasto número de referências (241) a circunstâncias que servem de suporte à continuidade da relação conjugal abusiva, facto que nos levou a constituir mais uma subcategoria – **Factores que Sustentam a Relação**, na categoria das **Características da Relação Conjugal**. Desta subcategoria, emergiram 10 subsubcategorias, nomeadamente, **Filhos** (30 referências), **Amor** (40 referências), **Dependência Emocional** (22 referências), **Baixa Auto-estima** (32 referências), **Pressão Familiar e Sociocultural** (26 referências), **Factor Económico** (15 referências), **Expectativas de Mudança** (31 referências), **Medo** (27 referências), **Pena** (14 referências) e **Questões de Ordem Prática** (4 referências).

Verifica-se desta forma que, a subsubcategoria que faz referência ao **Amor** e a sentimentos de afectividade pelo cônjuge abusador como argumento para dar continuidade à relação conjugal, é a que reúne um maior número de referências, por quinze dos sujeitos. Este resultado vai ao encontro dos dados referenciados por Buel (1999) que, conclui que muitas são as mulheres que salientam o amor pelo perpetrador como uma das razões que as leva a suportar a relação abusiva. Aliás, muitas vítimas apesar de desejarem que a violência termine definitivamente referem que, continuam a amar o cônjuge violento, como referenciaram alguns dos sujeitos

desta investigação: “*o amor que sentia por ele foi-me fazendo aguentar*” (H13), ou “*eu gostava dele de tal maneira que não dava para ver o que ele estava a fazer (...), continuo a gostar dele*” (H10), ou “*o amor falava mais alto*” (H3).

Em seguida, a subsubcategoria que faz referência a auto-avaliações negativas em termos de aceitação e de competência, utilizadas argumentos impeditivos de cessar o compromisso conjugal – **Baixa Auto-estima** é a que, reúne um maior número de referências (32). Este resultado vai ao encontro dos dados referenciados por inúmeros autores, como Walker, (1979, 1984), Buel (1999), Pais (1999), Walker (2000), Migliaccio (2002), Antunes (2003), que defendem que a baixa auto-estima, também reforçada pelo abusador, é um dos promotores da continuidade das relações abusivas, como ilustram as unidades de sentido analisadas nesta investigação, como H17 quando refere: “*ele dizia sempre. Tu não és capaz e eu acabava por acreditar no que ele me dizia*” e H6 quando aponta que “*tenho a minha auto-estima assim um bocado em baixo*”.

Posteriormente a subsubcategoria que faz referência a crenças e expectativas do sujeito, relativamente à mudança comportamental do cônjuge abusador - **Expectativas de Mudança** é a que, reúne em seguida um maior número de referências (31). Este resultado coincide também com os dados referenciados por Barnett e La Violette (1993) e Buel (1999) que, concluíram que a persistente esperança de que o cônjuge mude o seu comportamento e, conseqüentemente deixe de ser violento, verifica-se que é, por si só, uma das várias justificações utilizadas para manter um relacionamento abusivo, como encontramos em 18 dos nossos sujeitos. A título de exemplo destacamos as seguintes unidades de sentido: “*ao fim de 23 anos ainda penso que as coisas hão-de mudar*” (H6), “*eu pensava: quem sabe agora se ele agora não vai acalmar?*” (H10), “*tive a esperança de que ele mudava*”

(H17), ou *“tinha esperança que com o tempo e a família ele havia de melhorar”* (H20).

Posteriormente a subsubcategoria que faz referência aos **Filhos** como argumento para dar continuidade à relação conjugal abusiva é a que, reúne em seguida um maior número de referências (30), como ilustram alguns dos nossos sujeitos: *“ia ficando pelo filho (...) eu é que tinha aquela coisa de separar o filho do pai e não queria que o filho perdesse a amizade do pai”* (H4), *“depois veem os filhos... e não vamos pelos filhos”* (H6), ou *“vou aguentando mais por causa da miúda”* (H17). Dados que coincidem com as análises de Dosbash e Dosbash, (1979) e Buel (1999) e que justificam que, um dos aspectos mais referidos pelas mulheres vítimas de abuso conjugal é a existência de filhos para além de que, muitas delas acreditam que não devem privar os filhos da companhia do pai, principalmente se este não exerce violência directa sobre eles.

Posteriormente a subsubcategoria que faz referência a, circunstâncias que promovem o **Medo** (27 referências) por parte do sujeito, relativamente ao cônjuge abusador e à eventualidade de cessar o compromisso conjugal, constituem mais um factor determinante para o não agir e para a permanência na relação abusiva. Este resultado coincide também com os dados referenciados por Barnett & La Violette (1993), Hoff (1993) e WAVE (2004) que, concluíram que o medo por parte das vítimas parece ser um dos factores determinantes na manutenção das relações conjugais violentas. Nomeadamente, o medo de que as coisas piorem, o medo de perder os filhos, ou até a ameaça de homicídio, constituem factores determinantes para, o não agir, não procurar apoio do exterior ou denunciar o abuso e permanecer na relação violenta, como ilustram as seguintes unidades de sentido: *“por medo dele”* (H5) e *“tinha medo das retaliações”* (H20).

Em seguida, a subsubcategoria que faz referência a circunstâncias provenientes do meio familiar e/ou sociocultural do sujeito, como as crenças associadas ao estereótipo da mulher/esposa e ao estigma do divórcio e da mulher divorciada, influenciando a continuidade da relação conjugal abusiva – **Pressão Familiar e Sociocultural** é a que, reúne um maior número de referências (26). Este resultado vai ao encontro dos dados referenciados por Barnett & La Violette (1993) que defendem que a socialização da mulher na família e na sociedade – assente num sistema de crenças e valores que desvaloriza a mulher mas que, lhe atribui a responsabilidade pela estabilidade familiar e, conseqüentemente a culpa pelo fracasso de uma relação conjugal, é uma das razões que determina o facto da mulher «aprender» a suportar a violência e a manter-se numa relação conjugal abusiva, como ilustra H4 quando narra: *“a madrinha dizia-me muitas vezes: filha os homens não gostam que a gente seja refilonas, os homens não gostam que a gente esteja sempre a impor a nossa vontade, quer dizer ... aquelas coisas começaram a rodar na minha cabeça, ela educou-me com estes costumes: que não se podia contrariar, porque eles não gostavam, que não se podia refilar porque eles não gostavam ...e eu fui naquilo”*.

Na sequência destas crenças e valores que fazem parte da socialização de algumas mulheres, Marano (1996) acrescenta ainda que, outra das razões que influencia a decisão da mulher em terminar o relacionamento abusivo, prende-se com a pressão familiar. O autor salienta que algumas famílias alimentam a crença de que nenhuma razão é válida para terminar com o casamento, pressionando a mulher a permanecer na relação abusiva. Este aspecto sustenta desta forma, o estigma do divórcio e da mulher divorciada, como demonstra H20 quando descreve: *“e depois fui falar com o meu pai e expus-lhe a situação e ele disse: agora é melhor esperares mais tempo, o que é que a tua sogra vai dizer? e não sei quê... e depois era a questão*

social” e H11: “ a minha mãe é uma pessoa muito antiquada de mentalidade e ela fazia muita pressão em mim – dizia: (...) agora estás a viver com ele e agora vais deixá-lo (...) e isto é uma vergonha e não sei quê...”

Posteriormente a subsubcategoria que faz referência a circunstâncias que remetem o sujeito para uma situação de subordinação sob o ponto de vista emocional em relação ao cônjuge abusador e que o impedem de cessar o compromisso conjugal – **Dependência Emocional** (22 referências), constitui mais um factor determinante para o não agir e para a permanência na relação abusiva, como exemplifica H11: *“Como é que eu posso gostar de uma pessoa que me faz tanto mal? Eu penso assim: outra mulher no meu lugar, só com a primeira traição (nem precisava que ele a tratasse mal) só com isso, já era motivo para não o querer mais. Mas quantas e quantas ele já me fez, fora o tratar como me tratava e depois esta dependência que eu acho que é uma dependência.”* Este resultado permite-nos então estabelecer uma correlação com as características de personalidade e os padrões de vinculação estabelecidos, bem como com a teoria da ligação traumática (*traumatic bonding*) (Dutton e Painter (1993), como observaremos aquando da análise do Nível 8.

Em seguida, a subsubcategoria que faz referência a circunstâncias em que o sujeito se sente dependente sob o ponto de vista económico do cônjuge ou que, não sendo dependente, receia a sua capacidade de auto-suficiência financeira – **Factor Económico**, é a que reúne um maior número de referências (15). Este resultado vai ao encontro dos dados referenciados por alguns autores (Hoff; 1993; Marano, 1996; Buel, 1999) que salientam que a questão financeira, principalmente se existirem filhos, como sendo outra das razões referidas pelas mulheres que não abandonam os cônjuges violentos. Principalmente se a vítima considerar que não tem para onde ir, e se o perpetrador exercer controlo financeiro, restringindo o acesso da mulher a bens

materiais. No entanto, mesmo sem a existência de abuso financeiro, muitas mulheres, ao tentarem sair da relação conjugal violenta, vêm-se confrontadas com extremas dificuldades económicas, que se avolumam caso existam filhos, como nos ilustram as seguintes unidades de sentido: “*eu pensava: eu não vou conseguir sozinha criar os meus filhos, pagar a casa...*” (H10) ou “*a parte financeira também pesa*” (H17).

Estas referências apesar de evidenciarem uma questão de ordem prática (factor económico) hoje em dia de difícil contorno parece-nos que, e tendo em conta o dados analisados no Nível III acerca do domínio económico por parte do cônjuge abusador, a permanência na relação abusiva, relaciona-se essencialmente com características da vítima (Níveis VII e VIII e XI), nomeadamente ao nível da avaliação negativa em termos de competência que a mulher faz acerca de si mesma e que, alimenta a crença de que não será suficientemente competente para se sustentar (sozinha), como ilustra H10 “*sozinha é difícil*”.

Posteriormente a subsubcategoria que faz referência a circunstâncias que promovem o sentimento de pena relativamente ao cônjuge abusador e que se constituem como determinantes para a continuidade da relação abusiva – **Pena**, constitui mais um factor relevante para a permanência na relação abusiva como exemplifica H17: “*acho que tenho pena dele, porque depois começo a pensar que ele não sabe fazer nada, não sabe ir a um banco, não sabe tratar de nada, quem faz tudo sou eu*” ou H10: “*cheguei a pô-los várias vezes na rua, mas depois por pena, deixava-o voltar*”. Curiosamente este é um dado que ao nosso conhecimento nunca foi referenciado pela literatura acerca da temática da violência conjugal, fazendo-nos pressupor que estamos diante de um elemento até então nunca investigado.

Por fim as referências a questões de ordem prática que se prendem com a saída de casa do sujeito ou do cônjuge abusador, constituem-se também como um factor

impeditivo da cessação do compromisso conjugal abusivo, por parte de alguns sujeitos, contabilizando 4 referências, como ilustra o sujeito H17: *“já falámos tantas vezes em separação, ele diz para eu ir-me embora... ele quer ficar com a casa...e eu já lhe disse: eu vou-me embora, mas ao mesmo tempo tenho pena de deixar a casa, aqui estou ao pé de tudo. Eu já lhe propus que ficássemos na mesma casa, mas a fazer vidas separadas...”*.

O que nos parece mais pertinente evidenciar neste nível de análise prende-se como o facto de que, determinadas vivências ocorridas no ambiente familiar dos primeiros cuidadores (determinismos transgeracionais) parecem impulsionar o estabelecimento de relações de compromisso de uma forma precoce e ausente de planeamento.

Por outro lado as referências aos factores que sustentam a relação evidenciam que, a permanência na relação abusiva da mulher vítima, parecem relacionar-se essencialmente com características de personalidade, nomeadamente ao nível da dependência e da avaliação negativa em termos de aceitação e competência que faz de si mesma e que, sustentam o amor pelo cônjuge abusador e as crenças acerca da mudança comportamental do mesmo.

		Negligência	4	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7		
		Total	7	3	1	-	4	4	0	2	2	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	28	
	Adulterio		4	-	-	-	-	3	1	2	-	-	12	6	-	10	-	-	-	3	-	-	41	
		Total	4	0	0	0	0	3	1	2	0	0	12	6	0	10	0	0	0	3	0	0	41	
	Factores que Sustentam a Relação	Filhos	3	1	-	5	-	2	-	-	4	5	1	-	4	3	-	-	2	-	-	-	30	
		Amor	1	2	5	10	2	-	-	2	1	4	2	4	1	2	-	1	-	1	-	2	40	
		Dependência emocional	-	4	-	-	3	-	1	2	2	-	7	1	-	1	-	-	-	1	-	-	22	
		Baixa auto- estima	2	6	-	6	-	-	-	2	11	-	1	-	1	-	1	1	1	-	-	-	32	
		Pressão familiar e sócio-cultural	-	-	-	5	-	-	-	-	3	-	1	2	2	2	2	1	1	-	-	7	26	
		Factor económico	-	2	1	3	-	1	-	-	1	1	2	-	1	-	2	-	1	-	-	-	15	
		Expectativas de mudança	3	2	1	2	3	2	1	2	2	1	-	1	2	2	1	1	1	-	1	3	31	
		Medo	-	3	-	10	3	-	-	-	2	3	3	-	-	-	-	1	-	-	2	-	27	
		Pena	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	4	1	-	-	-	-	2	-	-	3	14	
		Questões de ordem prática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	4	
			Total	9	21	7	43	11	5	2	8	26	15	21	9	11	10	6	5	10	2	3	17	241

Nível de Análise III – Características da Violência Conjugal

Como era esperado verificou-se que, os sujeitos da amostra quando solicitados a redigir a história da sua vida dando mais relevo aos acontecimentos considerados mais significativos, apresentaram um elevado número de referências (506) a circunstâncias que descrevem e caracterizam o padrão de violência conjugal estabelecido na relação de compromisso, como ilustra a **Tabela 4**.

Tendo em conta as unidades de sentido observadas, reunimos 5 categorias: **Violência Precoce** (22 referências), **Violência Física** (118 referências), **Violência Sexual** (10 referências), **Violência Psicológica/Emocional** (326 referências) e **Abuso Financeiro** (30 referências). Reunimos ainda 9 subsubcategorias relacionadas com a categoria **Violência Psicológica**, nomeadamente: **Isolamento Forçado**, **Intimidação/Actos de Vandalismo**, **Ameaça**, **Humilhação**, **Depreciação**, **Coacção**, **Ciúme Patológico**, **Abandonos** e **Mutismo Opressivo**, assim como, 2 subsubcategorias relacionadas com a categoria Abuso Financeiro, nomeadamente: **Domínio e Aproveitamento**.

Em primeiro lugar, de acordo com os dados apresentados parece-nos inquestionável a predominante relevância que a **Violência Psicológica/Emocional** assume em detrimento das outras formas de Abuso, o que nos permite depreender à semelhança do referido por H1: *“Nunca me bateu, mas psicologicamente sim, se me perguntarem quais os maus-tratos pior, eu direi os psicológicos, porque são constantes”*.

Para além disso, permite-nos constatar o que nos parece uma evolução no que diz respeito ao reconhecimento por parte das vítimas desta forma de abuso, que sendo inquestionavelmente lesiva, é ainda, hoje em dia, frequentemente tolerada e desvalorizada, talvez pelo facto de não exhibir marcas visíveis.

Dentro desta subcategoria, a subsubcategoria mais evidenciada prende-se com, a referência a situações em que o cônjuge abusador faz uso de blasfêmias, insultos e ofensas para diminuir o valor pessoal do sujeito – **Depreciação** com 141 referências, como exemplificam as seguintes unidades de sentido: *“chamava-me nomes (...) que não valia nada, ele sempre me desvalorizava”* (H17), *“chamava-me porca, vadia, drogada”* (H12), ou *“dizia que eu era burra, estúpida”* (H13).

Em seguida as referências a situações em que o cônjuge abusador faz uso da ameaça, intimidando e prejudicando a liberdade de determinação do sujeito – **Ameaça** (44 referências): *“ele disse-me: na segunda-feira tens de sair de casa, ou viva ou morta, tens de sair”* (H6), ou *“lembro-me de começar a chorar por qualquer coisa e ele começou a ameaçar-me que se eu chorasse que me batia”* (H20), ou ainda *“ele disse que me matava”* (H13).

Posteriormente as referências a situações em que o cônjuge abusador constrange o sujeito, levando-o a agir em conformidade com os seus desígnios – **Coacção** (27 referências), como: *“Eu tinha que estar em casa antes dele acordar... senão era “onde é que foste? onde é que estiveste?” era um controlo! “onde é que tu estás? Com quem foste?” eu se ia beber um café, tinha que o acordar para lhe dizer, eu tinha que lhe dizer as horas precisas – das 9h às 9 e 30 estiveste a onde? Das 9 e 30 às 10h? Não pode ser! Tanto tempo?”* (H9), ou *“A comida era muito complicada, tinha de guardar tudo, não podia... tinha de pôr tudo no frigorífico, podia estar lá uma semana mas eu não podia deitar fora sem autorização dele.”* (H5), ou ainda *“ele queria que eu me prostituísse”* (H15).

Em simultâneo, com o mesmo número de unidades de sentido (27), surgem as referências a situações em que o cônjuge abusador manifesta desconfiança de forma descomedida e ofensiva, proferindo acusações infundadas acerca do eventual

envolvimento afectivo do sujeito com outros indivíduos – **Ciúme Patológico**, como demonstra H17: *“tem ciúmes da minha filha, diz que eu dou mais atenção a ela do que a ele”* ou *“na boca dele - nos sítios onde trabalhei já dormi com os patrões todos”*, assim como H20: *“meteu na cabeça que eu andava com um homem, era dia e noite a massacrar-me com aquilo dos meus amantes”*.

Em seguida, as referências a situações em que o cônjuge abusador atemoriza o sujeito fazendo uso da expressão verbal, não verbal e/ou da força física sob objectos materiais, constituiu a subsubcategoria **Intimidação/Actos de Vandalismo** (25 referências), como: *“(...) gritava, virava-se contra as coisas, partiu uma porta, um móvel da casa de banho, um secador e outras coisas...”* (H10).

Depois as referências a situações em que o cônjuge abusador inibe e/ou proíbe o sujeito de manter ou estabelecer actividades que lhe permitam a convivência com o meio social e familiar, como, trabalhar, sair de casa, manter relações de amizade, manter contacto frequente com os familiares, constituiu a subsubcategoria - **Isolamento forçado** (24 referências), como: *“ele fechava a porta para eu não sair de casa (...) ele não queria que eu falasse com outras pessoas”* (H15), ou *“não posso sair para sítio nenhum, não posso falar com as pessoas”* (H17).

Em seguida as referências a situações em que o cônjuge abusador rebaixa as características ou desempenho do sujeito, diante de outras pessoas – **Humilhação** (16 referências), tal como demonstra H6: *“mesmo à frente das outras pessoas ele me chamava nomes”* ou simplesmente: *“ele humilhava-me”* (H12).

Posteriormente, as referências a condutas do cônjuge abusador que são sentidas pelo sujeito como abandonadas ou rejeitantes, constituiu a subsubcategoria – **Abandonos** (13 referências) são ilustradas por unidades de sentido como: *“abandonou-me na rua e eu não sabia onde estava nem como ir para casa”* (H15),

ou “*ele abandona uma pessoa como quem abandona um cão, ele fazia isso mesmo para magoar*” (H5), ou ainda “*senti o chão a fugir-me debaixo dos pés (...) de ele ir embora e deixar-me ali*” (H12).

Por último, as referências a situações em que o cônjuge abusador faz uso da ausência da palavra como forma de oprimir e atemorizar o sujeito – **Mutismo Opressivo** (9 referências) como relata H4: “*(...) não respondia, eu falava com ele e ele não respondia (...) estava 10, 15, 20 dias sem me falar*” e H20: “*quando entrava em casa calava-se completamente, eu podia falar, pedir uma opinião e nada...*”.

Posteriormente a subcategoria que faz referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física do sujeito, através do contacto físico directo ou de qualquer outro meio lesivo sob o ponto de vista físico – **Violência Física** é a que, reúne em seguida um maior número de referências (118), como exemplificam: “*(...) uma vez que ele me deu com a tábua de passar a ferro na cabeça e à noite quando chegou a casa, bateu-me muito e eu fiquei toda partida, doída, doía-me o corpo todo*” (H6), “*(...) e aí ele começou-me a bater, a bater, a bater...*” (H11), ou “*arrancou-se do carro, deu-me uma tarefa e arrastou-me pela rua*” (H20).

A forma de violência em seguida evidenciada relaciona-se com situações em que o cônjuge abusador interfere de forma potencialmente danosa na condição financeira do sujeito – **Abuso Financeiro**, apresentando um maior número de referências (20) a situações em que o cônjuge abusador faz uso dos bens financeiros do sujeito, para proveito próprio, constituindo a subsubcategoria – **Aproveitamento**, como representa H9: “*sempre fui eu que o sustentei*”, ou “*cheguei a sustentar a casa sozinha*” (H10) ou ainda “*ele foi-se aproveitando de mim até me chupar o último tostão*” (H12). Em seguida a subsubcategoria que faz referência a situações em que o cônjuge abusador limita e/ou inibe o acesso do sujeito a bens financeiros – **Domínio**,

apresenta 10 referências, mas apenas por três dos sujeitos, como: *“ele é que tinha o controle de todo o dinheiro não era eu”* (H4).

A análise parece então reflectir uma transformação em termos sociais do papel da mulher que, anteriormente era tida como dependente economicamente do cônjuge, mas que actualmente para além de independência económica, é quem, com frequência, exerce um maior poder económico dentro do casal.

Por último, a forma de violência menos referenciada relaciona-se com situações em que o cônjuge abusador coage e/ou obriga o sujeito a práticas sexuais contra a sua vontade, consigo ou com outras pessoas, podendo ou não, exercer força física, que constituiu a subcategoria – **Violência Sexual** (10 referências), como: *“ele depois obrigou-me a ter uma relação (sexual) com ele (...) ele obrigou-me, agarrou-me à força para a cama (...)”* (H15).

Finalmente foi constituída outra subcategoria que emergiu das unidades se sentido relacionadas com, situações que evidenciam o início da violência nos primeiros dias ou meses, após o início da relação amorosa ou do compromisso conjugal – **Violência Precoce** (22 referências, por 15 dos sujeitos), como ilustram os casos: *“Tinha 15 dias de casada quando ele me bateu pela primeira vez, foi uma chapada”* (H6), *“os maus tratos começaram logo no primeiro dia, primeiro verbalmente, depois passou a física”* (H1), *“tudo começou ainda na fase do namoro”* (H2).

Estes dados reforçam as investigações de Gómez, Méndez-Valdivia, Izquierdo, Muniz, Díaz, Herero & Coto (2002, cit. Machado, Matos & Moreira, 2003), com mulheres abusadas nas relações amorosas que, demonstraram que, em 18,2% dos casos as agressões tiveram início antes de haver coabitação.

Constatámos também que, para além da tendência para se estabelecer precocemente, a implementação da violência obedece, com frequência, a um crescente em termos de intensidade como ilustra H9: “*Antes (...), se haviam agressões mais físicas não eram com tanta violência, (...) eram mais os nomes e os encontrões (...) de há 4 anos para cá é que acho que as coisas têm sido mais... graves*”. Da mesma forma que, tende a iniciar-se pela violência psicológica/emocional e posteriormente a evoluir para a violência física: “*vivi nisto quase 8 anos. Se calhar não com agressões físicas logo, de ele me bater ou dele me..., mas começou pelos nomes...as verbais, as psicológicas, e agora para o fim... (...) tudo era violento*” (H9).

Estes dados demonstram que a violência psicológica/emocional é preponderante na violência conjugal e vão ao encontro dos resultados das investigações de Paiva & Figueiredo (2004) acerca do abuso no relacionamento íntimo, cujos resultados mostraram que, em termos da perpetração e da vitimação, a agressão psicológica foi a mais predominante (53,8-50,8%, respectivamente).

Tabela 4. Frequência de Referências das Características da Violência Conjugal

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	SUBSUB-CATEGORIA	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19	H20	F.R.	
Características da Violência Conjugal	Violência precoce		1	1	1	1	4	3	-	1	1	-	1	2	1	2	-	1	-	-	1	1	22	
	Violência física		8	-	-	11	4	11	-	-	16	-	11	10	2	5	18	2	1	4	4	11	118	
	Violência Sexual		-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	10	
	Violência Psicológica/ Emocional	Isolamento forçado		-	-	-	1	1	-	-	1	2	-	-	-	-	2	13	-	4	-	-	-	24
		Intimidação / actos de vandalismo		-	-	1	-	-	2	-	-	-	5	2	4	-	-	3	1	2	-	-	5	25
		Ameaça		1	1	1	8	-	3	-	1	3	2	4	2	6	3	3	1	2	1	1	1	44
		Humilhação		-	1	-	-	1	1	2	2	-	1	1	1	-	-	1	-	-	3	-	2	16
		Depreciação		4	3	3	22	6	8	4	4	25	5	3	8	8	10	3	4	14	1	2	4	141
		Coacção		-	2	-	-	4	2	2	2	6	-	-	-	1	-	5	-	-	-	1	2	27
		Ciúme patológico		1	1	-	-	-	1	-	2	1	5	-	-	-	5	-	-	2	-	-	9	27
		Abandonos		3	-	-	-	4	-	1	-	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	13
		Mutismo opressivo		-	-	-	6	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	9
	Total		9	8	5	37	16	17	9	14	37	18	10	16	15	20	32	7	24	5	4	23	326	
	Abuso financeiro	Domínio		-	1	-	6	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
		Aproveitamento		3	-	1	-	3	-	2	-	1	-	5	-	-	2	-	1	-	-	1	1	20
Total			3	1	1	6	3	0	2	0	1	3	5	0	0	2	0	1	0	0	1	1	30	

Nível de Análise IV – Atribuições de Sentido Para a Conduta Violenta

A análise das narrativas permitiu-nos também verificar que, a par das características das dinâmicas abusivas, os sujeitos tendiam a justificar as condutas violentas dos seus cônjuges, o que nos induziu a outro nível de análise (**Tabela 5**).

Desta forma verificámos que, a maioria dos sujeitos (17) tende a atribuir um ou vários fundamentos que se relacionam maioritariamente com o **Consumo de Substâncias**, a **Educação/Maus-tratos na Infância** (22 referências) e **Perturbação da Saúde Mental** do abusador (21 referências).

A subcategoria que faz referência ao consumo excessivo de substâncias/drogas lícitas ou ilícitas, como a génese da conduta violenta do cônjuge é a que reúne um maior número de referências (47) por parte dos sujeitos, como exemplifica H3: *“o problema sempre foi beber uns copos a mais”* e H18: *“eu acho que quando ele me tratava assim ele tinha qualquer coisa no sangue, ou álcool ou drogas ...”*.

Posteriormente a subcategoria que faz referência à educação e/ou à vivência de maus-tratos na infância por parte do cônjuge, como a génese da conduta violenta do mesmo é também referenciada pela maioria dos sujeitos, como: *“acho que vem um bocadinho de trás, porque o pai dele batia na mãe”* (H17), ou *“a justificação que eu encontrava é que ele também tinha tido uma infância muito difícil”* (H20) ou ainda *“acho que o problema dele foi o pai ter sido muito rígido na educação”* (H5). Este dado é também corroborado pelas investigações de Walker (2000) que, concluíram que as mulheres vítimas tendem a atribuir a forma de agir (violenta) do cônjuge à experiências de vida de que eles foram vítimas aquando da infância.

Por fim, a referência à perturbação da saúde mental ou ao dejasustamento psicológico do cônjuge, como a génese da conduta violenta do mesmo é ilustrada por unidades de sentido como: *“eu acho que ele é uma pessoa que está doente e precisa*

de ajuda” (H6), ou “pensava que era uma pessoa muito desequilibrada” (H12) ou ainda, “acho que também havia ali um problema de saúde mental”.

As referências evidenciadas pelas mulheres vítimas neste nível de análise, parecem corresponder a um tipo de entendimento sobre a violência que desresponsabiliza o perpetrador o que, poderá exercer também uma influência preponderante sobre os factores que sustentam a continuidade da relação abusiva.

Tabela 5. Frequência de Referências das Atribuições de Sentido Para a Conduta Violenta

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19	H20	F.R.
Atribuições de sentido para a conduta violenta	Educação/ Maus tratos na infância	-	1	-	-	5	2	1	1	-	1	1	-	3	4	-	-	1	-	-	2	22
	Perturbação da saúde mental	-	-	-	2	1	7	1	-	-	-	1	4	1	-	-	1	-	2	-	1	21
	Consumo de substâncias	-	-	3	-	-	1	-	-	-	7	7	8	5	-	1	-	1	7	-	7	47
	Total	0	1	3	2	6	10	2	1	0	8	9	12	9	4	1	1	2	9	0	10	90

Nível de Análise V – Consequências da Experiência de Vitimação

Durante a análise das narrativas apercebemo-nos que os sujeitos não relatavam as experiências da vitimação de forma neutra, mas antes expressando as suas vivências subjectivas acerca das mesmas, com cognições, emoções e os comportamentos subsequentes. Denotou-se assim um envolvimento activo dos sujeitos na busca de sentido para os acontecimentos relacionados com a vitimação que, de forma sucessiva, foram preenchendo a sua narrativa. Este constante esforço de procurar sentido para as experiências de vida vai de encontro aos pressupostos de Botella (2001), Bruner (1997), Gonçalves (2002), Gonçalves (2003), Herman e Hermans-Jansen (1995) e McAdams (1993) que, adaptamos neste estudo.

Com efeito, decidiu-se erigir um novo nível de análise que englobasse as **Consequências da Experiência de Vitimação** a nível cognitivo, emocional e comportamental.

As experiências da vitimação foram, portanto, relatadas concomitantemente com as suas interpretações, ou seja, com os significados que foram sendo construídos para tais experiências e embora cada sujeito realize uma interpretação idiossincrática das suas vivências constatou-se que, os sujeitos do estudo revelavam uma tendência para construir determinadas interpretações sobre as experiências de vitimação, o que nos conduziu a constituir um conjunto de subsubcategorias.

Assim sendo, partindo do pressuposto que os sujeitos agem de acordo com os significados que atribuem às experiências de vida, importa perceber quais as interpretações mais comumente referidas por estes sujeitos e que podem contribuir para a compreensão das mulheres vitimas de violência conjugal. Esta análise efectuou-se sempre que possível com base no discurso manifesto das narrativas,

porém, casos houve em que foi necessário fazer um trabalho hermenêutico e inferir o discurso latente.

A análise quantitativa das interpretações que emergiram demonstrou (**Tabela 6**) que, os sujeitos interpretam as suas experiências de vitimação mais frequentemente em termos de **Auto-Responsabilização** (63 referências), seguida pelas interpretações de **Hetero-Responsabilização** (42 referências), **Inferioridade** (44 referências), **Falta de Compreensão** (28) e **Falta de Controlo** (27).

A prevalência das interpretações relacionadas com a percepção de culpa que o sujeito tem acerca da ocorrência das experiências de vitimação conjugal – **Auto-Responsabilização**, pode justificar-se pelo facto de, como veremos adiante no nível de análise 7, existir uma prevalência no que diz respeito à baixa auto-estima por parte dos sujeitos e/ou por outro lado, pelo facto de ser habitualmente um sentimento induzido pelo abusador (Buel,1999). Exemplificando alguns relatos onde este tipo de interpretações esteve patente , apresentam-se: *“sei que também tive culpa muitas vezes”* (H3), *“eu pensava que a culpa era minha”* (H6), *“eu também tenho um feitio difícil (...) nós ouvimos aquilo tantas vezes que nos começamos a culpar a nós próprias”* (H6).

As interpretações de **Inferioridade**, isto é, a percepção de que possui menos características positivas e mais características negativas do que a maioria, manifestando crenças negativas em termos de aceitação e de competência, encontra-se patente em excertos narrativos como: *“às vezes sinto que continuo a ser o patinho feio que toda a gente me aponta o dedo e isso custa-me imenso”* (H2), ou *“qualidades que eu tenha... não sei não encontro nenhuma”* (H11), ou ainda *“eu já tinha isto metido na cabeça – que não prestava para nada, por ele andar sempre a*

dizer aquilo... eu estava convencida de que não valia nada, que não o ajudava, que não sabia fazer as coisas, que não trabalhava...” (H4).

A percepção de **Hetero-Responsabilização** perante as experiências de vitimação decorre da percepção de que estes acontecimentos foram consequência da acção deliberada de terceiros ou que, se estes quisessem, poderiam ter sido evitados ou poderiam ter registado menor intensidade. Esta tendência para responsabilizar terceiros, nomeadamente, a culpabilização do cônjuge pelas condutas agressivas é visível nos seguintes relatos: *“aproveitou-se do meu amor por ele, da minha dedicação e da confiança incondicional que eu depositava nele! (...) apontou-me uma pistola e ameaçou-me de morte (...)” (H3)*, *“ele puxa-me o cabelo, bate-me nas costas (...) acho que é a natureza dele” (H15)*

Porém verifica-se também que, a **Hetero-Responsabilização** nem sempre passa pela responsabilização do cônjuge abusador, mas sim pela atribuição de culpa a outros factores externos ao sujeito, como: *“ eu acho que foi o maldito bar, a mudança de idade dele, foi a vida da noite... o problema da nossa vida foi aquele maldito bar (...) ” (H18).*

As interpretações de **Falta de Controlo** verificam-se quando o sujeito percepciona que está ou esteve a experienciar situações de ameaça para o seu bem-estar físico e/ou psicológico e não reúne capacidades e/ou competências para terminar com as mesmas. As interpretações de falta de controlo encontram-se subjacentes, por exemplo nas seguintes citações: *“era melhor que ele saísse, porque agora, mal ele entra pela porta eu começo logo a tremer, não consigo olhar para ele, tenho medo de tudo e estou sempre a pensar – quando é que ele vai começar a embirrar comigo outra vez” (H11)*, ou *“ preciso é de coragem para sair disto... acho que me falta a coragem” (H10).*

Por outro lado, verificou-se também um considerável número de sujeitos que apresentaram dificuldade ou incapacidade de entendimento ou interpretação acerca das experiências de vitimação ocorridas no contexto do compromisso conjugal, como encontramos nas seguintes citações: “*Eu não percebo porque é que ele será assim (...) Eu não percebo porquê...*” (H11), “*(...) pu-lo várias vezes na rua, mas depois (...) (deixa volta-lo). Eu não chegava a perceber bem, porque é que eu agia dessa maneira*” (H10).

Tal como foi referido anteriormente, para além das interpretações sobre as experiências de vitimação, os sujeitos relatavam também as emoções e os sentimentos vivenciados. Constatou-se que, perante essas vivências os sujeitos referiram ter experienciado **Culpa** (63 referências), **Medo** (57 referências), **Tristeza** (47 referências), **Vergonha** (25 referências), **Pena** (20 referências), **Raiva** (13 referências), **Revolta** (10 referências), **Ambivalência Afectiva** (9 referências), **Angústia** (8 referências), **Solidão** (7 referências) e **Frustração** (5 referências).

Expressões emocionais e sentimentos subsequentes às experiências de vitimação conjugal, foram facilmente identificados através do discurso manifesto dos sujeitos (embora algumas vezes tenhamos recorrido à inferência), como se ilustra, por ordem decrescente de referências: “*senti que a culpada era eu*” (H9), “*tinha muito medo*” (H12), “*sinto-me muito triste*” (H15), “*sentia-me envergonhada*” (H20), “*tenho sempre pena dele*” (H11), “*a raiva é tal*” (H11), “*senti uma revolta muito grande*” (H12), “*eu não sei o que sinto (...) hoje estou muito confusa*” (H6), “*comecei a ficar muito angustiada*” (H12), “*sentia-me sozinha*” (H15), “*faz com que eu me sinta frustrada*” (H2).

Como se pode evidenciar a culpa e o medo foram as emoções mais referidas, o que vai ao encontro de grande parte dos autores que salientam que, a culpa, a par do

medo, por parte da mulher vítima de violência conjugal, são dos sentimentos que mais frequentemente sustentam a relação abusiva (Buel, 1999) e que, a mulher só abandona a relação abusiva quando alcança a percepção de que a culpa não é (exclusivamente) sua (Alexander, 1993).

Desta forma, importa também salientar que, estas emoções quando são vivenciadas frequentemente e de forma muito intensa, podem adquirir um efeito desadaptativo para o sujeito (Bowlby, 1984b, 1985).

Em conjunto com as interpretações e as emoções/sentimentos, os sujeitos narraram também as reacções comportamentais face às experiências de vitimação. As referidas condutas consistiram em: **Submissão** (44 referências), **Desculpabilização** (36 referências), **Enfrentamento** (36 referências), **Reacções Patológicas** (33 referências), **Choro** (32 referências), **Ocultação** (28 referências), **Isolamento** (20 referências), **Esquecimento/Bloqueio** (10 referências), **Evitamento da Relação Sexual** (9 referências), **Condutas Auto-lesivas** (7 referências), **Surpresa** (6 referências). A classificação da dimensão comportamental decorreu mais uma vez, directamente da narrativa ou através da inferência, como exemplificamos respectivamente por ordem de referência: “*eu normalmente ouvia e calava, calava-me sempre... engolia e ia aguentando*” (H17), “*desculpava-o sempre*” (H5), “*enfrentei-o*” (H12), “*às vezes... caía em depressão, por causa das coisas que ele me fazia*” (H10), “*eu ia para o quarto e chorava*” (H12), “*eu não contava nada a ninguém*” (H4), “*deixei de falar com os meus colegas por causa dele, (...) acabava por não falar com as pessoas e não me relacionar por causa dele*” (H20), “*até parece que haviam bloqueios, porque há certas coisas que eu não me consigo lembrar*” (H20), “*passei a evitar o acto sexual*” (H17), “*tentei acabar comigo própria*” (H1), “*eu fiquei de boca aberta com a reacção dele*” (H12).

A análise das diversas reacções comportamentais que sucederam os episódios de vitimação permitiu-nos aferir que, na sua maioria, registaram-se comportamentos que reflectem a submissão, sujeição ou inacção do sujeito face ao cônjuge abusador e/ou à situação de vitimação, coincidindo com alguns estudos realizados em Portugal (Lourenço et al., 1997; Lisboa et al., 2003a) que, também concluíram que a maioria das mulheres vítimas reage à agressão de uma forma “passiva”, sendo algumas das razões apontadas para justificar esta “passividade” a dependência económica ou de outra natureza relativamente ao agressor, a existência de filhos pequenos, o receio do estigma social associado à mulher divorciada/separada, o medo da reacção do agressor, a ambivalência psicológica na relação com este e a reprodução da submissão (Lourenço et al., 1997; Lisboa et al., 2003a Bourdieu, 1998). Este último aspecto levou-nos a fazer a correlação entre a subsubcategoria Submissão deste nível de análise e a subsubcategoria do primeiro nível de análise – Submissão da Figura Materna, encontrando de facto, alguma conexão entre elas como nos demonstra o sujeito H12 quando refere: *“ainda no outro dia disse: olha mãe sou igual a ti – fui-me calando, tal qual tu te calaste”*.

A nossa análise permite-nos de facto, inferir conclusões semelhantes às investigações mencionadas porém, conjuntamente algumas particularidades, nomeadamente, a justificação da “passividade” parece relacionar-se mais com a dependência a nível emocional do agressor, do que económica, assim como, com a tendência para realizar uma auto-avaliação negativa em termos de aceitação e de competência a par do sentimento de culpa.

Para além da submissão, a desculpabilização do ofensor parece ser outra das evidentes consequências das experiências de vitimação e que nos permite fazer a correlação com os factores que servem de suporte à continuidade da relação conjugal

abusiva abordados no segundo nível de análise, assim como, com atribuições de sentido que as vítimas imputam à conduta violenta do parceiro (nível da análise 4), com o sentimento de pena e com a auto-responsabilização pelas referidas condutas. Desta forma a mulher vítima ao justificar a conduta abusiva do cônjuge, atribuindo-lhe uma responsabilização externa ao sujeito ou imputando a responsabilidade a si mesma, promove os sentimentos de culpa e de pena que facilitam a desculpabilização do abusador e conseqüentemente a continuidade da relação abusiva.

Em suma, a exploração dos diversos comportamentos que sucederam as experiências de vitimação permitiu identificar na sua grande maioria, condutas de impotência e de fraca adaptação às situações como a inação, a desculpabilização, as reacções patológicas, o choro, a ocultação, o isolamento.

Contudo apesar de uma prevalência de condutas de impotência e de fraca adaptação, constatámos um número considerável de comportamentos em que o sujeito procura solucionar o problema de forma adequada e/ou em que manifesta contestação face às condutas de violência do cônjuge – o **Enfrentamento** (36 referências).

No entanto verificámos que, na maioria das vezes, esta conduta de enfrentamento apenas surge anos mais tarde à instalação da dinâmica abusiva, como demonstra o sujeito H12, que após 21 anos de violência conjugal refere: *“agora da última vez chamei a polícia”* ou o sujeito H2 que só após cerca de 14 anos de violência conjugal tentou solucionar o problema de forma adequada: *“(…) um dia acordei e vi que não queria mais aquela vida para mim e muito menos para a minha filha e resolvi procurar ajuda. Criei coragem e fui a APAV (...)”*, ou ainda H6: *“(…) na quinta-feira vim à polícia e fiz queixa dele... já estava cansada (...) isto já ferve ao longo de 22 anos (...) e eu disse: isto chega!”*, testemunhos que, mais uma vez

corroboram a tendência da mulher vítima para a inação como forma de resolução do problema e conseqüentemente para o prolongar do relacionamento abusivo.

Sintetizando, a análise das narrativas das histórias de vida demonstrou até esta fase do estudo, que as mulheres vítimas vivenciaram um elevado número de experiências abusivas, num total de 506 referências, bem como relevantes conseqüências a nível cognitivo, emocional e comportamental, as quais obtiveram um total de 691 referências.

Por outro lado, o primeiro nível da análise permitiu depreender que a vivência de alguns acontecimentos de vida negativos antes da relação abusiva, pela sua natureza traumática, parece influenciar de forma negativa grande parte dos sujeitos que os experienciam. Desta forma, a ocorrência de determinados acontecimentos de vida negativos, mesmo que de menor intensidade ou isoladamente, pode predispor os sujeitos a desenvolver determinadas características de personalidade que os podem predispor a relacionamentos conjugais abusivos.

Para além disso, o levantamento das características da relação conjugal e das dinâmicas abusivas e respectivas atribuições de sentido, assim como das conseqüências sugeriu que, os sujeitos ao longo das narrativas, manifestavam determinados padrões de resposta face aos acontecimentos abusivos e face aos perpetradores. Contudo a análise feita até ao momento não nos parecia suficiente para formular uma justificação para estas constatações, o que nos induziu a outros níveis de análise.

Pareceu-nos, através do contacto prévio com as narrativas que, esta explicação poderia residir em variáveis moderadoras, como as características de personalidade e os padrões de vinculação, pelo que procedemos à sua análise nas várias histórias.

Estes novos níveis de análise (6 e 7) foram também efectuados de acordo com, referências expressas, porém, maioritariamente, pelo recurso a inferências uma vez que, na maioria das vezes não existem referências expressas a características de personalidade ou a padrões de vinculação, existindo apenas referências que os expressam.

Tabela 6. Frequência de Referências das Consequências das Experiências de Vitimação

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	SUBSUB-CATEGORIA	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19	H20	F.R.	
Consequências da Experiência de Vitimação	Interpretações	Auto-responsabilização	-	-	1	5	8	13	3	1	10	-	11	1	-	-	1	-	-	9	-	-	63	
		Hetero-responsabilização	3	1	8	3	4	4	-	-	6	1	1	-	-	-	-	1	2	8	-	-	42	
		Falta de controlo	2	1	-	-	-	1	1	-	-	3	7	1	1	1	1	2	1	-	2	1	3	27
		Distorção do Auto-Conceito	-	6	1	6	2	2	-	1	11	1	1	1	1	1	-	-	2	3	1	-	40	
		Inferioridade	1	4	-	5	1	1	1	1	7	1	2	-	-	-	1	-	2	2	-	-	29	
		Falta de compreensão	-	3	-	2	4	3	-	-	2	1	8	-	-	1	1	-	-	3	-	-	28	
		Total	6	9	9	15	17	22	5	2	25	6	29	2	1	2	5	2	4	24	1	3	229	
	Reacções	Raiva	1	-	-	2	-	-	-	-	-	2	4	-	-	-	-	-	2	1	1	-	13	
	Emocionais	Revolta	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	2	-	1	-	1	-	-	1	-	10	
		Culpa	-	-	1	5	8	13	3	1	10	-	11	1	-	-	1	-	-	9	-	-	63	
		Tristeza	-	1	1	2	3	3	1	2	-	-	6	6	8	1	2	1	3	5	-	2	47	

	Ambivalência																					
	afectivanisortament																					
	osimaçe																					
	Personalidadeconju																					
	ge□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□	-	1	-	-	-	2	-	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	□□□□□□□□																					
	Frustração	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	5
	Medo	-	4	1	10	3	6	-	-	1	3	10	5	5	-	4	1	-	2	-	2	57
	Vergonha	-	-	1	-	-	-	4	1	3	-	2	2	5	-	2	2	-	3	-	-	25
	Angústia	-	-	1	-	-	-	-	-	2	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	8
	Solidão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	-	-	1	7
	Pena	-	1	-	2	1	3	-	-	-	1	5	2	1	-	-	-	2	-	-	2	20
	Total	2	8	4	16	8	14	5	5	8	10	36	20	19	2	9	6	7	11	2	9	264
Reacções	Surpresa	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	6
Comportamentais	Ocultação	-	-	2	2	1	-	1	1	4	-	4	3	4	1	2	1	-	-	1	1	28

	Isolamento	2	-	1	-	1	-	2	-	2	2	1	-	1	1	-	-	4	-	1	2	20
	Desculpabilização	-	1	1	-	4	4	1	2	3	2	6	3	-	1	-	1	2	3	-	2	36
	Submissão	-	1	1	6	3	3	2	2	6	1	2	1	3	1	-	2	4	1	1	4	44
	Enfrentamento	3	3	1	1	-	8	-	-	5	6	2	3	1	-	-	-	1	-	-	2	36
	Condutas auto-lesivas	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	7
	Choro	-	1	2	-	2	1	2	1	4	-	3	3	-	-	6	-	2	2	-	3	32
	Esquecimento / bloqueio	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	2	10
	Evitamento da relação sexual	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	1	-	-	1	9
	Reacções patológicas	3	-	-	-	1	-	-	-	1	9	12	-	1	-	1	-	2	-	-	3	33
	Total	13	14	9	20	16	20	8	8	36	21	33	15	13	5	10	7	19	10	4	20	261

Nível de Análise VI – Características de Personalidade

A análise das narrativas permitiu-nos diferenciar um conjunto de características atribuídas pelas suas vítimas ao cônjuge abusador (**Tabela 7**) – **Características do Abusador**, que se definem pelo **Dominador (90%)**, **Alternância entre violência e afectividade (70%)**, **Abuso de Substâncias (55%)**, **Hetero-culpabilização (45%)**, **Alterações Bruscas de Humor (30%)**, **Neuroticismo (15%)** e **Introversão (10%)**.

Tabela 7. Frequência e Percentagem de Referências à Subcategoria Características do Abusador

Categoria	Subcategoria	SubSubcategoria	Número de Sujeitos	Percentagem de Sujeitos
Características De Personalidade	Características Do Abusador	Domínador	18	90%
		Abuso de Substâncias	11	55%
		Alternância entre Violência e Afectividade	14	70%
		Hetero-culpabilização	9	45%
		Alterações Bruscas de Humor	6	30%
		Neuroticismo	3	15%
		Introversão	2	10%

A característica dominante atribuída pelos sujeitos aos cônjuges abusadores, relaciona-se com a tendência para o perpetrador responder às situações de uma forma autoritária e despótica, fazendo prevalecer apenas a sua própria vontade de forma onipotente, impondo, manipulando e/ou controlando o outro, como ilustram algumas narrativas: *“alguém que se julga Deus (...) eu é que seu tudo – dizia ele”* (H9), *“era como se o mundo andasse à volta dele, as coisas tinham que ser como ele”*

queria” (H20), “ele sempre foi uma pessoa que nunca ouviu as outras pessoas... para ele os outros estão todos errados e ele é que está certo” (H13).

A **alternância entre violência e afectividade** ilustrada por unidades de sentido como: *“ele primeiro fazia o mal, (...) depois (...) vinha muito meiguinho como se nada tivesse passado” (H4), ou “arrependia-se muito e pedia muitas vezes desculpa” (H10),* revela a tendência do perpetrador para oscilar entre uma conduta hostil e/ou agressiva num momento e uma atitude positiva de afectuosidade e/ou serenidade num momento seguinte, podendo até, externalizar a culpa ou auto-desculpabilizar-se pelas condutas agressivas.

Com efeito, a análise desta característica leva-nos a imputar-lhe a responsabilidade pela circularidade da dinâmica abusiva definida por Walker (1979, 1984). A teoria do ciclo da violência caracteriza-se assim, pela fase de emergência ou aumento da tensão, seguida da fase do incidente crítico ou ataque violento e concluído pela fase do apaziguamento ou fase de lua-de-mel, em que o perpetrador depois da tensão ter sido direccionada, sob a forma de violência, manifesta arrependimento e promete não voltar a ser violento. Ou seja, o ofensor adopta o comportamento idealizado pela mulher vítima, e esta convence-se de que não sofrerá mais abusos, prolongando assim, o relacionamento (Walker, 1984; APAV, 1999a; Antunes, 2003). A análise permite-nos também relacionar esta característica do abusador com as expectativas de mudança que sustentam a relação abusiva (nível de análise 2) e com a desculpabilização do ofensor (nível de análise 5), corroborando a alegação de que este ciclo dificulta em muito a tomada de decisão da mulher vítima, uma vez que esta vive fases muito dramáticas de tensão e ataque violento, mas que terminam numa fase considerada gratificante (o apaziguamento), na qual a sua

esperança de ter uma conjugalidade sem violência faz acreditar e tentar novamente o projecto de vida sonhado (Walker, 1984; Antunes, 2003).

Em seguida, o **abuso de substâncias** por parte do perpetrador é apresentado pelas mulheres vítimas como outra das características do cônjuge, como: “*acho que ele também bebe um pouco demais*” (H12), “*ele já bebia quando eu me casei*” (H13), e consolidam as teorias de vários investigadores (e.g., Walker, 2000; Matos, 2006) que, consideram que o abuso de álcool pode coexistir e interferir na violência conjugal.

A tendência para responsabilizar terceiros pela ocorrência de situações ou atitudes de carácter negativo, nomeadamente culpabilização da vítima pela emergência das condutas agressivas é também referenciada pelos sujeitos: “*ele disse que quando em batia era porque eu lhe respondia (...) ele dizia que eu é que era a culpada*” (H6), “*a culpa era sempre minha*” (H5).

Para além destas características, os sujeitos fizeram referência também a características como as alterações bruscas de humor: “*ele é aquela pessoa que estava agora bem e de repente passava-se*” (H4), a neuroticismo: “*dizia que se ia matar, era muito dramatizador (...)*” (H12), e a introversão: “*era extremamente introvertido*” (H20).

Em resumo, as características do cônjuge abusador reforçam o que preconizámos anteriormente acerca da tendência da mulher vítima, em seleccionar um parceiro de acordo com do modelo que, a figura de autoridade primária (frequentemente a figura paterna) exhibia.

A análise das Características da Vítima nas histórias de vida dos sujeitos demonstrou que 85% dos sujeitos apresentaram uma **Baixa Capacidade de**

Resolução de Problemas, 55% **Pessimismo**, 35% **Dependência**, outros 35% **Neuroticismo** e 25% apresentaram **Introversão** (Tabela 8).

Os sujeitos que foram considerados detentores de **Baixa Capacidade de Resolução de Problemas** apresentavam dificuldades recorrentes em encontrar soluções para os problemas em geral e para a situação de vitimação em particular. Esta característica encontra-se perceptível na seguinte citação “ *eu tentando levar tudo a bom porto e nunca a conseguir*” (H1) e vai ao encontro da teoria de Walker (1984, 2000) que sustenta que a experiência da vitimação dá origem a um déficit na capacidade de resolução do problema.

Ao nível do **Pessimismo** (desesperança) apresentamos a título ilustrativas as seguintes unidades de sentido: “*acho que mesmo que me separe dele, ele não me vai deixar em paz*” (H10), ou “*estou num poço sem fundo*” (H12), que reflectem a manutenção por parte das vítimas, de expectativas negativas relativamente ao futuro.

No que diz respeito à **Dependência**, isto é, à tendência para manifestar intensa necessidade emocional do outro temendo a sua falta, reproduzimos os seguintes excertos: “*eu tenho ódio, repugnância, (...) mas eu durante um tempo sinto isto, mas depois começo a sentir a falta dele*” (H11), ou “*tinha medo de perdê-lo (...) não consigo viver só*” (H5).

Ao nível da tendência para dramatizar as vivências pessoais – **Neuroticismo** e da tendência para o evitamento da exteriorização dos seus pensamentos e sentimentos – **Introversão**, destacamos, respectivamente, as seguintes unidades de sentido: “*passados 6 meses fui para lá, mas digo sinceramente, fui a chorar, porque já sabia que não ia encontrar a felicidade... devido às cartas que ele me escrevia*” (H12) e “*sou acanhada*” (H5).

Apesar dos dados apresentados, a análise das características da vítima apresenta-se-nos complexa na destrição da seguinte questão: existiriam estas características antes da experiência da vitimação ou serão estas características consequências das experiências de abuso conjugal?

Tendo em conta um maior número de referências acerca da experiência da vitimação conjugal – 1335 (506 referências relativas às diferentes formas de violência sofridas adicionadas a, 829 referências acerca das consequências da vitimação, perfazem uma totalidade de 1335 referências à experiência da vitimação conjugal) em detrimento de 156 referências acerca de outros acontecimentos de vida negativos, de natureza transgeracional, permite-nos inferir que, as experiências de abuso conjugal terão desempenhado uma influência preponderante no desenvolvimento e/ou reforço de determinadas características de personalidade apresentadas pelas mulheres vítimas.

Inferência esta que, vai ao encontro de Matos (2006) que, defende que as características desajustadas apresentadas pela vítima devem ser conceptualizadas como efeitos esperados, decorrentes da sua repetida vitimação.

Tabela 8. Frequência e Percentagem de Referências à Subcategoria Características da Vítima

Categoria	Subcategoria	Subsubcategoria	Número de Sujeitos	Percentagem de Sujeitos
Características De Personalidade	Características Da Vítima	Pessimismo	11	55%
		Baixa Capacidade de Resolução de Problemas	17	85%
		Introversão	5	25%
		Dependência	7	35%
		Neuroticismo	7	35%

Nível de Análise VII – Padrões de Vinculação

A necessidade de identificar os Padrões de Vinculação prende-se com o facto de que, pretendíamos compreender a forma como os sujeitos estabelecem e mantêm relações interpessoais e como concebem o Eu e o Outro, e em que medida os estilos vinculativos desenvolvidos contribuem para a manutenção das experiências de maus-tratos na relação conjugal.

Neste sentido, adoptámos o modelo de Bartholomew e Horowitz (1991) que estabelece quatro padrões de vinculação: seguro, desligado, preocupado e receoso e procedeu-se à análise dos mesmos nas narrativas das histórias de vida (**Tabela 9**).

Tabela 9. Padrões de Vinculação dos Sujeitos

Categoria	Subcategoria	Número de Sujeitos	Percentagem de Sujeitos
Padrões de Vinculação	Preocupado	12	60%
	Receoso	5	25%
	Outro	4	20%
	Ligação Traumática (<i>Traumatic bounding</i>)	11	55%

Os resultados indicam que 60 % dos sujeitos demonstrou ter um padrão de vinculação **preocupado**, 25% um padrão de vinculação **receoso** e, por fim, em 20% dos sujeitos não foi possível identificar um padrão de vinculação típico.

Para além disso, constatou-se que 55% dos sujeitos estabeleceram uma **Ligação Traumática** com os cônjuges abusadores.

O Padrão de Vinculação **Preocupado** refere-se aos sujeitos que, só se sentem valorizados em função da aprovação dos outros e que estabelecem relações de excessiva dependência, apresentando uma concepção negativa do Eu e uma

concepção positiva do Outro, as quais se encontram expressas nestes excertos: “*eu provocava-o, eu tenho um feitio difícil (...) ele no fundo não é mau (...) ele é uma pessoa que é capaz de dar tudo e fazer tudo*” (H6), ou “*Como é que eu posso gostar de uma pessoa que me faz tanto mal? Eu penso assim: outra mulher no meu lugar, só com a primeira traição (nem precisava que ele a tratasse mal) só com isso, já era motivo para não o querer mais. Mas quantas e quantas ele já me fez, fora o tratar como me tratava e depois esta dependência que eu acho que é uma dependência*” (H11).

O Padrão de Vinculação **Receoso**, caracterizado pelo evitamento de relações sociais devido ao medo de ser rejeitado, apresentando uma concepção negativa do Eu e do Outro, depreende-se, por exemplo, do seguinte excerto: “*quando íamos a qualquer lado eu ficava sempre encolhida a um canto, não falava, sentia-me deslocada (...) eu acho que todas as mulheres gostam de ouvir um elogio mas para mim, eu sinto um elogio muitas vezes como não sendo sincero, como não sendo verdadeiro.*” (H2).

Constatou-se ainda que 55% dos sujeitos demonstravam ter estabelecido com o cônjuge abusador uma **Ligação Traumática** (*Traumatic bonding*), ou seja, uma ligação emocional assente em duas características da relação abusiva que combinam duas forças intrínsecas e situacionais: o desequilíbrio do poder (perante o qual a vítima percebe que está a ser subjugada ou dominada pelo outro) e a intermitência do abuso e dos comportamentos positivos, fortalecendo os laços de vinculação e diminuindo a capacidade da mulher abusada conseguir sair do relacionamento abusivo (Dutton e Painter, 1993). Desta forma H20 exemplifica a forma como os vínculos emocionais estabelecidos com o perpetrador diminuem a capacidade da mulher abusada conseguir sair do relacionamento abusivo: “*à medida que o tempo*

passa, apesar de haver mais lutas e mais guerras, também há mais elos de ligação. Aqueles bocadinhos são poucos, mas damos-lhes muito valor, mais valor do que devia. Os pequenos momentos bons são muito valorizados e isso também funciona como uma prisão.”

Os resultados expostos (Tabela 9) são congruentes com aqueles que foram obtidos em outras investigações (e.g., Bartholomew et al., 1997) que, partiram do mesmo modelo de vinculação (Bartholomew & Horowitz, 1991).

A conclusão comum a estes estudos, inclusive ao presente é que, as mulheres vítimas de violência conjugal tendem a apresentar vinculações inseguras, possuindo uma internalização negativa do Eu inerente, quer ao padrão preocupado, quer receoso.

Pela pesquisa bibliográfica acerca do tema e pelos dados já referenciados acerca da presente investigação parece-nos que, esta internalização negativa do Eu tem origem nas experiências de carácter negativo vivenciadas durante a infância/adolescência e tendem a ser reforçadas pelas experiências de carácter negativo na idade adulta (e.g., experiências de vitimação conjugal).

Por outro lado, tendo em conta que, os sujeitos do nosso estudo apresentam vinculações inseguras e que, os padrões de vinculação desenvolvidos com as pessoas significativas durante as primeiras fases do desenvolvimento humano, tendem a repetir-se nas relações adultas, torna-se evidente a predisposição destes sujeitos, para a vivência de acontecimentos negativos nas relações com o Outro. Assim, o modo como o sujeito se posiciona na relação com os outros – moldado pelos padrões de vinculação inseguros, propicia a ocorrência de experiências negativas como a vitimação conjugal, as quais, por sua vez, reforçam a concepção que o sujeito tem do Eu e dos Outros.

Nível de Análise VIII – Estilos Cognitivos

O estudo das características da vítima e dos padrões de vinculação, juntamente com a análise dos determinismos transgeracionais antes da relação abusiva, das características da relação conjugal e das dinâmicas abusivas e respectivas consequências, permitiu perceber que os sujeitos tendem a filtrar sistematicamente a realidade, influenciando a interpretação da mesma. Neste sentido, revelou-se necessário levar a cabo a análise dos estilos cognitivos presentes nas narrativas, tendo sido identificados aqueles que se encontram discriminados na **Tabela 10**.

Tabela 10. Estilos Cognitivos dos Sujeitos

Categoria	Subcategoria	Número de Sujeitos	Porcentagem de Sujeitos
Estilos Cognitivos	Estilo Atributivo Disfuncional	9	45%
	Desânimo Aprendido	10	50%
	Baixa Auto-estima	12	60%
	Hipergeneralização	3	15%

A análise quantitativa dos Estilos Cognitivos permitiu verificar que 60% dos sujeitos apresentavam **Baixa Auto-estima**, 50% **Desânimo Aprendido**, 45% um **Estilo Atributivo Disfuncional** e 15% **Hipergeneralização**.

Outros autores também referiram associações entre as experiências de vitimação e estas características, designadamente a baixa auto-estima (Walker, 1979, 1994, 2000), o desânimo aprendido (Seligman, 1972; Walker, 1979, 1994) e o estilo atributivo disfuncional, através da auto-culpabilização pela vitimação (Walker, 1979, 1994, 2000; Buel, 1999).

É somente através da leitura integral das narrativas que se torna exequível apreender os diferentes estilos cognitivos dos sujeitos, porém, estes encontram-se particularmente visíveis em algumas citações, como aquelas que de seguida apresentamos. Por exemplo, a baixa auto-estima: “(...) *começo a pensar que não valho mesmo nada e é aí que eu vou-me abaixo*” (H11), “*sempre tive muitos complexos (...) às vezes sinto que não sou ninguém*” (H2); o desânimo aprendido: “*sentia-me desesperada sem saber o que havia de fazer (...)*” (H20), “*acho que vai ser sempre assim até ao resto da vida (...) acho que não tenho forças para acabar com isto*” (H6); o estilo atributivo disfuncional “*Deixei tudo acontecer*” (H5), “*pensava que sou eu, que era a culpada*” (H6) e a hipergeneralização “*nunca sei o que será paz na minha vida*” (H1).

A constatação de que a baixa auto-estima e o desânimo aprendido são os principais estilos cognitivos dos sujeitos do nosso estudo, conduziu-nos a relacionar estes dados com os resultados obtidos em alguns níveis de análise precedentes. Podemos, por exemplo, inferir que estes dados sugerem a existência de uma relação entre a baixa auto-estima, a violência conjugal e as interpretações de inferioridade e de auto-responsabilização. Assim o sujeito ao interpretar as situações de violência (e.g., física, psicológica) em termos de inferioridade assume a existência de uma relação lógica entre a violência do cônjuge e as suas verdadeiras características, desenvolvendo uma baixa auto-estima e conseqüentemente promovendo a percepção de culpa acerca da ocorrência das experiências de vitimação conjugal. Desta forma a baixa auto-estima torna-se uma característica cada vez mais inculcada na estrutura psicológica do sujeito potenciando a recorrência de novas situações de maus-tratos e, por conseguinte, novas interpretações de inferioridade. Forma-se, então, um ciclo que se auto-reforça.

A emergência do desânimo aprendido como o segundo estilo cognitivo mais comum entre as mulheres vítimas de violência conjugal pode ser explicado pelo facto de que, a repetição das agressões diminui a motivação da mulher para responder à violência e a sua capacidade cognitiva de percepção de sucesso modifica-se fazendo com que, a vítima deixe de acreditar que a sua resposta possa dar origem a uma consequência positiva. Com isto, a sua capacidade de aprendizagem torna-se confusa e perturbada e o repertório de respostas perante a violência vai diminuindo. Desta forma, a mulher vítima vai deixando de ver as suas opções de resposta perante as agressões, agindo como se não tivesse escolha. Com efeito, é o componente da representação cognitiva (sistema de crenças) que conduz à elaboração de expectativas negativas e que dá origem a um défice na capacidade de resolução do problema e consequentemente a um prolongar da relação abusiva (Walker, 1970, 1984, 2000).

Nível de Análise IX – Convicções Pessoais Básicas

Considerámos ainda pertinente proceder a um nível de análise que explorasse as **Convicções Pessoais Básicas** dos sujeitos. As convicções consistem em crenças que os sujeitos desenvolvem ao longo da vida sobre si, os outros e o mundo, com base nas suas experiências pessoais e interpessoais (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1997). A sua formação não está pré-determinada, como as características de personalidade ou os padrões de vinculação, mas a influência que desenvolvem sobre o sujeito, a partir do momento em que se tornam estáveis, parece ser similar à desempenha por estes factores.

As convicções pessoais básicas inferidas das narrativas das histórias de vida dos sujeitos foram: *“Parece que não nasci para ser feliz (...) nunca sei o que será paz na minha vida”*, *“sempre senti que não gostavam de mim”*, *“Nem um obrigado, nem*

um carinho, nem uma atenção sequer! Ela é a super-mulher- é o que todos pensam. Vive bem sem isso”, “Eu tenho um feitio muito difícil”, “ a gente pensa que eles gostam de nós”, “sozinha é difícil”, “sou muito ingénuo”, “às vezes não se dá valor ao que se tem e deita-se tudo a perder por uma ilusão”, “a minha vida nunca foi fácil”, “não consigo estar sozinha”.

Este género de **Convicções Básicas** embora resultem de vivências pessoais negativas, também predis põem à ocorrência de outras experiências negativas, auto-reforçando-se. Por exemplo, em consequência de vivências de abuso conjugal, assim como de acontecimentos de vida negativos anteriores à relação abusiva, a autora de H6 afirma: *“Eu tenho um feitio muito difícil”,* ou seja, *“ nunca me calava àquilo que ele me dizia, só me calava quando levava uma chapada”* depreendendo que *“provocava-o”,* o sujeito opta por isso por rogar *“até peço a Deus para mudar a minha maneira de ser”* (H6).

Desta forma, quando se tornam estáveis, as convicções passam a exercer uma influência pervasiva sobre o curso dos acontecimentos.

Assim, perante a recorrência de acontecimentos de vida negativos como as experiências de violência conjugal, as convicções activam-se automaticamente e determinam a interpretação que o sujeito faz desses acontecimentos.

6. CONCLUSÕES

6.1. Proposta de um Modelo Compreensivo da Vulnerabilidade e Predisposição para o Estabelecimento e Manutenção de Relações Conjugais Abusivas

A progressiva análise das histórias de vida induziu-nos a construir nove categorias chave que reflectem as diferentes facetas das mulheres vítimas e da vitimação conjugal. Importa agora explanar as suas inter-relações e enquanto que ao

longo da análise se pretendeu desconstruir as narrativas no sentido de esgotar o nível particular, a próxima etapa visa – a partir do particular, apreender o global, em toda a sua complexidade. Surgiu, assim, a necessidade de formular um modelo compreensivo da conduta suicida que integrasse todas as categorias e respectivas relações, emergentes dos diferentes níveis de análise das narrativas.

O presente modelo considera que existem fundamentalmente dez componentes explicativos acerca do estabelecimento e continuidade de uma relação conjugal abusiva, por parte das mulheres vítimas: Determinismos Transgeracionais antes da relação abusiva, Características da Relação, Características da Violência Conjugal, Atribuições de Sentido conferidas à conduta violenta do cônjuge, Consequências da Violência Conjugal, Características do Abusador, Características da Vítima, Padrões de Vinculação, Estilos Cognitivos e Convicções Pessoais Básicas.

Este modelo pressupõe que, os determinismos transgeracionais, ou seja, os acontecimentos de vida negativos antecedentes à relação conjugal abusiva, constituem um dos principais factores explicativos para a adopção de relações conjugais abusivas, principalmente e de uma forma mais directa, ao nível dos aspectos relacionados com a formação da relação, conferindo-lhe frequentemente, motivações externas e características precipitantes. Por outro lado, o impacto que a ocorrência dos determinismos transgeracionais tem sobre o sujeito que o vivência (mulher vítima), sofre precocemente a influência de características de personalidade – reconhecidas como pré-determinadas. Todavia, este modelo assume que, embora exista uma disposição prévia para o desenvolvimento de determinadas características de personalidade, estas só se desenvolverão, de forma mais proeminente perante determinados acontecimentos de vida negativos, à semelhança da experiência da vitimação. Assim sendo, defende-se que, tanto as características de personalidade da

vítima influenciam a ocorrência da experiência da vitimação (assim como, outros acontecimentos de vida negativos ou a sua interpretação como tal) como também, estes acontecimentos potenciam o desenvolvimento de determinados traços de personalidade.

Parece-nos também que, entre os padrões de vinculação, os determinismos transgeracionais e as experiências de vitimação se estabelece um tipo de relação similar à explicitada entre as características de personalidade da vítima e esses mesmos acontecimentos.

A tendência para estabelecer e manter relações de vinculação consiste numa necessidade inerente ao ser humano, contudo, a qualidade das relações interpessoais precoces influencia o tipo de padrões de vinculação que o sujeito constitui e que posteriormente aplicará no estabelecimento de outras relações significativas. Deste modo, a formação dos padrões de vinculação depende as experiências de vida do sujeito, mas estes padrões contribuem também para o envolvimento dos sujeitos em situações específicas, em detrimento de outras. Os padrões de vinculação passíveis de serem identificados nas mulheres vitima tendem a ser os padrões preocupado e receoso e em muito parecem contribuir para o estabelecimento e manutenção de relações abusivas.

Assim, as características de personalidade da vítima e os padrões de vinculação são influenciados pelos acontecimentos de vida negativos de forma mais acentuada até ao final da adolescência (determinismos transgeracionais), altura em que se tornam praticamente estáveis e passam a exercer o papel de moderadores. Verifica-se contudo que, as experiências de carácter negativo na idade adulta, como a vitimação conjugal (até pela precocidade da relação estabelecida – por vezes antes do final da adolescência), tendem também a reforçar as referidas características de personalidade

e padrões de vinculação. Paralelamente a este processo, os determinismos transgeracionais, as experiências de vitimação e as respectivas consequências promovem o desenvolvimento de estilos cognitivos específicos. Estes, por sua vez, perante a recorrência de acontecimentos negativos como a vitimação, interferem sistematicamente na sua interpretação e conduzem a uma integração distorcida dos mesmos e consequentemente a um perpetuar da relação abusiva.

Por seu turno, as características do perpetrador tendem a ser determinantes para as características da relação conjugal, para as características da violência exercida nesse contexto e para as atribuições de sentido atribuídas pelas vítimas à conduta abusiva do parceiro. Verifica-se porém, que para a imputação de determinadas características ao abusador, em muito contribuem as interpretações e consequentes atribuições de sentido que a mulher vítima faz da conduta agressiva, da mesma forma que, as características do perpetrador e as atribuições de sentido imputadas à conduta violenta do mesmo, tendem a influir nas consequências da experiência de vitimação.

Em conjunto, a ocorrência de determinismos transgeracionais (acontecimentos de vida negativos antes da relação abusiva), a ocorrência de experiências de vitimação e as suas consequências, o papel das características de personalidade, os padrões de vinculação e os estilos cognitivos contribuem para a formação de convicções pessoais básicas.

As convicções pessoais básicas são de natureza estável e pré-consciente, desenvolvem-se ao longo do tempo e determinam o modo como o sujeito se vê a si próprio, aos outros e ao mundo (Beck et al., 1997). Com efeito, aquando da vivência de experiências negativas como o abuso conjugal, tendem a ser activadas de forma automática, influenciando preponderantemente a percepção do sujeito sobre os mesmos. Inevitavelmente, o género de convicções apresentadas predispõe os sujeitos

para a continuidade da experiência de vitimação, o que confirma e reforça estas convicções.

Parece, portanto, formar-se assim um quadro de vulnerabilidade e predisposição para o estabelecimento e manutenção de relações conjugais abusivas.

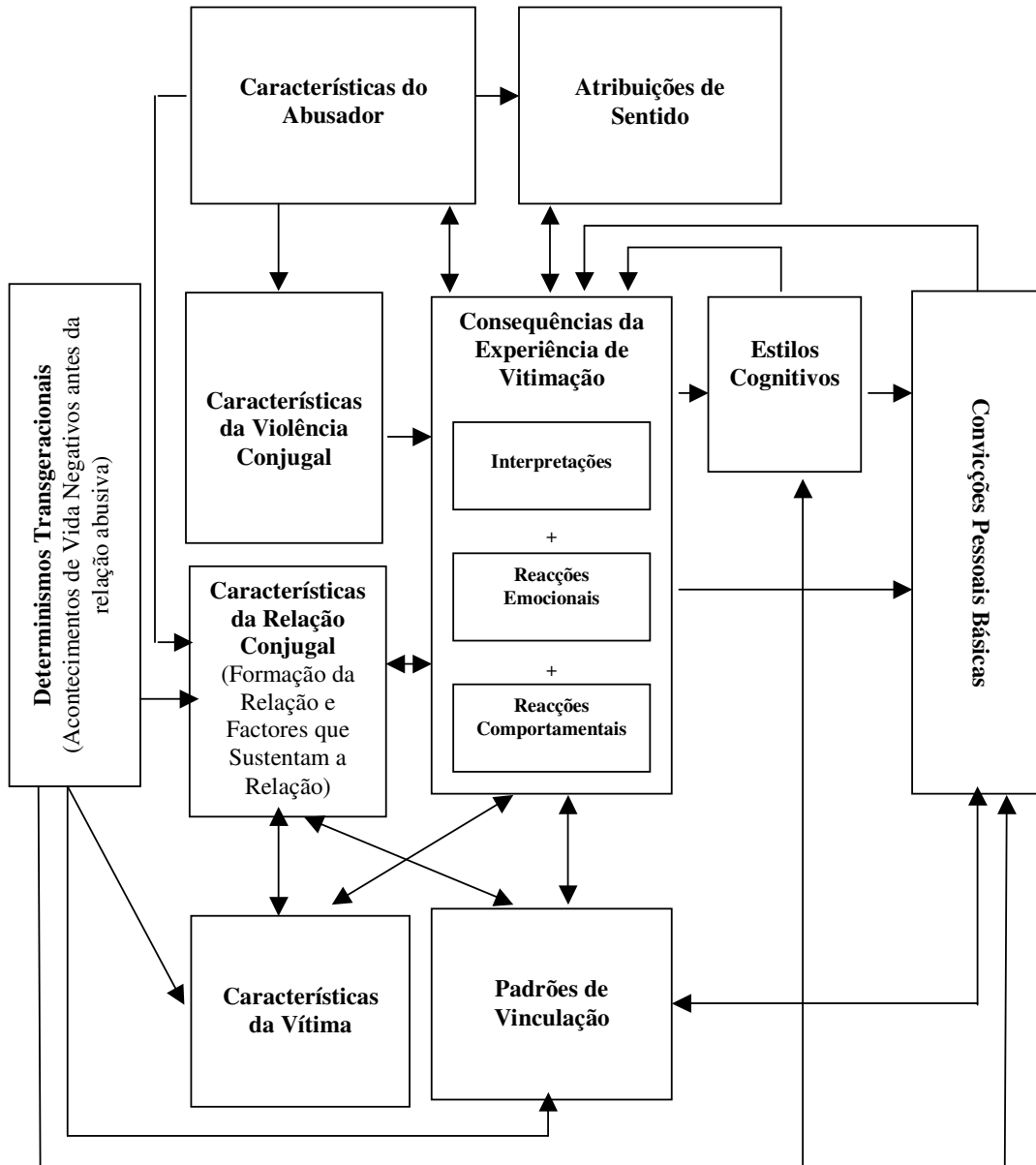


Figura 1. Modelo Compreensivo do Estabelecimento e Continuidade da Relação Conjugal Abusiva

6.2. Aplicação do Modelo Compreensivo da Vulnerabilidade e Predisposição para o Estabelecimento e Manutenção de Relações Conjugais Abusivas Proposto

As histórias de vida foram inicialmente submetidas a uma análise intra-caso e em seguida a uma análise inter-casos, da qual emergiram as características comuns entre os sujeitos. A necessidade de conjugar estas características para compreender a vulnerabilidade e predisposição para o estabelecimento de relações conjugais abusivas, induziu-nos a formular um modelo teórico que fosse generalizável a todos os sujeitos do estudo – do particular para o geral. Assim sendo, passamos a aplicá-lo a H11.

A autora de H11, como se pode constatar pelas tabelas, experienciou alguns acontecimentos de vida negativos (determinismos transgeracionais) antes da relação abusiva, dos quais se salientam as perdas temporárias por separação ao longo da infância. Ao relatar estas experiências traumáticas a autora transmite, também, a forma como as viveu, por exemplo, numa situação de perda temporária da figura materna: *“Eu andava à procura dela, ela ia para um cerro, eu pegava nos meus irmãos (devia ter uns 8/9anos) e andava à procura dela chorando, tinha medo de a perder”*.

Consequentemente a vivência consecutiva de acontecimentos desta natureza despoletou o desenvolvimento de determinadas características de personalidade como, a dependência *“Mas acho que isto tudo teve um bocado de influência de eu me sentir assim – não consigo, não posso sentir-me sozinha (...) fez-me sentir uma pessoa carente”*. Simultaneamente, as repetidas situações de abandono, de testemunho de violência intergeracional e de depreciação e a ausência de relações interpessoais reparadoras conduziram à formação de um padrão de vinculação preocupado que se reproduziu na relação conjugal *“eu tenho ódio, repugnância, eu*

não sei, não consigo, (...) durante um tempo sinto isto, mas depois começo a sentir a falta dele”.

Desta forma, a existência de características de personalidade de dependência e a formação de um padrão de vinculação preocupado, contribuiu para que, mesmo depois do confronto com a violência conjugal precoce H11 imputasse algumas características de carácter negativo ao cônjuge, mas mantivesse a relação de compromisso: *“Eu consigo reconhecer que ele não vale nada, que como homem e como marido não vale nada, mas ao mesmo tempo... é a única pessoa que tenho. E depois quando começo a ter dificuldades financeiras, começo a pensar: ele pelo menos estava aqui e ajudava-me, e vou encontrando motivos para deixá-lo voltar.”*

Assim, o estabelecimento de relações de extrema dependência, por tentar ver nos outros fontes de suporte, muitas vezes ilusórias, promove a aceitação e a desculpabilização das condutas violentas do cônjuge, contribuindo para a continuidade da relação abusiva, e da revivência de experiências de abuso *“ele sempre me tratou mal e eu sempre o desculpei”*.

Por outro lado, verifica-se também que a existência de determinismos transgeracionais, bem como as experiências de abuso conjugal continuadas e a acção das características pessoais da vítima e do perpetrador promoveram o desenvolvimento de estilos cognitivos, como o estilo atributivo disfuncional *“Sinto-me mal, como se eu é que estivesse a fazer o mal, sinto-me culpada.”* .

As interacções explanadas contribuíram ainda para a formação de determinadas convicções pessoais básicas como *“Não consigo estar sozinha”*, conduzindo a autora de H11 a manter a relação abusiva, o que, por conseguinte, não permitiu infirmar esta convicção.

Por outro lado, a existência de determinadas características por parte do cônjuge abusador, e da vítima tendem a promover também interpretações e atribuições de sentido desculpabilizantes da conduta abusiva: *“Eu não percebo porquê... não sei se é com a bebida (...) pode ter haver com a infância dele também (...) Acho que ele é uma pessoa doente”* promovendo uma reacção emocional que, consequentemente alimenta o suporte da relação: *“ eu tenho pena dele”*.

À medida que o tempo foi decorrendo, a autora de H20 foi ficando cada vez mais convencida de que, não se conseguiria afastar do cônjuge abusador, porque se considera uma pessoa carente, sem qualidades, que não tem outras fontes de apoio, que não suporta a solidão e que apesar do comportamento abusador, o cônjuge é detentor de algumas qualidades compensatórias. E é esta história que conta a si própria: *“acho que sou uma pessoa carente (...), não consigo estar sozinha (...), eu depois começo a não ter apoio de um lado, a não ter apoio de outro e começo a sentir-me sozinha (...), eu já tenho esta idade, tenho 2 filhos, não tenho ninguém que me ajude, pelo menos ele está lá em casa, ajuda-me, dá-me algum dinheiro para as coisas, um dia mal, outro dia bem, mas vou andando (...), ele é uma pessoa muito prestável, ele é capaz de ajudar os outros, ele é capaz de dar tudo quanto tem (...), qualidades que eu tenha? não sei... não encontro nenhuma...”*.

Com base neste excerto termina-se a exemplificação do modelo proposto aludindo ao pressuposto de que, as experiências negativas têm um impacto significativo na construção psicológica pessoal e potenciam a eclosão e manutenção de experiências negativas futuras.

6.3. Apreciações Finais

A realização deste estudo proporcionou uma ampla compreensão da vulnerabilidade e predisposição para o estabelecimento e manutenção de relações conjugais abusivas.

A análise das histórias de vida das mulheres vítimas de violência conjugal permitiu identificar os determinismos transgeracionais por elas vivenciados, as características das relações conjugais que estabelecem, as características da própria dinâmica abusiva, as respectivas consequências a nível cognitivo, emocional e comportamental, as atribuições de sentido que a vítima imputa à conduta abusadora do cônjuge, as características pessoais que lhe atribui, assim como as suas características pessoais (traços de personalidade, padrões de vinculação, estilos cognitivos e convicções pessoais básicas).

A necessidade de conjugar estes componentes, que foram emergindo dos diferentes níveis de análise, levou-nos a formular um modelo compreensivo da vulnerabilidade e predisposição para o estabelecimento e manutenção de relações conjugais abusivas, no qual se encontram as respostas a todas as questões de investigação previamente formuladas.

Contudo, este estudo apresenta algumas limitações que se prendem maioritariamente com a própria natureza das investigações qualitativas, nomeadamente a impossibilidade de generalizar os resultados obtidos a todas as (mulheres) vítimas de violência conjugal, devido à dimensão da amostra. Para além disso, reconhece-se que teria sido interessante investigar outros aspectos, nomeadamente as consequências sob o ponto de vista cognitivo, emocional e comportamental de determinados acontecimentos de vida (antes da relação abusiva) – Determinismos Transgeracionais e a sua relação directa com as experiências de

vitimação que, os relatos das histórias de vida e a extensão deste trabalho não possibilitaram, sugerindo-se a sua exploração em próximas investigações.

Todavia, a análise de conteúdo realizada facultou um conjunto significativo de conhecimentos com grandes implicações para a prática clínica, dado que foram identificados vários componentes das experiências de vitimação conjugal que, poderão ser alvo de intervenção psicoterapêutica. Podemos ainda afirmar que as narrativas das histórias de vida parecem construir um potencial instrumento terapêutico para as vítimas de violência conjugal/doméstica, uma vez que permite criação de uma “nova história”, promovendo a re-apropriação das vivências passadas a partir de uma perspectiva diferente, permitindo-lhe a reestruturação do presente e a orientação para um futuro de autoria (Matos, 2003).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ainsworth, M. D., Blehar, M. C.; Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A Psychological study of strange situation*. New York: Erlbaum.

Alarcão, M. (2000). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alexander, R. (1993). *Wife-battering – an australian perspective*. *Journal of Family Violence*, N° 3, pp. 229-251.

Amnistia Internacional (2006). *Estatísticas de casos em Portugal*. Acedido em 24 de Setembro de 2006, de <http://www.amnistiainternacional.pt/agir/campanhas/violencia/estatisticasnaci.php>

Antunes, M. A. F. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In Gonçalves, R. A. e Machado, C. (Coords.). *Violência e Vítimas de Crime*. Vol.1 – Adultos. Coimbra: Quarteto Editora

APAV (1999 a). *Manual alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Parte I Compreender*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

APAV (1999 b). *Manual alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Parte II Proceder*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2007). *Estatísticas – Totais Nacionais 2006*. Acedido em 24 de Junho de 2007, de <http://www.apav.pt/estatisticas.html>

Appelt, B; Höllriegl, A.; Logar, R. (2001). Gewalt gegen Frauen und ihre Kinder, in: *Bundesministerium für Soziale Sicherheit und Generationen* (Ed.). *Gewaltbericht*.

Apt, C.; Hurlbert, D. F. (1993). The sexuality of women in psysically abusive marriages: a comparative study. *Journal of Family Violence*, 8, 1, pp. 57-69.

Arendt, R. J. J. (2003). *Construtivismo ou Constricionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social*. Estudos de Psicologia, Vol., 8(1), pp. 5-13.

Azevedo, M. C.; Maia, A. C. (2006). *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. 4ªed. Lisboa: Edições 70.

Barnett, O. W.; La Violette, A. D. (1993). *It Could Happen to Anyone: Why Battered Women Atay*. Newbury Park, California: Sage Publicacions.

Bartholomew, K.; Horowitz, L. M. (1991). Attachment Styles Among Adults: A Test of a Four-Category Model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61 (2), 226-244.

Bartholomew, K., Dutton, D. G., Saunders, K., Starzomski (1994). Intimacy-Anger and Insecure Attachment as Percursors os Abuse in Intimate Relationships. *Journal of Applied Social Psychology*, 24 (15), pp. 1367-1386.

Bartholomew, K., Dutton, D. G, Henderson, A. J. Z. (1997). He Loves Me; He Loves Not: Attachment and Separation Resolution of Abused Women. *Journal of Family Violence*, 12 (2), pp. 169-191.

Bartholomew, K., Dutton, D. G., Henderson, A. J. Z. (2001). *Insecure Attachment and Couple Work: Applying the 'Secure Base' Concep in Research and Practise*, pp. 42-61. London: Routledge;

Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infância. Una lectura ecosistémica del mau trato infantil*. Barcelona. Paidós Iberica.

Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F. E Emery, G. (1997). *Terapia Cognitiva da Depressão*. São Paulo: Artmed Editora.

Botella, L. (2001). Diálogo, Relações e Mudança: uma Aproximação Discursiva à Psicoterapia Construtivista. In M. M. Gonçalves e Ó. F. Gonçalves

(Eds). *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: a Construção Conversacional da Mudança* (pp. 91-124). Coimbra: Quarteto Editora.

Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.

Bowlby, J. (1984a). *Apego e Perda. Apego*. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1984b). *Apego e Perda. Separação – Angústia e Raiva*. Vol.2. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1985). *Apego e Perda. Tristeza e Depressão*. Vol.3. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1989). *Uma Base Segura. Aplicações Clínicas da Teoria do Apego*. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1990). *Formação e Rompimento dos Laços Afectivos*. São Paulo: Martins Fontes.

Braga da Cruz, A. M. (2002). Violência contra as mulheres – Uma questão de Direitos Humanos. *Jornal A Página*, ano 11, nº 113, pp. 16

Brás, M. S. V. (2006). *O Suicídio na Primeira Pessoa: Análise de Histórias de Vida de Sujeitos Suicidas*. Monografia de Licenciatura (não publicada). Faro: Universidade do Algarve.

Browker, L. H. (1993). A battered woman's problems are social, not psychological, in Gelles. R. J.; Loseke, D. (eds.) *Current Controversies on Family Violence*. Newbury Park, California: Sage Publications, pp. 154-165.

Bruner, J. (1997). *Actos de Significado*. Lisboa: Edições 70.

Buel, S. M. (1999). Fifty Obstacles to Leaving. Why Abuse Victims Stay. *Colorado Bar Journal*. Nº28. Acedido em 22 de Agosto de 2007, de <http://www.familyshelterservice>.

Carr, D. (1986). Narrative and the Real World: An Argument for Continuity. *History and Theory*, Vol. 25, Nº 2, pp. 117-131.

CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (2001) Portugal *Situação das Mulheres 2001*. 16ª Edição. Lisboa, CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (2002). *Violência Contra as Mulheres na Família*. 6ª Edição. Coleção Informar as Mulheres, 9. Lisboa, CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

Constantino, R. E., Sekula, L. K., Rabin, B., Stone, C. (2000). Negative Life Experiences, Depression, and Immune Function in Abused and Nonabused Women. *Biological Research For Nursing*, Vol.1, Nº 3, pp. 190-198.

Costa, A. G. A. (2003). *Violência Conjugal – A Mulher e a Criança. Alguns Aspectos Teóricos*. Acedido em 22 de Agosto de 2007, de www.violencia.online.pt

Cox, J. W. & Stoltenberg, C. D. (1991). Evaluation of a treatment program for battered wives. *Journal of Family Violence*, 6, 395- 403.

Cruz, J. P. (2004). Memórias Traumáticas, Autonarrativas e Conduta Suicida: Um Ensaio Terapêutico, in C. Pires (ed) *Stress Pós-Traumático – Modelos, Abordagens & Práticas: actas do Congresso Internacional*. Leiria: ADF. pp.50-80.

Deykin E. Y., Alpert J. J., McNamara J. J. (1985). A pilot study of the effect of exposure to child abuse or neglect on adolescent suicidal behavior. *American Journal of Psychiatry* 142:11:1299-1303.

Dias, I. (2004). *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Dieserud, G., Forsén, L., Braverman, M. T., Roysamb, E. (2002). Negative life events in childhood, psychological problems and suicide attempts in adulthood. I: a matched case-control study. *Archives of Suicide Research*, 6, 291-308.

Discurso do Presidente da República na Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril (2006). Acedido em 24 de Setembro de 2006 de www.presidencia.pt

Draucker, C. B. (1998). Narrative Therapy for Women Who Have Lived With Violence. *Archives of Psychiatric Nursing*, Vol. XII, No. 3 (June), pp 162-168.

Dosbash, R. E.; Dosbash, R. P. (1979). *Violence Against Wives. A Case Against the Patriarchy*. New York: The Free Press.

Dosbash, R. E.; Dosbash, R. P. (1992). *Women, Violence & Social Change*. New York: Routledge.

Dutton, M. A. (1996). Battered women's strategic response to violence: the role of context. In Edleson, J. L. & Eisikovits, Z. C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications.

Dutton, D.; Painter, S. (1993). *Emocional Attachments in Abusive Relationships: A Test of Traumatic Bonding Theory, Violence and Victims*, 8, pp. 105-120.

Elliott, R. (1999). Editor's introduction to special issue on qualitative psychotherapy research: Definitions, themes and discoveries. *Psychotherapy Research*, 9(3), 251-257.

Fernandes, E.; Gonçalves Ó. (2001). Encontro de Narrativas Terapêuticas: memórias do terapeuta activadas durante o processo de recordação do cliente. *International Journal of Clinical and Health Psychology*. Vol.1, Nº 1, pp. 53-72.

Figueiredo, B.; Fernandes E.; Matos, R.; Maia, A.; (2003). Maus Tratos na Infância: Trajectórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta. In Machado, C.; Gonçalves, R. A. (coords). *Violência e Vítimas de Crime*. Vol.1 – Adultos, pp. 163-210. Coimbra: Quarteto Editora.

Frisch, M. B.; MacKenzie, C. J. (1991). A comparasion for formerly and chronically battered women on cognitive and situacional dimensions. *Psychotherapy* 28, pp. 339-344.

Frommer, J. & Rennie, D. L. (2001). Introduction. In J. Frommer & D. L. Rennie (Eds.), *Qualitative psychotherapy research: Methods and methodology* (pp. 3-8). Lengerich: PABST Science Publishers.

Garrido, V. (2002). *Amores Que Matam – assédio e violência contras as mulheres*. 1ª Edição. Cascais: Principia.

Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Thousand Oaks: Sage.

Glaser, B. G. E Strauss, A. L. (1999). *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.

Gleitman, H. (1993). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, M.; Henriques, M. R. (2000). *Terapia narrativa da ansiedade. Manual terapêutico para crianças e adolescentes*. Coimbra: Quarteto.

Gonçalves, Ó. F. (1995). Hermeneutics of the cognitive-behavioral therapies: From the object to the project. In R. Neimeyer & M. J. Mahoney (eds.), *Construtivism in psychotherapy*. Washington, DC: APA.

Gonçalves, Ó. F.; Machado, P. (1999). Cognitive Narrative Psychotherapy: Research Foundations. *Journal of Clinical Psychology*, Vol. 55(10), pp. 1179-1191.

Gonçalves, Ó. F. (2002). *Viver Narrativamente. A Psicoterapia com Adjectivação da Experiência*. 2ª ed. Coimbra: Quarteto Editora.

Gonçalves, Ó. F. (2003). *Psicoterapia, Uma Arte Retórica: Contributos das Terapias Narrativas*. Coimbra: Quarteto Editora.

Graham, D. L.; Rawlings, E. I.; Rigsby, R. K. (1998). *Loving to Survive. Sexual Terror, Men's Violence and Women's Lives*. New York.

Groves, B. M. (2002). *Children Who See Too Much: Lessons From The Child Witness To Violence Project*. Boston: Beacon Press.

Hamberger, L. K.; Guse, C. E. (2002). Men's and women use intimate partner violence in clinical samples. *Violence Against Women*, vol. 11, pp. 1301-1331.

Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Interpersonal Relations and Group Processes. Romantic Love Conceptualized as an Attachment Process. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 52, No. 3, 511-524.

Hazan, C.; Shaver, P. (1987). Romantic Love Conceptualized as an Attachment Process. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol.52, Nº 3, pp.511-524.

Hermans, H.J.M.; Hermans-Jansen, E. (1995). *Self-Narratives: The construction of meaning in psychotherapy*. New York. Guilford Press.

Hoff, L. A. (1993). *Battered Women as Survivors*. London: Routledge.

Kirkwood, C. (1993). *Leaving Abusive Partners. From the Scars of Survival to the Wisdom for Change*. London: Sage Publications.

Ketchen, B. R. (2007). HIV Infection, Negative Life Events, and Intimate Relationship Power: The moderating role of community resources for black south African women. A Dissertation Present in Partial Fulfillment of Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Electronic version. Acedido em 29 de Agosto de 2007, de http://etd.gsu.edu/theses/available/etd-04172007-25155/unrestricted/ketchen_bethany_r_200608_pdf.pdf

Kirkwood, C. (1993). *Leaving Abusive Partners. From the Scars of Survival to the Wisdom for Change*. London: Sage Publications.

Lempert, L. B. (1994). A Narrative analysis of abuse: Connecting the personal, the rhetorical, and the structural. *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol.22, pp. 411-441.

Lipovetsky, G. (1989). *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio de Água Editores.

Lisboa, M. (2003). Vitimação. In Lisboa, M.; Carmo, I.; Vicente, L. B.; Nóvoa, A.. Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres (22-46). *Ditos & Escritos*, Nº 17. Lisboa: CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

Lisboa, M.; Carmo, I.; Vicente, L. B.; Nóvoa, A. (2003a). Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres (22-46). *Ditos & Escritos*, Nº 17. Lisboa: CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

Lisboa, M.; Barroso, Z.; Marteleira, J. (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.

Lloyd, S. A. (1999). The interpersonal and communication dynamics of wife abuse. In S. Oskamp & X. Arriaga (Eds.), *Violence in intimate relationships* (pp. 91-111). Thousand Oaks: Sage.

Lourenço, N.; Lisboa, M. (1992). *Representações da Violência*. Lisboa: CEJ.

Lourenço, N.; Lisboa, M.; Pais, E. (1997). *Violência Contra As Mulheres*. *Cadernos Condição Feminina* Nº48. Lisboa: CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

Lourenço, N., Carvalho, M. J. L. (2001). Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência, *Themis*, II/3, pp. 95-122.

Lyddon, W.J. (1995). Forms and faces of constructivism psychotherapy, in Robert Neimeyer e Michael Mahoney (eds). *Constructivism in Psychotherapy*. Washington DC. American Psychological Association.

McCann, I. L., Pearlman L. A. (1990). Psychological Trauma and the Adult Survivor: Theory, Therapy, and Transformation. *Bruner/Mazel Psychosocial Stress Series*: New York.

Machado, C.; Matos, M. (2001). Intervenções narrativas com grupos de mulheres maltratadas, In M.M. Gonçalves e Óscar Gonçalves (eds). *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (207-235). Coimbra. Quarteto.

Machado, C.; Gonçalves, R. A. (coords) (2003). *Violência e Vítimas de Crime*. Vol.1 – Adultos. Coimbra: Quarteto Editora.

Machado, C., Matos, M. & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Mahoney, M. J. (2003). *Constructive Psychotherapy. A Pratical Guide*. New York: The Guilford Press.

Main, M; Hesse, E. (1990). Parent's Unresolved Traumatic Experiences Are Related to Infant Disorganized Attachment Status: Is Frightened and/or Frightening Parental Behavior The Linking Machanism?, In Greenberg, M. T., Cicchetti, D., Cummings, E. M. (eds.). *Attachment In The Preschool Years. Theory, Research, and Intervention*. Chicago; London: The University of Chicago Press, pp. 161-182.

Main, M. & Solomon, J. (1990). Procedures for Identifying Infants as Disorganized/Disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In, Greenberg, M. T., Cicchetti, D., Cummings, E. M. (eds.). *Attachment In The Preschool Years*.

Theory, Research, and Intervention. Chicago; London: The University of Chicago Press, pp. 121-160.

Matos, M.; Gonçalves, M. (1999). Narrativas da violência conjugal: Processos de construção de identidade. In A. P. Soares, S. Araújo & S. Caires (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, VI, pp. 165-175, Braga: APPORT.

Matos, M. (2000). *Violência conjugal: O processo de construção de identidade da mulher*. Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Matos, M. (2003). *Violência Conjugal*. In Gonçalves, R. A. e Machado, C. (Coords.). *Violência e Vítimas de Crime*. Vol.1 – Adultos. Coimbra: Quarteto Editora.

Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Minho.

McAdams, P. (1993). *The stories we live by: personal myths and the making of the self*. New York. Guilford Press.

Mayseless, O. (1991). *Adult attachment partners and courtship violence*. *Family Relations*. Vol 40, nº 1, pp.21-28.

Marano, H. E. (1996). *Why they stay: A saga of spouse abuse*. *Psychology Today*, Vol, 29, pp. 56-66.

Margolin, G. (1998). *Effects of Domestic Violence on Children*. In P. K. Trickett & C. J. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and the community*. (pp.57-101). Washington: APA.

Mawby, R.; Walklate, S. (1994). *Critical Victimology*. Thousand Oaks: Sage.

Migliaccio, T. A. (2002). Abused Husbands: A Narrative Analysis. *Journal of Family Issues*, Vol. 23, pp. 26-52.

Miljkovitch, R. (2004). A Vinculação ao Nível das Representações. In, Guedeney, N.; Guedeney, A. (coords). *Vinculação. Conceitos e Aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores.

Mota, F. (2003). A mulher e os maus-tratos. Acedido em 22 de Agosto de 2007, de www.violencia.online.pt

NCFV – The National Clearinghouse on Family Violence (2006). Wife abuse – impact on children. NCFV. Public Health Agency of Canada. Acedido a 19 de Outubro de 2006, de <http://www.phac-aspc.gc.ca/nfvc-cnivf/familyviolence/>

Nóvoa, A., Marques da Silva, S. (2003). Custos ao Nível da Educação In Lisboa, M.; Carmo, I.; Vicente, L. B.; Nóvoa, A. *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (77-89). Ditos & Escritos, Nº 17. Lisboa: CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.

O'Neil, J. M. & Harway, M. (1999). Revised multivariate model explaining men's risk factor for violence against women: Theoretical propositions, new hypotheses and proactive recommendations. In M. Harway & J. M. O'Neil (Ed.), *What causes men's violence against women?* (pp. 207-241). Thousand Oaks: Sage.

Overcash, J. A. (2003). Narrative research: a review of methodology and relevance to clinical practice. *Critical Reviews in Oncology/Hematology*, vol. 48, pp. 179-184.

Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.

Pais, E. (1996). Violência (s): reflexões em torno de um conceito. *InterAcções*, nº 4, pp. 23-39.

Pais, E. (1998). *Homicídio conjugal em Portugal. Rupturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores.

Pais, E. (1999). Tipologia do homicídio conjugal em Portugal: contextos e especificidades. *Psicologia: teoria Investigação e Prática*, vol.2, 325-346.

Pennebaker, J. W.; Mehl, M. R.; Niederhoffer, K. G. (2003). Psychological Aspects of Natural Language Use: Our Words, Our Selves. *Annual Review of Psychology*, Vol.54, pp. 547-577.

Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. (1999). *Diário da República* nº 137/99, Série I-B, de 15 de Junho de 1999.

II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003 –2006. Acedido em 29 de Setembro de 2006, de www.portugal.gov.pt/.../MP/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20030613_MP_Doss_Plano_Violencia_Domestica.htm

Poirier, J., Clapier-Valladon, S. e Raybaut, P. (1999). *Histórias de Vida. Teoria e Prática*. 2ªed. Oeiras: Celta Editora.

Polícia de Segurança Pública (2007). *Dados Estatísticos*. Acedido a 19 de Agosto de 2007, de <http://www.psp.pt/>.

Ponterotto, J. G. (2005). Qualitative research in counseling psychology: A primer on research paradigms and philosophy of science. *Journal of Counseling Psychology*, 52(2), 126-136.

Presidência do Conselho de Ministros (2001). *I Plano nacional contra a violência doméstica*. Gabinete da Alta Comissária para as questões da igualdade e da família.

Quivy, R. E Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ªed. Lisboa: Gradiva.

Redondo, J. (2005). *Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção (Grupo VIII). Breve Reflexão/avaliação do trabalho realizado*. Acedido em 29 de Agosto de 2007, de http://www.violencia.online.pt/docs/ACTIVIDADES_GRUPO.pdf

Rosen, K. H.; Stith, S. M. (1997). Surviving abusive dating relationships: Processes of leaving, healing and moving on. In G. K. Kantor & J. L. Jasinski (Eds.), *Out of the darkness: Contemporary perspectives on family violence* (pp. 170-182). London: Sage.

Ruquoy, D. (2005). Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador. In L. Albarello et al. (Eds). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp.84-116). 2ªed. Lisboa: Gradiva.

Sani, A. I. (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indirecta nas crianças. *Psicologia: Teoria Investigação e Prática*, vol.2,247-257.

Schafer, R. (1992). *Retelling a life: Narration and dialogue in psychoanalysis*. New York: Basic Books.

Seligman, M. E. P.; Maier, S. F.; Geer, J. (1968) The Alleviation of Learned Helplessness in Dogs, *Journal of Abnormal Psychology*, 73, pp. 256-262.

Seligman, M. E. P. (1972). Learned Helplessness. *Annual Review of Medicine*, 23, 407-412.

Seligman, M. E. P.; Abramson, L. Y., Semmel, A.; von Baeyer, C. (1979). Depressive Attributional Style. *Journal of Abnormal Psychology*, 88 (3), 242-247.

Sommer, K. L.; Baumeister, R. F. (2002). Self-Evaluation, Persistence, and Performance Following Implicit Rejection: The Role Of Trait Self-Esteem. *Society for Personality and Social Psychology*, 28 (7), 926-938.

Sousa, R. C. Z. (2006). *Psicoterapia, Narrativa e Mudança: Histórias Sobre o Processo Terapêutico*. Tese de Mestrado em Psicologia na Especialidade de Psicologia Clínica. Braga: Universidade do Minho.

Stark, E. (2001). Health interventions with battered women: From crisis intervention to complex social prevention. In C. M. Renzetti, J. L. Edleson y R. K. Bergen, *Sourcebook on violence against women* (pp.345-369). Thousand Oaks: Sage.

Stiles, W. B. (1993). Quality control in qualitative research. *Clinical Psychology Review, 13*, 593-618.

Tolman, R. M.; Bennett, L. W. (1990). A Review of Quantitative Research on Men Who Batter. *Journal of Interpersonal Violence, Vol.5, Nº 1*, pp. 87-118.

UNICEF (2000). *Domestic Violence Against Women and Girls*, nº6 June 2000. Florence, Italy: Innocenti Research Centre.

Varia, R., & Abidin, R. (1999). The minimizing style: Perceptions of psychological abuse and quality of past and current relationships. *Child Abuse and Neglect, 23*, 1041-1055.

Vicente, A. (1998). *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio. Valores – Vivências – Poderes nas Relações Sociais entre os Dois Sexos* (151-157). Lisboa. Multinova.

Walker, L. E. A. (1979). *The Battered Women*. 31 USA: Harper and Rowe.

Walker, L. E. A. (1984). *The Battered Women Syndrome*, 86. New York: Springer Publishing.

Walker, L. E. A. (1994). *Abused women and survivor therapy: a practical guide for the psychotherapist*. Washington: American Psychological Association.

Walker, L. E. A. (2000). *The Battered Women Syndrome*, 2nd edition New York: Springer Publishing.

Walker, P. (2001). *An Exploratory Study of the Impact of Incest on Adult Attachments*. A Thesis Submitted to the Faculty of Graduate Studies and research. Ottawa: National Library of Canada.

WAVE Co-ordination Office/Austrian Women's Shelter Network, (2004). *Saindo da Violência. Linhas de Orientação para Implementar e Gerir um Refúgio para Mulheres*. Viena.

Wekerle, C. & Wolfe, D. (1998). The role of child maltreatment and attachment style in adolescent relationship violence. *Development and Psychopathology*, 571-586.

White, M.; Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton

Zuckerman, B. S. (1999). *Silent Victims: children who witness violence*. *Stress e Violência na Criança e no Jovem*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.

Anexo A

GRELHAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA

QUADRO 1 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NÍVEL I – DETERMINISMOS TRANSGERACIONAIS ANTES DA RELAÇÃO ABUSIVA

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBSUBCATERGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO		
Determinismos Transgeracionais Antes da Relação Abusiva	Referência a acontecimentos de vida significativos de cariz negativo, antes da relação abusiva	Perdas Temporárias (por Separação)	Referência à separação de pessoas significativas por tempo determinado ou indeterminado	Separação de progenitor(es) ou cuidador(es)	Referência à separação de um ou ambos progenitores ou cuidadores por tempo determinado ou indeterminado		
		Perdas definitivas	Referência à morte ou abandono de pessoas significativas	Por Morte de progenitor, cuidador ou pessoa significativa	Referência à morte de um ou ambos progenitores, cuidadores ou pessoa significativa		
				Por Abandono de progenitor ou cuidador	Referência à perda por abandono de um ou ambos progenitores		
		Ambiente Familiar Disfuncional	Referência a circunstâncias do meio familiar e/ou dos seus elementos caracterizadas como perturbadoras do meio ambiente familiar			Violência Intergeracional	Referência a situações de violência por parte dos cuidadores e/ou ascendentes
						Excesso de controlo / autoritarismo dos cuidadores	Referência a situações de domínio, controlo e imposição sentidas como excessivas por partes de um ou ambos cuidadores
						Submissão da figura materna	Referência a situações de sujeição e subordinação por parte da figura materna ou equivalente, relativamente à figura paterna.
						Dependências dos pais ou cuidadores	Referência a situações de vício ou dependência de substâncias por parte dos pais ou equivalentes, caracterizadas como nocivas e perturbadoras do meio ambiente familiar

				Problemas de saúde dos pais ou cuidadores	Referência as situações de doença crónica ou aguda de um ou ambos progenitores ou equivalentes
		Condições de vida adversa	Referência a situações de vida desfavoráveis e potencialmente nefastas para o desenvolvimento harmonioso e ajustado do ser humano	Dificuldades Económicas na Família	Referência a situações de carência económica na família de origem ou equivalente
				Mudanças de Residência	Referência a situações de mudança de residência
		Abuso Físico	Referência a situações em que o sujeito é vítima da acção física violenta de terceiros	Abuso físico por parte de pais ou cuidadores	Referência a situações em que o sujeito é vítima de agressão, por parte dos pais ou equivalentes, através do contacto físico directo ou de qualquer outro meio lesivo sob o ponto de vista físico
		Abuso Psicológico	Referência a situações que colocam em causa a integridade e bem-estar psicológico e emocional do sujeito	Rejeição	Referência a situações em que o sujeito é vítima de uma resposta de abandono ou repudição, quando era esperada uma resposta positiva e acolhedora, por parte dos membros da família
				Depreciação	Referência a situações em que o sujeito é alvo de comentários, ofensas e ou insultos que diminuam o seu valor enquanto pessoa
				Exigências desproporcionais	Referência a situações em que o sujeito é propositadamente colocado, pelos cuidadores, face a situações para as quais não estaria preparado sob o ponto de vista da maturidade física e psicológica

QUADRO 2 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NIVEL II – CARACTERÍSTICAS DA RELAÇÃO CONJUGAL

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBSUBCATERGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Características da Relação Conjugal	Referência a circunstâncias que descrevem e caracterizam a relação conjugal (abusiva)	Formação da relação	Referência a circunstâncias que descrevem e caracterizam a constituição da relação conjugal (abusiva)	Motivações Externas	Referência a circunstâncias extrínsecas aos sujeitos que promoveram a constituição da relação conjugal (abusiva)
				Planeamento Imaturo do Compromisso	Referências acerca da ausência de planeamento do compromisso conjugal ou de escassez de premeditação/programação do mesmo
				Compromisso Precoce	Referência a circunstâncias que caracterizam o encetar de um compromisso prematuro, sob o ponto de vista da maturidade dos sujeitos
		Condições de vida adversa	Referência a situações de vida desfavoráveis e potencialmente nefastas para o progresso harmonioso da relação conjugal	Défices financeiros	Referência a situações de carência económica no contexto da relação conjugal
				Mudanças de residência	Referência a situações de mudança de residência com conotação negativa para o sujeito

		Violência sobre os filhos por parte do cônjuge	Referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física, psicológica e emocional dos filhos ou equivalentes	Maus-tratos <i>in útero</i>	Referência a circunstâncias em que o cônjuge abusador coloca em risco a sobrevivência do feto
				Violência psicológica	Referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade e bem-estar psicológico e emocional dos filhos ou equivalentes
				Violência física	Referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física dos filhos ou equivalentes, através do contacto físico directo ou de qualquer outro meio lesivo sob o ponto de vista físico
				Negligência	Referência a situações que representam uma omissão na provisão das necessidades básicas (físicas e emocionais) dos filhos ou equivalentes, por parte do cônjuge abusador.
		Adulterio	Referência a características que ilustram que o sujeito foi ou é vítima de adultério/infidelidade por parte do cônjuge		

		Factores que sustentam a relação	Referência a circunstâncias que servem de suporte à continuidade da relação conjugal abusiva	Filhos	Referência aos filhos como argumento para dar continuidade à relação conjugal abusiva
	Amor			Referência ao amor e a sentimentos de afectividade relativos ao cônjuge abusador como argumento para dar continuidade à relação conjugal	
	Dependência emocional			Referência a circunstâncias que remetem o sujeito para uma situação de subordinação sob o ponto de vista emocional em relação ao cônjuge abusador e que o impedem de cessar o compromisso conjugal	
	Crenças errôneas acerca de si/baixa auto-estima			Referência a auto-avaliações negativas em termos de aceitação e de competência e que são utilizadas argumentos impeditivos de cessar o compromisso conjugal	
	Pressão familiar e sócio-cultural			Referência a circunstâncias provenientes do meio familiar e/ou sociocultural do sujeito, como as crenças associadas ao estereótipo da mulher/esposa e ao estigma do divórcio e da mulher divorciada, que o influenciam a sustentar a continuidade da relação conjugal abusiva	

				Factor económico	Referência a circunstâncias em que o sujeito se sente dependente sob o ponto de vista económico do cônjuge ou que, não sendo dependente, receia a sua capacidade de auto-suficiência financeira
				Expectativas de mudança	Referências acerca de crenças e expectativas do sujeito, relativamente à mudança comportamental do cônjuge abusador
				Medo	Referência a circunstâncias que promovem o medo por parte do sujeito, relativamente ao cônjuge abusador e à eventualidade de cessar o compromisso conjugal, e que se constituem como factores determinantes para o não agir e para a permanência na relação abusiva
				Pena	Referência a circunstâncias que promovem o sentimento de pena relativamente ao cônjuge abusador e que se constituem como factores determinantes para a continuidade da relação abusiva

				Questões de ordem prática	Referência a questões de ordem prática que se prendem com a saída de casa do sujeito ou do cônjuge abusador e que se constituem como factores impeditivos do cessar do compromisso conjugal abusivo
--	--	--	--	----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUADRO 3 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NIVEL III – CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBSUBCATERGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Características da Violência Conjugal	Referência a circunstâncias que descrevem e caracterizam o padrão de violência conjugal estabelecido na relação de compromisso	Violência precoce	Referência a situações que evidenciam o início da violência nos primeiros dias ou meses, após o início da relação amorosa ou do compromisso conjugal		
		Violência física	Referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade física do sujeito, através do contacto físico directo ou de qualquer outro meio lesivo sob o ponto de vista físico	_____	_____
		Violência Sexual	Referência a situações em que o cônjuge abusador coage e/ou obriga o sujeito a práticas sexuais contra a sua vontade, consigo ou com outras pessoas, podendo ou não, exercer força física		

		Violência Psicologia/Emocional	Referência a situações em que o cônjuge abusador coloca em risco a integridade e bem-estar psicológico e emocional do sujeito	Isolamento forçado	Referência a situações em que o cônjuge abusador inibe e/ou proíbe o sujeito de manter ou estabelecer actividades que lhe permitam a convivência com o meio social e familiar, como, trabalhar, sair de casa, manter relações de amizade, manter contacto frequente com os familiares
	Intimidação/actos de vandalismo			Referência a situações em que o cônjuge abusador atemoriza o sujeito fazendo uso da expressão verbal, não verbal e/ou da força física sob objectos materiais	
	Ameaça			Referência a situações em que o cônjuge abusador faz uso da ameaça, intimidando e prejudicando a liberdade de determinação do sujeito	
	Humilhação			Referência a situações em que o cônjuge abusador rebaixa as características ou desempenho do sujeito, diante de outras pessoas	
	Depreciação			Referência a situações em que o cônjuge abusador faz uso de blasfêmias, insultos e ofensas para diminuir o valor pessoal do sujeito	
	Coacção			Referência a situações em que o cônjuge abusador constrange o sujeito, levando-o a agir em conformidade com os seus desígnios	

				Ciúme patológico	Referência a situações em que o cônjuge abusador manifesta desconfiança de forma descomedida e ofensiva, proferindo acusações infundadas acerca do eventual envolvimento afectivo do sujeito com outros indivíduos
				Abandonos	Referência a condutas do cônjuge abusador que são sentidas pelo sujeito como abandonicas e rejeitantes
				Mutismo opressivo	Referência a situações em que o cônjuge abusador faz uso da ausência da palavra como forma de oprimir e atemorizar o sujeito
		Abuso financeiro	Referência a situações em que o cônjuge abusador interfere de forma potencialmente danosa na condição financeira do sujeito	Domínio	Referência a situações em que o cônjuge abusador limita e/ou inibe o acesso do sujeito a bens financeiros
				Aproveitamento	Referência a situações em que o cônjuge abusador faz uso dos bens financeiros do sujeito, para proveito próprio

QUADRO 4 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NÍVEL IV – ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO PARA A CONDUTA VIOLENTA

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Atribuições de Sentido para a Conduta Violenta	Referencia a justificações às quais o sujeito atribui a origem da conduta violenta do cônjuge	Educação/Maus-tratos na Infância	Referência à educação e/ou à vivência de maus-tratos na infância por parte do cônjuge, como a gênese da conduta violenta do mesmo
		Perturbação de Saúde Mental	Referência à perturbação da saúde mental ou ao dejasustamento psicológico do cônjuge, como a gênese da conduta violenta do mesmo
		Consumo de Substâncias	Referência ao consumo excessivo de substâncias/drogas lícitas ou ilícitas, como a gênese da conduta violenta do mesmo

QUADRO 5 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NÍVEL V – CONSEQUÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBSUBCATERGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Consequências da Experiência de Vitimação	Referências a interpretações, reacções emocionais e comportamentais, de forma explícita ou implícita, face às experiências de vitimação ocorridas no contexto do compromisso conjugal	Interpretações	Significados construídos pelos sujeitos acerca das experiências de vitimação ocorridas no contexto do compromisso conjugal	Auto-responsabilização	Percepção de culpa que o sujeito tem acerca da ocorrência das experiências de vitimação conjugal
				Hetero-responsabilização	Percepção de que a ocorrência das experiências de vitimação conjugal foram consequência da acção deliberada ou não, de terceiros, ou que se estes quisessem poderiam ter evitado ou minimizado a intensidade das ocorrências
				Falta de Controlo	Percepção de que está ou esteve a experienciar situações de ameaça para o seu bem-estar físico e/ou psicológico e não reúne capacidades e/ou competências para terminar com as mesmas
				Inferioridade	Percepção de que possui menos características positivas e mais características negativas do que a maioria, manifestando crenças negativas em termos de aceitação e de competência
				Falta de compreensão	Dificuldade ou incapacidade de entendimento ou interpretação acerca das experiências de vitimação ocorridas no contexto do compromisso conjugal

		Reacções Emocionais	Expressões emocionais e sentimentos subsequentes às experiências de vitimação conjugal	Raiva	Referência ao sentimento/emoção de ódio, raiva, ira ou irritação
				Revolta	Referência ao sentimento/emoção de revolta e/ou indignação
				Tristeza	Referência ao sentimento/emoção de tristeza, mágoa, dor, consternação ou sofrimento
				Ambivalência Afectiva	Referência a sentimentos/emoções contraditórios e oscilantes entre uma atribuição positiva e negativa, face a uma pessoa ou situação
				Frustração	Referência ao sentimento de frustração, decepção, desilusão
				Medo	Referência à emoção de medo, receio ou apreensão subsequentes da situação de vitimação ou da relação com o cônjuge abusador
				Vergonha	Referência ao sentimento de vergonha ou constrangimento, gerado por situações sentidas como moralmente puníveis
				Angústia	Referência ao sentimento de angústia, ansiedade e aflição
				Solidão	Referência ao sentimento de solidão independentemente de estar, ou não, numa situação de isolamento social/familiar
				Pena	Referência ao sentimento de pena face a uma pessoa ou situação
		Reacções Comportamentais	Conduas adoptadas pelos sujeitos face à vivência de experiências de vitimação conjugal	Surpresa	Reacção de surpresa, espanto e estupefacção, aquando da atitude de abuso do cônjuge
Ocultação	Comportamento em que o sujeito encobre ou omite a vivência de vitimação conjugal				

				Isolamento	Comportamento deliberado ou consequente que se traduz num afastamento do sujeito das suas relações sociais e/ou familiares
				Desculpabilização	Comportamento em que o sujeito desculpa as condutas ofensivas do cônjuge abusador
				Submissão	Comportamentos reflectem a submissão, sujeição ou inacção do sujeito face ao cônjuge abusador e/ou à situação de vitimação
				Enfrentamento	Comportamento em que o sujeito procura solucionar o problema de forma adequada e/ou em que manifesta contestação face às condutas de violência do cônjuge
				Condutas auto-lesivas	Comportamentos auto-mutilatórios ou tentativas de suicídio
				Choro	Reacção psicofisiológica de verter lágrimas associada a grande sofrimento
				Esquecimento / bloqueio	Comportamento deliberado ou consequente, de ausência de memória ou entorpecimento da ideação relativamente às experiências de vitimação conjugal
				Evitamento da Relação Sexual	Comportamento em que o sujeito evita a intimidade e o relacionamento sexual com o cônjuge
				Reacções Patológicas	Reacções que representam um mal-estar físico e/ou psicológico e que se revelam disfuncionais e limitativas da qualidade de vida do sujeito

QUADRO 6 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NÍVEL VI – CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBSUBCATERGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Características de Personalidade	Características que reflectem e definem a forma de ser e agir dos sujeitos	Características do Abusador	Características que reflectem e definem a forma de ser e agir do cônjuge abusador	Domínio	Tendência para responder às situações de uma forma autoritária e despótica, fazendo prevalecer apenas a sua própria vontade, impondo, manipulando e/ou controlando o outro
				Abuso de substâncias	Consumo excessivo de substancias lícitas ou ilícitas (como o álcool ou drogas ilícitas)
				Alternância entre violência e afectividade	Tendência para oscilar entre uma conduta hostil e/ou agressiva um momento, e, uma atitude positiva de afectuosidade e/ou serenidade noutro momento, podendo até, externalizar a culpa ou auto-desculpabilizar-se pelas condutas negativas
				Hetero-culpabilização	Tendência para responsabilizar terceiros pela ocorrência de situações ou atitudes de carácter negativo, nomeadamente culpabilização do sujeito pela emergência das suas (cônjuge abusador) condutas agressivas

				Alterações bruscas de humor	Tendência para alterar bruscamente os estados de ânimo
				Neuroticismo	Tendência para dramatizar as vivências pessoais
				Introversão	Tendência para o evitamento da exteriorização dos seus pensamentos e sentimentos
		Características da Vítima	Características que reflectem e definem a forma de ser e agir do sujeito vítima de violência conjugal	Pessimismo	Manutenção de expectativas negativas relativamente ao futuro
				Baixa capacidade de resolução de problemas	Dificuldade sistemática em encontrar solução para os problemas e/ou tendência para aumentar a complexidade dos mesmos
				Introversão	Tendência para o evitamento da exteriorização dos seus pensamentos e sentimentos
				Dependência	Tendência para manifestar intensa necessidade emocional do outro, temendo a sua falta
				Neuroticismo	Tendência para dramatizar as vivências pessoais

QUADRO 7 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NÍVEL VII – PADRÕES DE VINCULAÇÃO

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Padrões de Vinculação	Forma como os sujeitos estabelecem e mantêm relações interpessoais e como concebem o Eu e o Outro	Preocupado	O sujeito depende da aprovação dos outros para se sentir valorizado, o que o leva a estabelecer relações de excessiva dependência. Apresenta uma concepção negativa do Eu e uma concepção positiva do Outro
		Receoso	O sujeito evita estabelecer relações sociais devido ao medo da rejeição, pois está crente de que os outros não estão disponíveis para lhe prestar atenção e afecto e que ele próprio não é digno de ser amado. Apresenta uma concepção negativa do Eu e do Outro
		Outro	As características apresentadas pelo sujeito não coincidem com os padrão de vinculação comumente apresentados pelas mulheres vítimas de violência conjugal, ou não permitem classificá-lo em nenhum padrão de vinculação específico
		Ligação Traumática <i>(Traumatic bounding)</i>	Ligação emocional assente em duas características da relação abusiva que combinam duas forças intrínsecas e situacionais: o desequilíbrio do poder (perante o qual a vítima percebe que está a ser subjugada ou dominada pelo outro) e a intermitência do abuso e dos comportamentos positivos, fortalecendo os laços de vinculação e diminuindo a capacidade da mulher abusada conseguir sair do relacionamento abusivo

QUADRO 8 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NIVEL VIII – ESTILOS COGNITIVOS

CATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO	SUBCATEGORIAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Estilos Cognitivos	Forma como os sujeitos filtram sistematicamente a realidade e que influencia a interpretação dessa realidade a curto e a longo prazo	Estilo atributivo disfuncional	Tendência para atribuir as experiências de fracassos a causas internas, estáveis e globais, nomeadamente, tendência para a auto-culpabilização da conduta violenta do cônjuge, e, as experiências de sucesso a causas externas, instáveis e específicas
		Desespero aprendido	Resignação à perda de controlo sobre o seu destino pessoal, após várias tentativas falhadas para o readquirir
		Baixa auto-estima	Auto-avaliação negativa em termos de aceitação e de competência
		Hipergeneralização	Tendência para inferir uma regra geral de uma situação particular e aplicá-la indiscriminadamente a várias situações
		Pensamento dicotómico	Tendência para classificar as experiências em uma de duas categorias opostas e extremadas, nomeadamente na categoria de cariz negativo

QUADRO 9 – GRELHA DE ANÁLISE REFERENTE AO NIVEL IX – CONVICÇÕES PESSOAIS BÁSICAS

CONVICÇÕES PESSOAIS BÁSICAS	OPERACIONALIZAÇÃO
“Parece que não nasci para ser feliz (...) nunca sei o que será paz na minha vida”	Crenças que os sujeitos construíram e mantêm sobre si, os outros e o “mundo”, com base em experiências pessoais e interpessoais. Ao longo do tempo tornaram-se estáveis e foram activadas perante novas situações, influenciando a interpretação que o sujeito faz das mesmas.
“sempre senti que não gostavam de mim”	
“Nem um obrigado, nem um carinho, nem uma atenção sequer! “Ela é a super-mulher- é o que todos pensam. Vive bem sem isso”	
“Eu tenho um feitio muito difícil”	
“a gente pensa que eles gostam de nós”	
“sozinha é difícil”	
“sou muito ingénua”	
“às vezes não se dá valor ao que se tem e deita-se tudo a perder por uma ilusão”	
“a minha vida nunca foi fácil”	
“não consigo estar sozinha”	